#### Casa de Oswaldo Cruz — FIOCRUZ Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

ANA CLÁUDIA TEIXEIRA DE LIMA

O CÂNCER GAY E O ORGULHO GAY: A EXPERIÊNCIA DA AIDS PARA O MOVIMENTO LGBT DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1986-1995)

#### Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

#### ANA CLÁUDIA TEIXEIRA DE LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História das Doenças

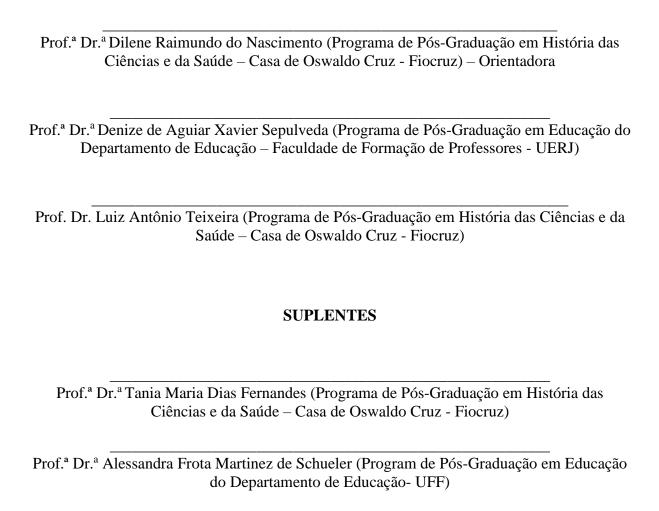
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilene Raimundo do Nascimento

Rio de Janeiro

### O CÂNCER GAY E O ORGULHO GAY: A EXPERIÊNCIA DA AIDS PARA O MOVIMENTO LGBT DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1986-1995)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de concentração: História das Doenças

#### BANCA EXAMINADORA



Rio de Janeiro

#### Ficha Catalográfica

L732c Lima, Ana Cláudia Teixeira de.

O câncer gay e o orgulho gay : a experiência da AIDS para o movimento LGBT da cidade do Rio de Janeiro (1986-1995) / Ana Cláudia Teixeira de Lima. – Rio de Janeiro : s.n., 2019.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019. Bibliografia: 113-119f.

1. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. 2. Minorias Sexuais e de Gênero. 3. Homossexualidade Masculina. 4. Direitos Humanos. 5. Brasil.

CDD362.8964

Catalogação na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

#### **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, Glória.

À Clarinha, minha sobrinha, por ser o que há de melhor no mundo.

A comunidade LGBTI+.

A todas as pessoas que lutaram e lutam para combater o HIV/Aids.

A todos os meus professores da escola, da PUC-Rio e da vida.

A Friocruz, pela acolhida.

Aos professores do PPGHCS, especialmente Dilene Nascimento, Simone Petraglia Kropf, Dominichi Miranda de Sá, Rômulo de Paula Andrade, Kaori Kodama e André Felipe Cândido da Silva por toda a generosidade intelectual compartilhada nas disciplinas.

À Dilene Nascimento, minha orientadora, pela competência, generosidade, paciência e por possibilitar que esse trabalho fosse desenvolvido.

Aos professores Denize Sepulveda e Luiz Antônio Teixeira, pela grande contribuição que deram para esse trabalho.

Ao Paulo Chagas, Maria Claudia Cruz, Sandro Hilário e Amanda Guterrez, graças aos quatro, o PPGHCS é bem mais alegre.

A Igor Falce Dias Lima e Luiza Goelzer Machado dos Santos, da coleção da ABIA da Biblioteca de Manguinhos, por me ajudarem incondicionalmente na pesquisa.

A CAPES, pela bolsa e financiamentos.

A Ilmar, meu eterno mestre que virou amigo.

A incrível turma de mestrado e doutorado do PPGHCS de 2017: Adriana; Avohanne; Carine; Carolina; Clarice; Dani; Eduardo, o mais divertido e fiel companheiro de todas as horas e situações; Fernanda, pelo seu jeito particular e especial; Fernando; Gabriela; José Roberto, em quem encontrei um lindo e generoso amigo; Laila, que alegrou todos os momentos com suas risadas; Leonardo; Letícia; Lucas; Paloma, uma grande feminista que admiro muito; Pedro Henrique, amigo e companheiro de madrugadas de estudo, obrigada por todas as conversas e por ser tão solícito em todas as horas e circunstâncias, não há como não nutrir um eterno

carinho por você; Raick; Ricardo; Rodolfo, Vanessa; e Vânia. Além dos meu colegas, também quero agradecer a Eliza Vianna e Gabriel Lopes.

Aos meus amigos da Paraíba, pelas aventuras da infância.

Aos meus amigos Felipe Coelho, Carlos, Ricardo, Juliana, Aline, Alexandre, Thiago, Thais, Carlos Alexandre e Leila.

A Ana Carla, Ana Paula, Felipe, Hondrigo, Nayara, Priscila e Roberta "Bel", melhores amigos com os quais tenho o prazer de dividir a vida. Amo muito cada um de vocês.

À Frida Kahlo, minha gatinha.

À Larissa, que há pouco chegou, mas já encheu meu coração de amor. "Não te procurei, não me procurastes – íamos sozinhos por estradas diferentes. Corri ao teu encontro. Sorri. Falamos. E, desde então, caminhamos juntos pela vida..." (Cora Coralina).

Turn
Turn away
From the sound of your own voice
Calling no one
Just a silence
Learn to see you're at the edge
Fall off the avalanche

#### (Beck)

Hard times
Gonna make you wonder why you even try
Hard times
Gonna take you down and laugh when you cry
These lives
And I still don't know how I even survive
Hard times
Hard times

#### (Paramore)

#### **RESUMO**

Tomando a doença como objeto de estudo histórico e compreendendo a experiência da doença e do estar doente como fenômenos socioculturais, a proposta dessa pesquisa é investigar a influência da experiência da Aids para a organização dos Movimentos civis LGBTs da cidade do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. Discordamos da hipótese de que durante a "segunda onda" e os primeiros anos da "terceira onda", o movimento homossexual brasileiro, posteriormente LGBT, viveu um momento de enfraquecimento e declínio ao enfatizar e intensificar sua atuação no combate ao HIV/Aids e seus estigmas. A agenda do HIV/Aids não estava de forma alguma descolada das pautas historicamente defendidas por esses indivíduos, tais como, acesso a uma cidadania plena, direitos humanos e direitos sociais. Desse modo, a experiência da Aids mostrou-se um elemento articulador para a formação, à época, de novos grupos, entidades e ONGs. Além disso, também analisamos a importância das discussões sobre HIV/Aids na 17ª edição da Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)*; e a relevância e os significados do Brasil ser a sede desse evento cuja manifestação final, a Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas, inaugurou as Paradas do Orgulho LGBT no país.

#### **Palavras-chave:**

Aids - LGBT - Movimentos civis LGBT - Sexualidade

#### **ABSTRACT**

Taking the disease as an object of historical study and understanding the experience of the disease of be sick as phenomena sociocultural, the proposal of this research is to investigate the influence of the Aids experience for the organization of Civil Movements LGBTs of the city of Rio de Janeiro between 1986 and 1995. We disagree with the hypothesis that during the "Second wave" and the early years of "Third wave", the Brazilian homosexual movement, later LGBT, lived a moment of weakening and decline emphasizing and intensifying your performance in combating HIV / Aids and its stigmas. The HIV / Aids agenda was not in any way detached from the guidelines historically advocated by these individuals, such as, access to full citizenship, human rights and social rights. In this way, the experience of Aids was an articulating element for the formation at the time, of new groups, entities and NGOs. In addition, we also analyze the importance of discussions on HIV / Aids in 17th World Conference of the International Gay and Lesbian Association of the International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA); and the relevance and meanings of Brazil to be the headquarters of this event whose final manifestation, the March for Gay and Lesbian Citizenship, inaugurated the LGBT Pride Parades in the country.

#### **Key-words:**

Aids - LGBT - Civil Movements LGBT - Sexuality

#### LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 Programação dos eventos da 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Transand Intersex Association (ILGA)*. Folha de São Paulo Cotidiano 19/06/1995. p. 1/ Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.p. 103.
- Imagem 2 **Australian Bisexual Network.** O Globo 26/06/1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro. p. 104.
- Imagem 3 **Marcha pela Cidadania plena de Gays e Lésbicas.** O Globo 26/06/1996. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro. p. 104
- Imagem 4 **Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas/bandeira do arco-íris.** Folha de São Paulo 26/06/1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro. p. 105.

#### **SIGLAS**

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids

Act Up - Coalition to Unleash Power

Aids – Acquired Immunodeficiency Syndrome

Astral - Associação de Travestis e Liberados

CMV - Citomegalovírus

CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil

GAI – Grupo Arco-Íris

GAPA - Grupo de Apoio à Prevenção da Aids

GGB – Grupo Gay da Bahia

GMHC - Gay Men's Health Crisis

GRID - Gay Related Immune Deficiency

HIV - Human Immunodeficiency Virus

ILGA - International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

LF – Facção Lésbico-Feminista

MMWR - Morbidity and Mortality Weekly Report

Noss - Núcleo de Orientação em Saúde Social

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

SK- Sarcoma de Kaposi

TASO - The Aids Support Organization

### **SUMÁRIO**

Introdução	13
Capítulo 1- As discussões sobre Aids e sexualidade	19
1.1 - O contexto de surgimento da Aids e a associação à homossexualidade mascul	ina19
1.2 - A "segunda onda" da Aids	27
1.3 - As discussões sobre formas de prevenção da Aids no início dos anos 1990: e	entre o sexo
seguro e abstinência sexual	31
1.3.1 - Campanhas do Ministério da Saúde no início dos anos 90: da ausência do p	oreservativo
a camisinha Antiaids	33
1.3.2 - A Igreja Católica: a crítica ao uso do preservativo e a defesa da abstinência	a sexual, da
fidelidade e da monogamia	36
1.3.3 - Aids, homossexualidade, sexo seguro e abstinência sexual: uma discu	ıssão sobre
sexualidade	45
Capítulo 2 – A experiência da Aids para os Movimentos Civis LGBTs	52
2.1 – "A epidemia de reações e respostas à Aids"	56
2.2 – O movimento homossexual brasileiro no contexto anterior à epidemia de Aio	ls63
2.3 - A atuaçãos dos Movimentos Civis LGBTs no combate aos estigmas e na pr	evenção ao
HIV/Aids	70
Capítulo 3 – A pauta de combate à Aids como elemento articulador	79
3.1 - Visibilidade, prevenção e financiamentos	81
3.2 - A ILGA	87
3.3 - As Conferências Mundiais da ILGA	90
3.4 - A Pauta de direitos e do combate à Aids na 17ª Conferência Mundial da	Associação
Internacional de Gays e Lésbicas da ILGA	92
3.4.1 - Um ano agitado para a comunidade LGBT brasileira	92
3.4.2 - O movimento homossexual torna-se LGBT e os significados do Brasil co	mo sede da
17ª Conferência	94
3.4.3 – Esporte e cultura: outra face da 17ª Conferência da ILGA	97
3.4.4 – As pautas em debate	98
3.4.5 – Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas	101
Conclusão	106

Referências Bibliográficas	108
Fontes	108
Periódicos	109
Relatórios	112
Bibliografia	112

#### Introdução

Em julho de 2015, conclui, pela PUC-Rio, a graduação em História. Como parte dos requisitos para obter o grau de licenciada, apresentei, sob orientação da professora Juçara da Silva Barbosa de Mello, a monografia "Sexualidade e Identidade de Gênero em debate na Aula de História: Por que não?". A elaboração desse trabalho foi primordial para que eu chegasse até esta dissertação, ou melhor, ao esboço dela. Essa primeira delineação converteuse em um pré-projeto, em 2016, quando participei do processo seletivo para ingressar no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da COC/Fiocruz.

Enquanto cursava a graduação, participei de um grupo de pesquisa e de um projeto, ambos foram muito importantes em minha formação acadêmica e profissional. O primeiro, foi o Programa de Educação Tutorial, conhecido como PET, no qual permaneci por cerca de um ano e meio, entre março de 2011 e julho de 2012. Saí do PET para ingressar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, o PIBID, que infelizmente foi traiçoeiramente desmontado durante o Governo Temer.

Embora o PIBID já existisse desde meados de 2007, o edital de 2012 do programa foi o primeiro a permitir a admissão de instituições privadas de ensino superior, como é o caso da PUC-Rio. Assim, em agosto de 2012, ingressei no subprojeto de História "Por que ensinar História? Aprender História para quê? Como formar um professor de História?" e permaneci como bolsista até julho de 2015. Após formada, trabalhei como assistente do coordenador, o professor Ilmar Rohloff de Mattos, até março de 2017, quando matriculei-me no curso de mestrado do PPGHCS.

O PIBID do qual fiz parte, isto é, o das diretrizes de 2007, tinha como umas das propostas principais estabelecer relações mais diretas entre a universidade e a escola pública, aliando teoria e prática na formação de professores. Assim, o licenciando/bolsista, vinculado a sua respectiva universidade e ao coordenador institucional, era inserido, acompanhando um professor supervisor, no universo escolar. Costumávamos dizer que para nós, futuros professores, o PIBID equivalia ao que uma residência significava para os futuros médicos.

Na Escola Municipal Christiano Hamann, na Gávea, vivi a experiência escolar, não mais como aluna, mas como professora em formação. Assim, o PIBID proporcionou-me acompanhar turmas regulares do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; ministrar aulas e atividades de campo; participar de reuniões de pais e mestres; assistir conselhos de classe; montar programas de conteúdo; fazer avaliações; e, principalmente, deu-me, com tudo o que me foi apresentado, autonomia para construir minha prática docente para tornar-me uma

professora-autora de aulas de História como um texto<sup>1</sup>. Além disso, suscitou uma série de questões que se desdobraram em pesquisas. Assim, a partir da experiência do PIBID, decidi meu tema de monografia; e a partir de meu tema de monografia, escolhi o tema dessa dissertação.

Compreendendo que uma das principais funções das aulas de História é capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais², trabalhei, em minha monografia, como a aula de História é propensa e adequada, não só em seus conteúdos canônicos, a problematizar e debater questões de gênero e sexualidade. Com o método de entrevista semidirigida³ de história oral, entrevistei professores de história de escolas públicas do município do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar se eles dominavam alguns conceitos e discussões sobre gênero e sexualidades; e se costumavam debater essas questões em suas aulas.

À época, os resultados das entrevistas causaram-se preocupação, especialmente, por dois motivos: 1) os professores entrevistados não abordavam em suas aulas discussões sobre gênero e sexualidade; 2) eles sequer conheciam uma discussão mais teórica sobre esses temas. Entretanto, percebi que eu mesma, que estava encerrando a graduação, não tinha estudado esses temas em minhas aulas, o que sabia tinha sido pesquisado por conta própria para a escrita da monografia e ao assistir debates em mesas, seminários e simpósios. Ficava clara a lacuna formativa.

Tentando compreender mais a organização do movimento LGBT no Brasil, discuti o tema em um capítulo da monografia. Abordando o contexto da época, isto é, de uma sociedade que se deparava com a crise de antigos paradigmas<sup>4</sup> o que a colocava, muitas vezes, em dilema constante<sup>5</sup>. A partir desse contexto, busquei evidenciar questões como a visibilidade de sujeitos LGBTs na sociedade; as conquistas de direitos civis; as tensões com grupos religiosos e tradicionalistas; e os altos números de mortes por LGBTfobia no país. Entretanto, voltando um pouco mais, mais especificamente a fins da década de 80 e início da

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>MATTOS, Ilmar Rohloff de. "'Mas não somente assim!' Leitores, autores, autores, autores e o ensino-aprendizagem de História". In: **Tempo**. v, 11. n. 21. 2006.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>PINSKY, Carla Bassanezi. "*Gênero*". In: **Novos temas nas aulas de História.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 31-32.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> BONAZZI, Chantal de Tourtier. "Arquivos: propostas metodológicas" In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). In: **Usos e Abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 238

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> SARLO, Beatriz. "Prostitutas, travestis e vizinhos". In: **Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

de 90, deparei-me com a questão embrionária dessa dissertação de mestrado: qual foi a importância da experiência da Aids para a organização do movimento LBGT brasileiro?

Confesso que, na ocasião de escrita da monografia, não consegui responder a essa questão, ela fugia, de certa forma, do tema proposto. Sendo assim, ela ficou em aberto, mas sabia que era uma reflexão que outrora iria revisitar. De fato, revisitei. Só que dessa vez, contei, inicialmente, com o apoio de Regina Facchini e Júlio Simões em "Na trilha do arcoíris: Do movimento homossexual ao LGBT"; de James Green e Renan Quinalha em "Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade"; e de Dilene Raimundo Nascimento em "As Pestes do Século XX: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada". A partir da leitura dessas obras, comecei a lapidar o que seria a questão deste trabalho. Assim, caro leitor, nasceu, em 2016, o primeiro esboço do projeto que resultou nessa dissertação de mestrado.

Para isso, tomamos a doença como objeto de estudo histórico e reconhecemos que a experiência da doença é um fenômeno sociocultural imbricado de representações, significados e reações. Sendo assim, a proposta deste trabalho é investigar a influência da experiência da Aids e do combate ao HIV/Aids para a organização dos Movimentos civis LGBTs da cidade do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995; e para a 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Transand Intersex Association (ILGA)*, evento esse que trouxe ao Brasil a Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas, manifestação que inaugurou as Paradas do Orgulho LGBTI no país.

No primeiro capítulo, realizamos uma discussão sobre Aids e sexualidade. Dessa forma, discutimos os estigmas e representações sociais que inicialmente associavam essa doença aos homossexuais masculinos. Todavia, isso não se restringiu apenas a esse período. Nos anos 1990, momento no qual o agente causador, isto é, o vírus HIV, já havia sido identificado e já se tinha a clareza sobre as formas de transmissão dessa enfermidade, assim como de que qualquer pessoa que tivesse um comportamento de risco estava passível de contrai-la, a atribuição da Aids como uma doença de homossexuais masculinos ainda persistia fortemente.

Entretanto, é indispensável levar em consideração o cenário de combate à Aids nos anos 90, ou seja, o considerável e crescente número de heterossexuais infectados, o que mudou o "perfil" do indivíduo que era suscetível a essa enfermidade. Por isso, outro ponto em questão é o debate sobre sexualidade e as formas de prevenir a doença. As formas e estratégias de prevenção da Aids traçadas pelo Governo Federal brasileiro, tais como as campanhas e o estímulo ao uso da camisinha, foram por diversas vezes questionadas e

criticadas pela Igreja Católica. Essa instituição, por sua vez, propunha a recuperação de valores morais e cristãos, dentre eles, o celibato e a fidelidade no casamento, como as principais e reais formas de prevenir a transmissão do HIV/Aids

Nesse capítulo, as fontes analisadas são os jornais Folha de São Paulo, O Dia, O Estado de São Paulo, O Fluminense, O Globo, Jornal do Commércio e Jornal do Brasil. Nesses periódicos, integrantes do Alto Clero da Igreja publicaram críticas em oposição às medidas e campanhas de combate à Aids implementadas pelo Governo Federal. Mais do que as críticas, é possível acompanhar nas edições dos jornais selecionados o debate travado entre religiosos, ativistas do movimento homossexual e leitores sobre Aids e sexualidade. Analisando essas fontes, constatamos que está presente uma discussão não só sobre a homossexualidade, mas essencialmente sobre a regulação da sexualidade humana em suas diversas faces, entre elas, a heterossexualidade associada a normas e valores religiosos, morais e sociais, como evidenciou FOUCAULT (2013).

No segundo capítulo, abordando a doença como objeto da pesquisa histórica (NASCIMENTO e SILVEIRA, 2004), investigamos a influência da experiência da Aids para a organização do movimento LGBT na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1986 e 1995. Concentramos nossa análise no que FACCHINI (2005 e 2011) definiu como "segunda onda" e "terceira onda" do movimento LGBT brasileiro.

Nessa conjuntura, posterior a redemocrazação política do Brasil, ocorrida em 1985, novos desafios foram impostos e em virtude disso novos rumos foram tomados pelo ativismo LGBT; a Aids teve um peso significativo nisso. Esse caso exemplifica como o estudo de história das doenças apresenta o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, processo de construção de identidades individuais e de grupos (NASCIMENTO e SILVEIRA, 2004).

Questionamos a posição de alguns autores, como MACRAE (1990), que defendem que, nesse contexto, o movimento LGBT viveu um momento de enfraquecimento e declínio por ter elencado o combate ao HIV/Aids e aos seus estigmas à sua principal pauta de atuação. Pelo contrário, interpretamos que, na conjuntura da redemocratização política, quando muitos movimentos sociais começaram a se dispersar, a experiência da Aids foi um importante elemento articulador para o movimento LGBT brasileiro, mantendo-o unido e criando novas formas, sob outros propósitos, de agrupamento e atuação.

De acordo com GREEN (2014), a Aids não inaugurou o então movimento homossexual brasileiro. Muitos grupos já existiam e já atuavam em um cenário anterior a doença desde a "primeira onda", iniciada em fins da década de 1970. Mas, para FACCHINI e

SIMÕES (2009), a Aids representou uma epidemia de informação e aprendizado político<sup>6</sup> que se desdobrou em novas formas e campos de atuação do movimento LGBT.

GREEN (2000) destacou que na primeira metade dos anos 90, o estado do Rio de Janeiro contava com a atividade dos grupos gays Atobá, Triângulo Rosa, Noss, Astral e Grupo Arco-íris (GAI), todos tinham no combate ao HIV/Aids um dos eixos centrais de seus trabalhos, mas não o único. A agenda do combate ao HIV/Aids não estava desassociada das agendas historicamente defendidas por grupos como estes, isto é, o acesso pleno a cidadania, o respeito aos direitos humanos e o reconhecimento de direitos sociais.

Desse modo, a experiência da Aids e do combate a ela mostrou-se um elemento articulador para a formação, à época, de novos grupos, entidades, ONGs, que a associavam diretamente às lutas históricas do movimento LGBT. Além disso, foi nesse período e sob essas circunstâncias que a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (ABGLT), reunindo cerca de 30 grupos, foi fundada, em 1995.

Dado esse quadro, no terceiro capítulo, analisamos outra dimensão da relação entre o movimento LGBT e a Aids entre meados dos anos 80 e 90. Trata-se do trabalho com a prevenção ao HIV/Aids feito por ONGs, grupos e entidades LGBTs, em parceria com o Governo Federal, o Ministério da Saúde e ONGs/Aids, como a ABIA e o Grupo Pela Vidda. Nossa questão é tentar compreender em que medida esse trabalho contribuiu para que essas instituições obtivessem financiamento público e privado para manter-se em funcionamento e organizando encontros, seminários, marchas e Paradas pró-LGBTs.

Ademais, investigamos como a pauta de combate ao HIV/Aids passou a compor e a ser fundamental em reuniões políticas e convenções do movimento LGBT, mas, sem deixar de ser associada à cidadania e aos direitos universais plenos. Para isso, analisamos a programação e algumas das discussões realizadas na 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Transand Intersex Association (ILGA)*. Esse evento, encerrado com a Marcha Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis, que foi estabelecida pela comunidade LGBT como a primeira Parada do Orgulho LGBT realizada no Rio de Janeiro e no Brasil, foi um marco para o país.

Desse modo, cabem alguns questionamentos que nos propusemos a responder nesse capítulo. Quão forte e organizado era o ativismo homossexual do Rio de Janeiro nos anos 90 a ponto da cidade sediar, em 1995, a 17ª Convenção Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da ILGA? Qual a influência da Aids e desse cenário de enfrentamento à

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup>FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 132.

doença para a organização do movimento LGBT? Por que um evento que tinha como temas centrais o direito dos LGBT e o combate à Aids foi sediado no Rio de Janeiro?

Com base nesses três capítulos, resultado da pesquisa realizada ao longo do mestrado, pretendemos, com esta dissertação, responder como a influência da experiência da Aids, dos estigmas imputados aos homossexuais masculino por causa dela e o combate ao HIV/Aids contribuíram para a organização dos Movimentos Civis LGBTs da cidade do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. Mas não somente isso, cabe também compreendermos como as pautas de discussões sobre HIV/Aids e direitos humanos compunham as discussões centrais de eventos como a 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da ILGA que com a Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas contribuiu para o inicio das Paradas do Orgulho LGBT do Brasil.

#### Capítulo 1- As discussões sobre Aids e sexualidade

#### 1.1- O contexto de surgimento da Aids e a associação à homossexualidade masculina

Entre o final de 1980 e o começo de 1981, cinco jovens do sexo masculino, entre 29 e 36 anos, residentes em Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos da América, foram acometidos coincidentemente por doenças como candidíase oral, citomegalovírus (CMV), pneumonia por *Pneumocystis Carinii*, Sarcoma de Kaposi (SK) e sintomas como emagrecimento e febre persistente<sup>7</sup>. Anteriormente saudáveis e sem histórico algum de problemas de saúde relacionados à baixa imunidade, estes pacientes apresentavam um quadro de doenças oportunistas, isto é, as que se instalam no organismo em situação de baixa imunidade<sup>8</sup>. Os pacientes não se conheciam e não tinham contatos comuns ou conhecimento de parceiros sexuais que tivessem doenças semelhantes<sup>9</sup>. Dois dos cinco homens relataram ter contatos homossexuais frequentes com vários parceiros, todos os cinco relataram o uso de drogas inalantes, e um relatou abuso de drogas parenterais<sup>10</sup>.

A misteriosa enfermidade que ensejava a entrada de doenças oportunistas no organismo era desconhecida no campo da medicina no início dos anos de 1980. Observações tanto clínicas quanto epidemiológicas indicavam que a doença era transmitida por via sexual e sanguínea de secreções contaminadas. Suspeitava-se que o agente infeccioso era um vírus. Devastadora para o corpo afetado; nem a causa, nem um tratamento e nem a cura dessa nova entidade clínica eram conhecidas. Sem uma nomeação específica, vigoraram denominações como 'pneumonia gay', 'câncer gay', 'síndrome gay' ou mesmo *Gay Related Immune Deficiency* (GRID) – imunodeficiência ligada ao homossexualismo<sup>11</sup>. Fortemente carregadas por uma dimensão moral, tais designações associavam-na aos homossexuais masculinos. Assim, os primeiros casos de Aids, verificados nos EUA, foram utilizados como base para considerar a doença como um mal que afetava um grupo específico de pessoas "diferentes";

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup>Pneumocystis Pneumonia --- Los Angeles. MMWR. 5 de junho de 1981/30 (21), p. 1-3.Disponível online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june</a> 5.htm>. Acesso em outubro de 2017.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup>Relatado por MS Gottlieb, MD, HM Schanker, MD, Fan PT, MD, A Saxon, MD, JD Weisman, DO, Div de *ClinicalImmunology-Allergy*; Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da UCLA; Eu Pozalski, MD, Cedars-Mt. Hospital Siani, Los Angeles; Serviços de *campo Div, Epidemiology Program Office*, CDC, apud *Pneumocystis Pneumonia --- Los Angeles. MMWR*. 5 de junho de 1981/30 (21), p. 1-3.Disponível online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june\_5.htm">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june\_5.htm</a>>. Acesso em outubro de 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **As Pestes do Século XX: tuberculose e AIDS no Brasil, uma história comparada.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 82.

além desses, havia os usuários de drogas injetáveis. Esses grupos estavam, respectivamente, à margem da moralidade e da legalidade<sup>12</sup>.

Em 1982, a nova enfermidade foi nomeada como Acquired Immunodeficiency Syndrome, mas ficou popularmente conhecida nos EUA, assim como no Brasil, pela sigla Aids. Em português, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, também identificada como Sida. Nesse mesmo artigo publicado pela **MMWR** ano. em um (MorbidityandMortalityWeeklyReport), a doença ganhou a sua primeira definição. No texto, a Aids foi descrita e caracterizada como uma doença provocada por um defeito na imunidade ocorrido em pessoas sem um quadro de doença imunológica prévia<sup>13</sup>. Contudo, só em 1983 o agente causador foi descoberto após o vírus ser isolado pelo virologista e médico francês Luc 1986, Montagnier, do Instituto Pasteur, sendo, em nomeado como HIV (HumanImmunodeficiencyVirus), Vírus da Imunodeficiência Humana. Pela forma com agia no organismo, a Aids mostrou-se um desafio para a ciência biomédica em um momento espetacular de crescimento da expectativa de vida em virtude dos avanços tanto na ciência quanto na medicina<sup>14</sup>:

Portanto, a Aids foi inicialmente identificada como síndrome que acomete indivíduos do sexo masculino e homossexuais. A identificação clínica da Aids ocorreu primeiramente nos EUA, onde logo, e quase exclusivamente, os homossexuais masculinos foram categorizados como grupo de risco. Não demorou, porém, e se constatou a ocorrência da doença em usuários de drogas injetáveis e hemofílicos, aumentando então o número dos grupos de risco, mas sobre os quais se manteve a concepção de grupos exclusivamente atingidos pelo mal. A Aids permanecia, assim, como uma doença 'estranha' que acometia pessoas consideradas 'estranhas'<sup>15</sup>.

No ensaio "Doença como metáfora", SONTAG (2007) analisou as fantasias sentimentais ou punitivas engendradas na ocasião em que um indivíduo emigra e passa a viver no reino da doença<sup>16</sup>. O objeto central da reflexão não é a enfermidade física em si, mas o seu emprego como figura ou metáfora. Tal uso, em muitos casos, torna a experiência da doença ainda mais complexa e dolorosa. Essas metáforas podem imputar culpas e castigos ao

\_

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/A Aids e suas metáforas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007 p. 99

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Op. cit.* p. 83.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> HERZLICH, Claudine. "Os encargos da morte". In: **Instituto de Medicina Social. Série: Estudos em Saúde Coletiva.** n° 052. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993. p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Op. cit.p. 83.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> SONTAG, Susan. Op. cit., p. 11.

enfermo, responsabilizando-o pela situação, bem como acabam estigmatizando tanto a doença quanto o doente.

SONTAG (2007) reconhece que é praticamente impossível residir no reino dos doentes sem ter sido previamente influenciado pelas metáforas lúgubres com as quais ele foi pintado. Todavia, o texto é um convite a encarar a doença sob outro prisma. Defrontar-se perante ela de uma forma distinta do modo habitual. Isto é, encará-la de maneira isenta do pensamento metafórico que carrega e que está introjetado e manifestando-se de diversas formas na sociedade. Esvaziar o significado das metáforas e dos mitos, bem como dissolvelos, para a autora, é a forma mais saudável de se estar doente.

Desse modo, SONTAG (2007) conclui que as doenças são usadas como metáforas: na projeção de sentimentos sobre o mal; como adjetivos predatórios, cruéis e implacáveis; para categorizar o que é visto como moral e socialmente errado; sobre o que é ter força, fraqueza e energia; e a respeito de sentimentos como sensibilidade, tristeza e impotência<sup>17</sup>. Em contrapartida, como uma das consequências da enfermidade, o doente recebe uma série de estigmas baseados em teorias psicológicas e padrões morais. Essas metáforas não são construídas de forma "natural", longe disso, elas são produzidas, utilizadas e ganham significados a partir de padrões e discursos morais, sociais, políticos e econômicos.

Com status de terrível e de origem desconhecida, a enfermidade que acometeu os cinco jovens homossexuais, em Los Angeles, entre o final de 1980 e o início de 1981, somava adjetivos que facilitavam a metaforização<sup>18</sup>. Assim, nessa conjuntura inicial, a doença foi considerada uma forma de punir uma comunidade específica de indivíduos com práticas licenciosas: homossexuais masculinos. Nesse primeiro momento, a imagem icônica que prevaleceu foi a de que a Aids não escolhia a vítima aleatoriamente, mas sim grupos específicos e pré-determinados, que tinham uma sexualidade divergente ou vício em drogas ilícitas<sup>19</sup>. Desse modo, foram fundamentadas as representações iniciais construídas acerca da Aids:

A visão predominante não era a de que o vírus pudesse atingir quaisquer homens e mulheres sexualmente ativos, usuários de drogas injetáveis, hemofílicos etc., e sim de que a Aids era uma doença de gays. Junto a essa concepção figurava a de que a transmissão não estava associada à falta de métodos preventivos — uso de preservativo masculino, seringas descartáveis,

<sup>18</sup>SONTAG, Susan. Op. cit. p. 90.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> SONTAG, Susan. Op. cit. p. 57.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Op. cit. p. 83.

sangue testado para transfusão etc., mas às práticas sexuais consideradas desviantes<sup>20</sup>.

Como destaca TRONCA (2000), o cruzamento entre o tema das drogas e o da promiscuidade sexual atribuída aos gays, como se fizesse parte da própria natureza da homossexualidade, forneceu o travejamento para a construção da história da Aids no início dos anos 80<sup>21</sup>. A princípio, não se compreendia que a transmissão ocorria pela falta de métodos preventivos nas relações sexuais, pelo compartilhamento de seringas infectadas e pela transfusão de sangue contaminado. No início da história da Aids, de acordo com SONTAG (2007), acreditava-se que a transmissão transcorria entre indivíduos de comportamento anormal, perigoso, irresponsável, delinquente e pertencente a grupos específicos, dessa forma, castigando-os e punindo-os por sua conduta reprovável:

A peste é invariavelmente encarada como uma condenação da sociedade, e quando a metaforização da Aids a transforma numa condenação, as pessoas acostumam-se à ideia de que a doença inevitavelmente se espalhará por todo o mundo. Essa é a utilização tradicional das doenças sexualmente transmissíveis: apresentá-las como castigos impostos não apenas a indivíduos, mas também a todo um grupo ("licenciosidade geral")<sup>22</sup>.

Interpretar a Aids como uma peste significou um tipo de metaforização que a associava a um castigo divino destinado aos que foram inicialmente atingidos por ela. Nessa perspectiva, a interpretação era de que a doença demonstrava o poder punitivo de Deus, a realização da sua justiça, uma espécie de castigo-resgate da comunidade dispersa para reintroduzi-la no caminho da salvação<sup>23</sup>. Como ressalta SONTAG (2007), preliminarmente, a doença foi concebida como algo de pessoas "diferentes"<sup>24</sup>. Sempre o outro; o "estranho"; o diferente; o indivíduo com práticas sexuais "anormais", o "estrangeiro", o "de fora" ou, por exemplo, e em escala menor, o viciado em drogas injetáveis<sup>25</sup>.

<sup>20</sup> VIANNA, Eliza; NASCIMENTO, Dilene. R. "Nunca me senti tão maldito?: o estigma e a epidemia de Aids no Brasil". In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia. (Org.). **Uma história brasileira das doencas.** Vol.4. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traco, 2013, v. 4, p. 242.

<sup>23</sup> BASTOS, Mário Jorge da Motta. "Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI)". In: **Tempo**. Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 183-205. p. 186.

.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> TRONCA, Italo. As máscaras do medo: LeprAids. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000. p. 118.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> SONTAG, Susan. Op. cit. p.119.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> SONTAG, Susan. Op. cit. p. 99.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> TRONCA, Italo. *Op. cit.* p. 130.

Tudo isto configura, segundo TRONCA (2000), a ação de buscar no outro a origem do mal desconhecido. De acordo com NASCIMENTO (2005), tal juízo não só prevaleceu nos EUA como também foi exportado para muitos países. No Brasil, os primeiros casos de Aids foram detectados na cidade de São Paulo, em 1983. Assim como nos EUA, as primeiras ocorrências acometeram homens homossexuais<sup>26</sup>. Dos dois primeiros doentes, apenas um deles esteve por diversas vezes nos EUA, o outro jamais havia saído do país. Em sua tese de doutorado, um estudo comparado entre duas pestes do século XX no Brasil, a tuberculose e a Aids, NASCIMENTO (2005) ressalta que:

Quando surgiram os primeiros casos de Aids no Brasil, observou-se imediatamente a categorização criada, principalmente, nos EUA: tratava-se de uma síndrome de imunodeficiência adquirida causada pelo vírus HIV, que, com seu tropismo predominante para as células do sistema imunológico, seria responsável por disfunções da resposta imune, permitindo a instalação de doenças oportunistas que tomariam uma evolução grave. Homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos constituiriam os grupos de risco<sup>27</sup>.

Os jornais evidenciaram muitas das formas de representação social e significados da Aids associados aos homossexuais masculinos. No dia 12 de junho de 1983, o *Jornal do Brasil* destacou que o Brasil já registrava dois casos de 'Câncer-Gay'<sup>28</sup>. Quando o agente causador da enfermidade foi identificado, em 1983, o *Jornal do Brasil* informou que era um vírus pequeno que causava o 'Câncer Gay'<sup>29</sup>. É interessante observar a terminologia empregada para se referir à doença nos jornais no início dos anos 80, pois ela diz muito sobre a forma como as sociedades encaravam-na e tentaram entendê-la.

Os conceitos utilizados para tentar tornar essa realidade inteligível<sup>30</sup> estão carregados de representações e percepções socioculturais da Aids. Essas nomenclaturas relacionam-na diretamente com os homossexuais masculinos, construções que de forma alguma são discursos neutros, nelas aparecem concepções do mundo social e de valores morais<sup>31</sup>. Do

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Op. cit. p. 90.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup>*Ibidem*, p. 85-86.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Jornal do Brasil 12/06/1983 p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Jornal do Brasil 21/06/1983 p. 12.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> KOSSELECK, Reinhart. "*UMA HISTÓRIA DOS CONCEITOS: problemas teóricos e práticos*". In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1882. p. 134.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup>CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 16-17.

mesmo modo, a comunidade científica não esteve isenta de preconceitos e julgamentos morais, uma vez que a ciência possui uma forte dimensão social<sup>32</sup> impermeada por relações e aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que têm relação com a realidade científica<sup>33</sup>. Nesse cenário, no qual compreendia-se que a transmissão ocorria entre indivíduos de comportamento anormal, perigoso, irresponsável e delinquente, efetuou-se a construção social da Aids no EUA. Nesse mesmo movimento, configurou-se a imagem do gay como o disseminador da doença:

Um suposto 'estilo de vida gay', cruzado com o uso de drogas inalantes (poppers), foi o parâmetro segundo o qual a epidemiologia construiu a história da Aids nos Estados Unidos. De fato, a Aids tornou-se a história do homossexual masculino, mediante a construção de um hipotético corpo do homem homossexual. E tal construção oculta um significado eminente alegórico, qual seja, hipostasiar a figura do gay, identificando-o com a mulher<sup>34</sup>.

Essa construção alegórica que TRONCA (2000) identifica entre o gay e a mulher no contexto do surgimento e da disseminação da Aids está relacionada ao que o autor chamou de papel central das mulheres, especialmente das prostitutas, na história das doenças venéreas, as que conhecemos hoje como sexualmente transmissíveis. Entretanto, no caso da Aids, isso foi diferente. Desde o início da história da pandemia até o final dos anos 80, a mulher esteve oculta nas estatísticas e narrativas científicas por trás do rótulo outro<sup>35</sup>. Inicialmente, coube aos homossexuais masculinos o papel central de disseminador do vírus HIV.

Segundo PARKER (1994), no momento do surgimento da Aids, ou seja, no início dos anos 1980, uma estreita relação entre a epidemia e a homossexualidade masculina foi construída pelo imaginário coletivo<sup>36</sup>. Como apontam VIANNA e NASCIMENTO (2013), essa associação que contribuiu justamente para a rotulação da Aids como uma doença atribuída e disseminada por homossexuais masculinos foi produzida pela própria estigmatização que os homossexuais já sofriam na sociedade<sup>37</sup>.

<sup>32</sup>LATOUR, Bruno. **A ciência em Ação**. São Paulo, Unesp, 2000.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup>MERTON, K. Robert. **Sociologia – Teoria e Estrutura**. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup>Ibid, p, 133.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup>Ibid, p, 137.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup>PARKER, Richard. **A Construção da Solidariedade: AIDS, Sexualidade e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA; IMS-UERJ; Relume Dumará, 1994. p. 53.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> VIANNA, Eliza; NASCIMENTO, Dilena. R. Op. cit. p. 242.

Portanto, esse imaginário coletivo que estreitou as relações entre gays e a Aids está, em parte, imbuído do próprio preconceito e discriminação sofridos há séculos por esses indivíduos. De acordo com SEPULVEDA e SEPULVEDA (2006), as práticas impetradas aos homossexuais estão fundamentadas no pensamento conservador político, o que conduz a um discurso hegemônico que preconiza a heterossexualidade como a norma metro-padrão do comportamento sexual<sup>38</sup>. Como consequência disso, é fomentado diariamente a construção do preconceito contra essas pessoas, tornando-se, assim, um instrumento poderoso de manutenção das hierarquias sociais, morais e políticas<sup>39</sup>.

Para POLLAK (1990), a culpabilização dos homossexuais pela Aids está relacionada com a busca de uma explicação para a doença e para a epidemia visto que era necessário tentar explicar o que estava acontecendo<sup>40</sup>. A homossexualidade, considerada uma sexualidade marginal, foi e ainda é, para alguns grupos, uma conduta social reprovada. Por isso, tornou-se viável e plausível explicar o advento da Aids como um castigo destinado especificamente a essa comunidade cuja conduta, para o senso comum, é marcada pelo desvio das normas morais e religiosas vigentes, uma transgressão de um dos tabus mais arraigados das sociedades<sup>41</sup>.

Não só culpados pela origem da doença, como também pela sua disseminação. Segundo VITIELLO (2009), os homossexuais masculinos, definidos como promíscuos, passaram cada vez mais a ser considerados culpados pelo aumento do número de soropositivos. A desinformação geral sobre a doença e as formas de transmissão e prevenção, por sua vez, acabou perpetuando o pânico entre todos, assim, a segregação de homossexuais passou a ser uma alternativa naquele período<sup>42</sup>.

Mas, por que a Aids foi tão fortemente associada aos gays? Isso se deve somente ao fato de que os primeiros casos atingiram indivíduos desse grupo? ROTELLO (1998) evidencia que não foram só os primeiros casos de Aids que atingiram em cheio a comunidade dos homossexuais masculinos. Na ocasião da primeira epidemia, ainda nos anos 1980, esses indivíduos compunham o grupo que foi mais fortemente impactado pela doença. A maioria dos casos registrados nesse período era de homens homossexuais com múltiplos parceiros

<sup>38</sup>SEPULVEDA, José Antônio. SEPULVEDA, Denize. "CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR: um exemplo de exclusão". In: **Movimento: Revista de Educação.** Ano 3, n. 5. UFF, 2016. p. 91.

<sup>40</sup>POLLAK, Michael. **Os Homossexuais e a Aids: Sociologia de uma Epidemia.** São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

<sup>39</sup>Idem

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup>Idem, p. 41.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup>VITIELLO, Gabriel Natal Botelho. **A Aids em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX.** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 108p. p. 64-65.

sexuais e usuário de drogas intravenosas<sup>43</sup>. Dado esse quadro concreto, uma série de hipóteses foram levantadas para tentar compreender e explicar uma importante questão: Por que a comunidade gay foi violentamente atingida pela Aids nesses primeiros anos?

Para ROTELLO (1998), as hipóteses elaboradas para responder a essa questão estão relacionadas com uma série de assuntos de cunho moral, religioso, social e cultural que, por sua vez, não tem necessariamente correspondência com a enfermidade em si e nem com seus efeitos físicos nos organismos atingidos. Essas hipóteses são frutos do processo de metaforização da enfermidade como bem destacou SONTAG (2007). Assim, cada grupo, seja o dos médicos, os religiosos, os enfermos ou a comunidade homossexual, tentou responder e explicar, de forma particular e de acordo com os seus valores, visão de mundo, concepções sociais e cultuais, por que a Aids atingiu primeiramente os homossexuais masculinos.

Segundo ROTELLO (1998), para a comunidade dos gays, o alto número de homossexuais masculinos afetados pelo HIV e pela Aids foi interpretado como uma expressão da negligência e da homofobia da sociedade e dos governos com este grupo. Para os que ROTELLO (1998) definiu como socialmente conservadores, isto é, os que valorizam os confortos e a estabilidade do presente e cuja possibilidade de perde-las em situação de mudança, especialmente, de mudança brusca, configura uma privação fundamental<sup>44</sup>, a Aids foi uma expressão da promiscuidade dos homossexuais masculinos e da insalubridade própria e típica da homossexualidade. Para os cientistas, a Aids se alastrou desastrosamente entre os gays porque, assim como todas as epidemias, ela é uma perturbação ecológica que surge quando os comportamentos humanos criam um nicho para um determinado micróbio<sup>45</sup>.

Tomando a perspectiva dos cientistas, ROTELLO (1998) afirma que para compreender como a epidemia de Aids atingiu primeiramente e em grande número dada população, no caso, a dos homossexuais masculinos, é necessário entender como os padrões de comportamento desses indivíduos alteraram-se de uma forma a oferecer uma oportunidade ecológica à essa doença<sup>46</sup>. Para o autor, biologicamente falando, o impacto da Aids na comunidade gay configura um evento ecológico e que não pode, de forma alguma, ser entendido como um castigo ou uma punição aos homossexuais.

Entretanto, para ROTELLO (1998), no fator social, isto é, nas formas como as

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup>Current Trends Prevention of Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS): Report of Inter-Agency Recommendations. MMWR.4 de março e 1983/32 (8); 101-3. Disponível Online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001257.htm">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001257.htm</a>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup>COUTINHO, João Pereira. **A ideias conservadoras explicadas a revolucionários e a reacionários.** São Paulo: Três Estrelas. 2014. p. 21-22.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> ROTELLO, Gabriel. **Comportamento Sexual e AIDS: a cultura gay em transformação.** São Paulo: Summus, 1998. p. 13.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Ibidem, p.14.

sociedades reagiram inicialmente a isso, quer dizer, colocando o comportamento homossexual no centro do estigma, foi uma expressão de preconceito que não só estigmatizou os gays, mas acabou contribuindo para a disseminação da doença. A visão predominante, nos anos 80, não era a de que o vírus pudesse atingir quaisquer homens e mulheres sexualmente ativos, usuários de drogas injetáveis, hemofílicos que passavam constantemente por processos de transfusão de sangue etc., e sim de que a Aids era uma doença de gays<sup>47</sup>. Mas, como ressalta PARKER (1991), conforme a epidemia de Aids se desenvolveu, no Brasil e no mundo, os bruscos aumentos de casos da doença entre heterossexuais, usuários de drogas intravenosas e hemofílicos evidenciaram que a caracterização prévia da epidemia enquanto uma doença de homens homossexuais era nitidamente incorreta<sup>48</sup>.

#### 1.2 - A "segunda onda" da Aids

De acordo com MANN (1990), no final dos anos 80, a epidemia de infecção pelo HIV era global e permanecia dinâmica. A Aids continuou a expandir-se de três modos: aumentando de forma geral e, às vezes, de forma dramática em áreas já atingidas; expandindo sua abrangência geográfica e com isso alcançando países e regiões previamente não afetadas ou apenas levemente afetadas pelo HIV; e tornou-se uma pandemia (epidemia amplamente disseminada) extremamente complexa e cada vez mais diversa em nível comunitário, regional, nacional e mundial<sup>49</sup>. Dessa maneira, essa pandemia refletia a grande variedade das circunstâncias sociais, econômicas e culturais da sociedade que, por sua vez, criavam, ampliavam e mantinham o potencial de exposição e, portanto, maiores chances de infecção pelo vírus HIV<sup>50</sup>.

No início dos anos 1990, passados dez anos do surgimento da Aids, as estatísticas mostravam que os casos da doença continuavam crescendo<sup>51</sup> e que a disseminação do vírus HIV em todo o mundo tinha aumentado cerca de dez mil por cento<sup>52</sup>. Embora ela continuasse a ser considerada fatal, seu diagnóstico já não era mais confundido com uma sentença

-

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> VIANNA, Eliza; NASCIMENTO, Dilene. R. *Op. cit*, p. 242.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> PARKER, Richard. "Depois da Aids: Mudanças no comportamento (Homos)sexual". In: DANIEL, Herbert & PARKER, Richard. Aids a Terceira Epidemia: ensaios e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991. 102-113. p.103.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> MANN, Jonathan M. "A AIDS no mundo na década de 90". In: **AIDS: do preconceito à solidariedade: a** partir da medicina, ciência do social e teologia. São Paulo: Paulinas, 1990. p. 29-30.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Tribuna da Imprensa 08/07/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> O Globo 22/05/1991.

inapelável de morte<sup>53</sup>. Esse novo momento da experiência da Aids também foi marcado pelo aumento de transmissão do vírus em relações heterossexuais. Com isso, o debate sobre a enfermidade passou a envolver não só a homossexualidade, mas as sexualidades em seu sentido mais amplo, o que incluiu, evidentemente, a bissexualidade, em especial, os homens que se relacionavam tanto com homens quanto com mulheres, e a heterossexualidade.

Apesar das discussões acerca de prevenção do vírus HIV e da Aids por relações heterossexuais tenham sido definitivamente mais evidenciadas a partir dos anos 1990, desde o início da epidemia, nos anos 80, pesquisas já chamavam atenção para a transmissão nesse tipo de relação. Em 4 de março de 1983, foi publicado, na MMWR, um estudo nacional, realizado nos EUA, de controle de casos e uma investigação com um grupo de homens homossexuais na Califórnia. Os resultados indicaram que a Aids podia ser transmitida sexualmente entre homens homossexuais ou bissexuais e que já eram relatados casos da doença entre mulheres parceiras sexuais constantes de homens soropositivos, desse modo, sugerindo a possibilidade de transmissão heterossexual<sup>54</sup>.

Tomando como objeto de estudo o gênero masculino no contexto da epidemia de Aids nos anos 90, ou seja, no que ROTELLO (2008) definiu como segunda onda<sup>55</sup> da doença, MOTA (1995) afirma que nos anos 90 a Aids não era mais um problema só de homossexuais masculinos como construiu o discurso conservador e preconceituoso. Entretanto, a enfermidade continuou sendo uma questão importante para os homens que se relacionam sexualmente com homens naquele contexto<sup>56</sup>. No final dos anos 80, apesar dos esforços para desestigmatizar os doentes de Aids e os portadores de HIV, os temores em relação a contatos casuais ainda persistiram fortemente<sup>57</sup>, especialmente no que concerne os homens homossexuais.

Em 20 de maio de 1991, foi publicado no jornal O Globo um artigo sobre a reportagem de três páginas da revista estadunidense *Time* que analisava o quadro de Aids na América Latina. Em linhas gerais, o artigo do jornal reproduzia as questões centrais do texto escrito pelo correspondente da *Time*, Michael S. Serril. De acordo com Serril, o panorama do avanço da Aids, em toda a América Latina, inclusive no Brasil, era alarmante e a doença

<sup>54</sup>Current Trends Prevention of Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS): Report of Inter-Agency Recommendations. MMWR.4 de março e 1983/32 (8); 101-3. Disponível Online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001257.htm">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001257.htm</a>>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>55</sup> Ibidem, p.150.

-

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup>O Estado de São Paulo 5/6/1991.

MOTA, Murilo Peixoto da. "Estudos do Comportamento (Homo)sexual no contexto da Aids". In: Conferência: "Homossexualidades Brasileiras (em tempos de AIDS)". Instituto de Medicina Social/UERJ. Hotel Flórida, Rio de Janeiro, 09 e 10 de janeiro de 1995. p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup>MANN, Jonathan. *Op.cit*, p. 30.

começava a se espalhar mais entre os heterossexuais do que no que ainda era denominado como grupos de risco, isto é, homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas intravenosas<sup>58</sup>.

No Brasil, O Ministério da Saúde informou, em 22 de maio de 1991, que desde o primeiro registro de caso de Aids no país até o dia 3 de março de 1991, tinham sido notificados 17.373 casos da doença em todo o território nacional<sup>59</sup>. De acordo com Eduardo Cortes, diretor da Divisão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde, os limites dos grupos de risco tinham sido ultrapassados e a Aids caminhava para um padrão que atingiria a população em geral<sup>60</sup>:

A incidência da Aids no Brasil rompeu as fronteiras dos grupos de risco e ameaça toda a população. Essa é a conclusão do levantamento feito pela Divisão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis sobre a evolução do número de casos notificados na década de 80. (...) O principal indicador de mudança no perfil da Aids é a ocorrência de casos em mulheres. Atualmente, a transmissão sexual em brasileiras é de 48%, enquanto aquelas contaminadas por uso de drogas é de 35%. Em 1986, a transfusão de sangue respondia por 52% dos casos em mulheres, hoje responde por 10% <sup>61</sup>.

Em 1º de junho de 1991, o Ministério da Saúde publicou o boletim de ocorrências sobre os casos de Aids no Brasil. O documento destacava que o país já acumulava 19.361 casos da doença; que entre as formas de transmissão, a sexual era responsável por 63% dos casos; e que continuava a crescer consideravelmente o número de contaminações por meio de relações heterossexuais<sup>62</sup>. Assim, no ano de 1991, o índice de transmissão entre relações heterossexuais chegou a 19% dos casos notificados em todo o país<sup>63</sup>.

De acordo com o boletim do Ministério da Saúde, o quadro da epidemia de Aids, no primeiro semestre de 1991, caracterizava-se pelos 1.800 novos casos; pelas 619 mortes; e pelo alto índice de transmissão nas relações heterossexuais. Até 1985 a transmissão nesse tipo de relação representava apenas 4% das ocorrências no Brasil, com a comprovação estatística do aumento de registros<sup>64</sup>, o que explicitou o crescimento desses casos, especialmente entre as mulheres, ficou evidente que a Aids deixava de ser uma doença de grupos de risco<sup>65</sup> e um

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> O Globo 20/05/1991

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Diário da Indústria e do Comércio 23/05/1991

<sup>60</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> Folha de São Paulo 03/05/1991.

<sup>62</sup> Jornal da Tarde 10/09/1991.

<sup>63</sup>Idem

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> Folha de São Paulo 10/09/1991.

<sup>65</sup> Tribuna da Imprensa 10/09/1991.

'mal dos homossexuais'66. Conforme o índice de contaminação em relações heterossexuais foi aumentado de forma considerável em todo o mundo, ficou comprovado que todos os homens e mulheres que levavam uma vida sexual ocasional, independentemente de suas preferências, estavam sujeitos ao risco de contágio pelo vírus da Aids<sup>67</sup>:

> Entre as pessoas com comportamento de risco – homossexuais, prostitutas e usuários de drogas injetáveis – os homossexuais são os que tem apresentado mudanças mais significativas em seus hábitos, a contaminação entre eles começa a estacionar, ao contrário do que ocorre entre os usuários de drogas intravenosas<sup>68</sup>.

VITIELLO (2009) afirma que a preocupação com a contaminação do HIV foi responsável por mudanças significativas no comportamento sexual de homossexuais masculinos e de suas atitudes na sociedade civil. A associação da promiscuidade à doença, entendida e relacionada ao número de parceiros sexuais, fez com que muitos homossexuais passassem a privilegiar relacionamentos monogâmicos<sup>69</sup> e mudassem as suas formas de se relacionar sexualmente. Corroborando com essa hipótese, a sanitarista Elizabeth Arevolo destacou que uma das possibilidades para entender a queda proporcional, no que diz respeito a participação dos homossexuais masculinos nas estatísticas de casos de Aids no início dos anos de 1990, podia estar relacionada ao cuidado de indivíduos desse grupo em relação à doença e a maior atenção às técnicas preventivas<sup>70</sup>.

Entretanto, há pesquisas que apontam perspectivas diferentes sobre o tema da mudança de comportamento sexual dos homossexuais masculinos em virtude do advento da Aids. Entre outubro de 1989 e março de 1990, Richard Parker investigou, em conjunto com pesquisadores e estudantes do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o impacto da ameaça de contaminação do vírus HIV na vida de homens envolvidos em interações homossexuais. Nesse período foram entrevistados para a pesquisa cerca de 500 homossexuais masculinos de diversas idades, etnias e classes sociais que residiam na cidade do Rio de Janeiro.

O estudo tinha por intuito levantar as questões relativas às mudanças nas atitudes e comportamento sexuais de gays em resposta aos riscos da Aids e da ameaça de infecção pelo

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup> O Estado de São Paulo 18/11/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> Tribuna da Imprensa 27/01/1992.

<sup>68</sup> Tribuna da Imprensa 08/07/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> Ibidem.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> Tribuna da Imprensa 27/01/1992.

HIV. Em linhas gerais, a pesquisa, que ainda estava em andamento no momento da publicação parcial do trabalho, concluiu que se alguma mudança comportamental dos homossexuais masculinos estava claramente ocorrendo, ela era inconsistentemente, e esta inconsistência estava associada, em grande parte, à má informação ou às informações porosas em relação à infecção pelo HIV e Aids<sup>71</sup>, o que incluía a falta de campanhas e políticas públicas com fins preventivos.

Desse modo, podemos interpretar que o aumento substancial de casos de transmissão do vírus HIV entre heterossexuais diz muitos mais sobre a inexistência de campanhas preventivas eficazes do que uma mudança de comportamento sexual dos homens que mantinham relações homossexuais. No início dos anos 90 a preocupação com a Aids se estendeu para os indivíduos que mantinham relações heterossexuais. O processo de heterossexualização da doença, como definiu MOTTA (1995), incluiu na agenda da Aids pessoas que mantinham relações heterossexuais e bissexuais. Desse modo, o debate acerca do combate e da prevenção da doença passou a ganhar outros contornos.

# 1.3 - As discussões sobre formas de prevenção da Aids no início dos anos 1990: entre o sexo seguro e abstinência sexual

Em novembro de 1991, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou, em Genebra, Suíça, um estudo que ressaltava que as relações sexuais entre homem e mulher eram um dos principais meios de transmissão do HIV<sup>72</sup>. Esse novo padrão apresentava-se em todo o mundo, tanto nos países em desenvolvimento quanto no mundo industrializado<sup>73</sup>. Michael Merson, o então diretor do programa de combate à Aids da OMS, na ocasião de divulgação do estudo, criticou as alegações que qualificou como preconceituosas, segundo as quais só os homossexuais e os viciados em drogas corriam o risco de serem infectados<sup>74</sup>.

O informe da OMS também destacou que, no Ocidente, onde a pandemia de Aids se desenvolveu primeiro entre os homossexuais e os viciados em drogas intravenosas, o perfil da doença e do doente tinham mudado bruscamente em dez anos. Na virada da década de 80 para a década de 90, a porcentagem de pessoas soropositivas contaminadas por relações

<sup>73</sup> O Estado de São Paulo 12/11/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup>PARKER, Richard. "Depois da Aids: Mudanças no comportamento (Homos)sexual". In: DANIEL, Herbert & PARKER, Richard. Aids a Terceira Epidemia: ensaios e tentativas. São Paulo: Iglu, 1991. 102-113. p.113.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Diário Popular 12/11/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> Diário Popular 12/11/1991.

heterossexuais estava aumentando substancialmente<sup>75</sup>. Dessa maneira, a Aids se alastrava entre heterossexuais<sup>76</sup>. Dado esse quadro, a Aids tinha se tornado um risco para a população no geral e não mais para grupos específicos como acreditava-se no início. Isto posto, as formas de prevenção com enfoque na transmissão via relações sexuais tornaram-se uma questão de interesse de todos e o debate não se concentrava mais na homossexualidade, mas numa questão mais ampla sobre sexualidade:

Nesta busca de deslocamento para um novo imaginário da Aids no Brasil promovido pela epidemiologia (da sua homossexualização, para sua heterossexualização), constatamos estar diante de um importante debate que há muito tempo não se via ser tão acirrado: por intermédio da Aids, está decretada a "caça às sexualidades brasileiras". A busca de entendimentos a respeito do comportamento sexual em detrimento da epidemia, entrou na pauta de teses, artigos científicos e jornalísticos<sup>77</sup>.

No contexto marcado pelo crescimento do número de transmissões em relações heterossexuais, a "caça às sexualidades brasileiras", que MOTA (1995) sublinhou, refere-se justamente às discussões sobre sexualidade elencadas em virtude do debate acerca das formas de prevenção da Aids, no Brasil, no início dos anos 1990. No eixo central desse debate, que envolveu diversos atores, tais como médicos, autoridades públicas, portadores do vírus HIV, doentes de Aids, religiosos e ativistas, encontrava-se o sexo seguro, isto é, praticado utilizando preservativo, a abstinência sexual e as relações monogâmicas.

No início da década de 1990, as formas e estratégias de prevenção da Aids traçadas pelo Governo Federal no Brasil foram por diversas vezes questionadas e criticadas pela Igreja Católica. Essa instituição, por sua vez, propunha a recuperação de valores morais e cristãos, dentre eles, o celibato, a fidelidade no casamento e a monogamia, como as principais e reais formas de prevenir a transmissão do HIV. Em oposição às medidas e campanhas do Ministério da Saúde, integrantes da Igreja Católica publicaram críticas em diversos periódicos de ampla circulação nacional, tais como *O Globo, Jornal do Commércio, Folha de São Paulo, O Dia e Jornal do Brasil*.

A partir disso, travou-se, nesses jornais, uma série de discussões, diálogos, respostas e críticas envolvendo religiosos, ativistas do movimento homossexual e os próprios leitores que participavam dando as suas opiniões. Os leitores ora apoiavam a Igreja, ora apoiavam os

-

<sup>75</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup>O Globo 12/02/1992.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> MOTA, Murilo Peixoto da. Op. cit. p. 4.

posicionamentos do movimento homossexual, ora trouxeram novas questões para os debates, dentre elas, denúncias de discriminação contra portadores de HIV, doentes de Aids e com os ainda chamados grupos de riscos.

# 1.3.1 - Campanhas do Ministério da Saúde no início dos anos 90: da ausência do preservativo a camisinha Antiaids

Em julho de 1991, o Ministério da Saúde preparava-se para lançar a terceira campanha de combate a Aids do Governo Federal. Com o tema "Se você se cuidar, a Aids não vai te pegar", a campanha era composta por três filmes publicitários que seriam exibidos na televisão, em rede nacional. Idealizados pelo Ministério da Saúde e produzidos pela agência publicitária DPZ, os comerciais tinham como propósito central informar à população a respeito do HIV e da Aids. Com essa etapa da campanha, o Governo Federal desejou informar sobre transmissão e também sobre a prevenção da doença. Porém, uma ausência chamou atenção, os vídeos não faziam qualquer referência ao uso da camisinha masculina como forma de se evitar a exposição ao vírus HIV<sup>78</sup>. Assim, antes mesmo de serem lançados, eles chamaram atenção pela omissão do uso do preservativo.

A campanha foi criticada por entidades não governamentais de combate à Aids, porque, de acordo com elas, mais uma vez a camisinha masculina – instrumento por elas considerado fundamental na prevenção à doença – foi retirada de cena<sup>79</sup>. A ausência de referências claras e explícitas ao uso de preservativo também chamou a atenção de Paulo Roberto Teixeira, o então coordenador do Programa de Aids de São Paulo, que destacou que a camisinha deveria ser um dos itens principais da campanha e que seu uso deveria ser ensinado e estimulado pelo Governo Federal<sup>80</sup>.

Já o infectologista Caio Rosenthal, de São Paulo, afirmou que deixar de falar sobre a importância dos preservativos era contrário a tudo que se discutia em congressos de Aids pelo mundo<sup>81</sup>. Para o então coordenador do Grupo Pela Vidda (Valorização, Integração e Dignidade do Doente da Aids), José Stalin, a ausência de preservativos deixava transparecer que a questão, no Brasil, não estava sendo colocada de forma clara e objetiva e que a

81 Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> Folha de São Paulo 09/07/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> Jornal do Brasil 05/07/1991.

<sup>80</sup> Idem.

discussão em torno do assunto ainda era muito nebulosa e extremamente limitada<sup>82</sup>. Assim, podia-se interpretar que as autoridades no país não estavam levando a sério os riscos que a Aids representava para toda a população.

Ao responder essas críticas, Eduardo Cortes, coordenador da Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids do Ministério da Saúde, afirmou que a falta de referência ao uso de camisinha masculina na campanha fazia parte de uma estratégia para mudança do comportamento sexual das pessoas. Para Cortes, existia uma tendência de se concentrar a resolução do problema da Aids no uso de preservativos, mas isso não estava funcionando, por isso, era necessário enfatizar a necessidade da diminuição do número de parceiros sexuais para se reduzir as chances de contaminação pelo vírus<sup>83</sup>.

Eduardo Cortes também destacou que não adiantava dizer para o brasileiro usar camisinha se ele não mudasse antes sua cultura sexual. Por custar caro, advertiu Cortes, a camisinha era inacessível para a maioria da população, assim, o brasileiro continuaria praticando sexo da mesma maneira, sem cuidados e o preservativo não poderia resolver todos os problemas da Aids. Todavia, ele destacou que, apesar disso, um dia a camisinha voltaria às campanhas do Governo Federal de combate ao HIV/Aids<sup>84</sup>. As respostas de Eduardo Cortes às críticas feitas à campanha demarcam uma postura até então nebulosa no Ministério da Saúde com relação aos métodos preventivos e de combate a Aids. Pressionado pela Igreja Católica, o Governo Federal ainda não tinha defendido e estimulado abertamente o uso da camisinha masculina como principal meio de prevenção da doença.

Em maio de 1992, a Irmã Anita Gomes, diretora da Maternidade Amparo Maternal, declarou a Folha de São Paulo que o uso de preservativos era uma forma perigosa de se evitar a Aids, pois tudo o que é artificial pode falhar. Para ela, o único meio seguro contra o vírus era a mudança da mentalidade e do comportamento sexual das pessoas<sup>85</sup>. Maria Lúcia Bello Mazillo, dona de casa e líder de um grupo de senhoras católicas que lutava contra a pornografia na televisão, concordou com a ação do governo de retirar a camisinha da campanha. Para ela, a camisinha era uma coisa íntima e não deveria ser apresentada na televisão, usá-la ou não era problema que deveria ser discutido a dois<sup>86</sup>.

O médico Ranulfo Cardoso, coordenador da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), defendeu que usar camisinha era uma questão de bom senso e que era

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Folha de São Paulo 09/07/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> Jornal do Brasil 05/07/1991.

<sup>85</sup> Folha de São Paulo 09/07/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> Jornal do Brasil 05/07/1991.

necessário usá-la ainda que o papa discordasse, fazendo referência ao posicionamento da Igreja Católica. Já estava comprovado que o sexo era a principal forma de transmissão da Aids e não seria realista pensar que os brasileiros fariam abstinência sexual para se prevenir, por isso, o preservativo precisava ser erotizado para se tornar um hábito no Brasil<sup>87</sup>. Nesse sentido de erotização dos preservativos, as revistas pornográficas, no início dos anos 90, passaram a estimular o uso da camisinha masculina como método preventivo de Aids e defenderam, em suas publicações, a prática do sexo seguro. As editoras HC Comix e Sexlibre lançaram inicialmente um lote de três mil exemplares de suas revistas pornográficas com a contracapa ilustrada com anúncios defendendo a redução de parceiros e uso de preservativos<sup>88</sup>. Nelas apareciam frases como 'reduza o número de parceiros' e 'use camisinha'<sup>89</sup>.

Um ano após a polêmica ausência do uso de preservativo na campanha contra a Aids do Ministério da Saúde, o Governo Federal mudou o eixo de atuação e passou a defender a camisinha como o principal meio antiaids. Essa mudança de abordagem foi autorizada pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello, durante uma reunião com Pelé, o presidente da Comissão Nacional de Aids, e com a coordenadora da Divisão de Aids, Lair Guerra<sup>90</sup>. Desse modo, em 1992, mesmo com a oposição da Igreja Católica, foi realizada a primeira campanha publicitária do Ministério da Saúde centrada no uso de preservativos. Iniciada em 15 de maio de 1992, o objetivo da campanha foi recomendar a camisinha para prevenção da doença, explicando a maneira correta de utilizá-la<sup>91</sup>. Assim, as camisinhas foram usadas de forma explícita nos filmes exibidos durante a campanha<sup>92</sup>. Anteriormente, o principal enfoque das campanhas não era a prevenção, mas sim a questão da Aids ser uma doença mortal e de fácil transmissão<sup>93</sup>.

É importante ressaltar que a mudança de posicionamento do Ministério da Saúde no Brasil acompanhou uma tendência mundial que pôs justamente em evidência a opção pelo sexo seguro, com o uso do preservativo masculino, para evitar o contato e a transmissão. Entretanto, cabe destacar que a pauta da abstinência sexual e da monogamia estiveram entre as recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde como formas de prevenção de HIV e Aids.

\_

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Folha da Tarde 19/02/1991.

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> Folha de São Paulo 29/04/1992.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> O Globo 29/04/1992.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup>Idem.

Quando o jogador de basquete Earvin "Magic" Johnson, que foi diagnosticado com HIV em 1991, passou a posicionar-se publicamente sobre a sua sorologia, ele defendeu a abstinência sexual, e não o sexo com segurança, isto é, usando preservativo, como a melhor forma de se evitar a exposição ao vírus HIV"94. Michael Merson, diretor na Organização Mundial da saúde, do programa de luta contra a Aids, reconheceu que qualquer pessoa com vida sexual ativa podia ser atingido pelo vírus da Aids, independente de quaisquer que fossem as suas preferências sexuais, ninguém estava a salvo do perigo95. Merson apoiou o posicionamento de Magic e afirmou que a OMS explicava que a abstinência para quem levava uma vida sexual ativa e a fidelidade entre pessoas não-contaminadas eram as melhores garantias contra a Aids; já em caso de relações ocasionais a camisinha era a melhor forma de prevenção96.

# 1.3.2 - A Igreja Católica: a crítica ao uso do preservativo e a defesa da abstinência sexual, da fidelidade e da monogamia

De acordo com MANN (1990), no final da década de 1980, houve mundialmente uma forte onda de resistências ao uso do preservativo. A objeção foi ocasionada por diversos motivos, que envolveram, inclusive, especulações de que as camisinhas estariam, ao invés de protegendo, infectando pessoas com o HIV<sup>97</sup>. Nos Estados Unidos, como destacou José Meirelles Passos, correspondente de *O Globo*, em *Washington*, a camisinha masculina ainda enfrentava como barreira o moralismo americano<sup>98</sup>. O desconforto com o preservativo era tamanho que os anúncios e comerciais de camisinhas eram vetados pelas grandes redes de televisão em sua programação. Elas negavam-se a exibi-los por receio de ofender os telespectadores. Mas, mesmo com essa barreira comercial, a partir de 1986, quando Everett Koop, a então maior autoridade médica do país, recomendou o uso de camisinhas masculinas para evitar a contaminação com o vírus HIV, as vendas de preservativo cresceram 8% <sup>99</sup>.

No Brasil, a partir de maio de 1992, tanto as políticas públicas como as campanhas governamentais de combate a Aids passaram a defender o uso de preservativo masculino como principal forma de proteção contra o HIV e a Aids. Com isso, os debates envolvendo

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> Tribuna da Imprensa 28/11/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> Tribuna da Imprensa 12/11/1991.

<sup>96</sup> Idem

<sup>97</sup> MANN, Jonathan. Op. cit, p. 30.

<sup>98</sup> O Globo 09/02/1992.

<sup>99</sup> Idem.

principalmente a Igreja Católica e os seus mais altos representantes no país acirraram-se ainda mais no posicionamento público e contrário ao uso de preservativos. A Igreja defendia que a verdadeira prevenção à Aids só viria por meio da mudança de hábitos sexuais da população. Para a instituição, o Governo Federal deveria informar em suas campanhas que a abstinência sexual e as relações monogâmicas eram as verdadeiras e únicas formas que impediriam o vírus de entrar no organismo e estas deveriam ser as ideias preventivas que deveriam guiar as políticas públicas sobre o combate à Aids.

Dom Eugênio de Araújo Sales, o então arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, publicou, em 27 de julho de 1991, o texto "A desordem sexual" no jornal *O Dia*. No mesmo dia, o artigo foi publicado no *Jornal do Brasil* com o título de "A Aids e seu antídoto" e no *Jornal do Commércio* como "Aids: não ocultar a verdade". No texto, Sales defendeu que o principal meio de prevenção da Aids eram as modificações de comportamento sexual da população. Tecendo duras críticas ao que definiu como uma sociedade decadente de costumes morais, o arcebispo afirmou que a epidemia da doença, que poderia assolar a humanidade, era resultado da liberação dos costumes e do uso de drogas endovenosas<sup>100</sup>.

Para o religioso, que estava alinhado com o posicionamento da Igreja Católica diante do tema, os preservativos eram falsas soluções porque não eram 100% eficazes, mas, principalmente porque estimulavam a promiscuidade de parceiros e, em consequência de sua ineficácia absoluta, facilitam a difusão da enfermidade 101. No momento em que Dom Eugênio Sales publicou esse artigo, o Governo Federal ainda não tinha incluído a camisinha no primeiro plano das campanhas de prevenção do HIV e da Aids.

Porém, pensando nas concepções dessas campanhas, Dom Lourenço de Almeida Prado, Reitor do Colégio São Bento, criticou o que nomeou de educação para a Aids. Para ele, a ínfima possibilidade de ensinar e informar a população sobre a doença e seus métodos preventivos configurava uma legitimação para o exercício da promiscuidade e da homossexualidade Pois, uma vez que os indivíduos estivessem em relações monogâmicas e heterossexuais não seriam atingidos pela doença e, portanto, não precisariam de proteção Posse modo, para Dom Lourenço, ensinar sobre prevenção ao HIV e à Aids era ensinar que a população não precisava mudar seus hábitos e práticas sexuais por conta do advento da doença. Ao invés disso, para o religioso, o necessário a ser feito era propor uma reflexão

<sup>100</sup> O Dia 27/07/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>102</sup> Jornal do Brasil 23/07/1991.

<sup>103</sup> Idem.

sobre a conduta sexual das pessoas com o objetivo de mudá-las e recuperar antigos valores perdidos após a liberação sexual iniciada no mundo nos anos 1960.

O Ministério da Saúde tentou por diversas vezes envolver a Igreja no combate à Aids. De acordo com o Padre Júlio Munaro, então coordenador da Pastoral da Saúde da Arquidiocese de São Paulo, a Igreja estava realmente interessada em lutar contra a Aids, por isso, estava montando casas de acolhida para portadores de HIV e doentes de Aids<sup>104</sup>. Segundo o Padre, a Igreja não poderia negar sua colaboração, mas também não abriria mão de forma alguma de seus princípios éticos, pois se tratava de uma questão filosófica para a instituição que não concordava com o estímulo ao uso e nem com a distribuição de preservativos<sup>105</sup>.

No Carnaval de 1992, o Ministério da Saúde distribuiu durante alguns festejos da cidade de São Paulo cerca de 3 milhões de preservativos 106. A parceria com o governo paulista marcava mais uma mudança nos rumos da forma como o país passava a lidar com a prevenção ao vírus HIV. Anteriormente sequer mencionadas nas campanhas preventivas, as camisinhas masculinas passaram a protagonizá-las no mesmo momento em que começaram a serem distribuídas gratuitamente para a população.

Dom Eugênio Sales criticou a ação realizada no Carnaval e afirmou que a mensagem passada com a distribuição dos preservativos era de que as pessoas poderiam ter o mesmo comportamento sexual anterior à Aids. Isto é, desde que usassem preservativos, os hábitos sexuais poderiam ser o mesmo. Para ele, era necessário levar em consideração que a camisinha diminuiria o risco de contrair o vírus, não o eliminaria<sup>107</sup>:

O período carnavalesco é altamente propício para a propagação da terrível enfermidade. A tônica dos festejos é, em parte notável, calcada na liberdade dos sentidos, isto é, na libertinagem, no desprezo às leis morais e, portanto, no enfraquecimento das restrições à liberdade sexual. Ora, este é o grande fator da difusão da doença. Ela é mortífera e não há remédio para evita-la. Impossível sua cura! O que se propõe – o preservativo – não é a solução. E isto está comprovado. O único meio é a mudança de hábitos sexuais, abandonando a liberdade oriunda da década de 60. E o clima do carnaval é altamente erótico, favorável, pois, à disseminação do vírus. 108

106 O. F.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> O Estado de São Paulo 11/02/1992.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> O Estado de São Paulo 25/02/1992.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> Tribuna da Imprensa 02/01/1992.

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> Diário Popular 25/02/1992.

Em 27 de fevereiro de 1993, o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales publicou um artigo em diversos periódicos reconhecidos e de ampla circulação nacional. No jornal *O Globo*, o texto foi intitulado de "Aids e Promiscuidade" no *Jornal do Commércio*, como "Falsa solução para a Aids" no *Jornal do Brasil*, de "O Verdadeiro Antídoto" e no jornal *O Dia*, de "Um vírus à solta" Apesar dos títulos serem distintos, em todos os periódicos o texto é integralmente igual. No artigo, o arcebispo do Rio afirma que:

está ainda em nossa memória a notícia divulgada pela imprensa<sup>113</sup> sobre a ineficiência, em termos absolutos, das chamadas "camisinhas", comprovada em cinco das sete firmas que as produzem. Sobre as duas restantes nada assegura um desempenho totalmente tranquilizador<sup>114</sup>.

Dom Eugênio Sales inicia o seu texto citando uma pesquisa que foi realizada pelo Ambulatório da Previdência e pelo Ibope na XXXII Feira da Providência, em novembro de 1992. Nela, 1.891 pessoas responderam a um questionário sobre Aids. O cardeal destaca que entre elas, 40% tinham curso superior completo ou incompleto. Portanto, nível educacional alto. Do total, 24,2% relataram o rompimento do preservativo durante a relação sexual<sup>115</sup>.Segundo o religioso, essa pesquisa, por sua vez, que não se limitava apenas a essa pergunta, foi enviada para a IX Conferência Internacional de Aids a realizar-se em Berlim, na Alemanha, em junho de 1993.

Reforçando a crítica ao uso da camisinha e ao que chamou de sua ineficácia, Dom Eugênio Sales declarou que ela era a única solução concreta apresentada em campanhas, no país ou fora, para evitar o contágio da enfermidade nas pessoas que não se dedicavam por uma modificação no seu comportamento sexual<sup>116</sup>.Para ele, pairava um silêncio hipócrita sobre a real causa da assustadora difusão do mal. Sem uma mudança nos hábitos sexuais, nada na situação da ciência impediria o avassalador crescimento da Aids<sup>117</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>109</sup> O Globo 27/02/1993.

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> Jornal do Commércio 27/02/1993.

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> Jornal do Brasil. 27/02/1993.

<sup>&</sup>lt;sup>112</sup> Jornal O Dia 27/02/1993.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> O autor refere-se aos exames feitos pela Internacional Consumer Researchand Testing Limited (IT), na Holanda, no início de 1992, que indicaram que 5 das 7 principais marcas produzidas no Brasil eram inadequadas na prevenção da Aids o que fez com que o Ministério da Saúde rever a normas para os preservativos. O Estado de São Paulo 11/02/1992.

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> O Globo 27/02/1993.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Idem.

Dom Eugênio de Araújo Sales, tomando como máxima as representações sociais da Aids, chamou a atenção para o fato de que anteriormente os "grupos de riscos", isto é, os homossexuais, os hemofílicos, as prostitutas e os usuários de agulhas contaminadas no consumo de drogas injetáveis delimitavam as áreas humanas de contágio. Para ele, o horizonte dos anos 90 atingia de forma crescente os heterossexuais. O preservativo foi descrito como uma "falsa solução"<sup>118</sup>, segundo o religioso, era uma falácia falar que o sexo seguro vinha por meio do uso de preservativo, uma vez que isso só viria com o que chamou e definiu como profunda modificação moral. Assim, concluiu que o método para enfrentar a Aids não era apenas informar, mas, acima de tudo, formar convicções que modificassem o comportamento sexual das pessoas e as suas respectivas práticas<sup>119</sup>.

Mas, o que seria afinal essa mudança de comportamento à qual o cardeal se referia exaustivamente em seus textos? Dom Eugênio Sales, imbuído pelo discurso da Igreja, ressaltava que se tinha a sensação de haver, entre as pessoas responsáveis pelo bem público, um pudor de parecer — diante da opinião pública e de grupos de 'intelectuais' — como retrógados 120. Segundo sua perspectiva, dos anos 90, vivia-se um contrassenso, pois enquanto havia a luta contra a Aids, ao mesmo tempo, todo o ambiente estimulava a promiscuidade sexual, principal fator, segundo Sales, da disseminação desse mal 121. Nesse momento, em 1993, a Igreja endurecia as críticas à medida em que o Ministério da Saúde deixava cada vez mais evidente quais eram os rumos das campanhas e das políticas públicas de combate à Aids: seriam centradas no estímulo ao uso da camisinha masculina.

É interessante observar como a preocupação de Dom Eugênio Sales a respeito da disseminação do HIV nos anos 90 parece ter como eixo central os indivíduos de práticas heterossexuais. Ao que aparenta, de fato, essa era a principal preocupação do cardeal. Entretanto, ao falar sobre uma mudança de comportamento sexual, ele permite-nos uma interpretação dúbia. É possível que mudança de comportamento sexual refira-se aos heterossexuais que tem inúmeros parceiros, que não são celibatários; aos indivíduos casados que mantém relações extraconjugais; ou aos próprios homossexuais masculinos que já possuem no imaginário coletivo um comportamento e práticas sexuais reprovadas.

Nesse mesmo dia em que o texto de Dom Eugênio de Araújo Sales foi publicado em diversos jornais do país, O Fluminense, jornal de Niterói, destacou que Madre Tereza de

<sup>119</sup>Idem.

<sup>118</sup>Idem.

<sup>120</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup>Idem.

Calcutá iria apoiar a iniciativa do Arcebispo do Rio de criar uma casa para pessoas carentes, especialmente os portadores de Aids em condições de rua<sup>122</sup>. Ao que parece, era uma preocupação constante da Igreja o aumento no número de casos de Aids na população em situação de rua, especialmente as mulheres e os menores de idade.

PARKER (2003) sublinha que no Brasil aconteceu um movimento comum a diversos outros países, trata-se da função claramente profunda das diversas ordens religiosas no que ele caracterizou como uma resposta social mais ampla à Aids<sup>123</sup>. Todavia, no caso religioso, isto está inserido dentro de uma problemática de assuntos que envolviam e estavam ligadas a questões morais ligadas à transmissão da Aids e da população mais comumente associada a infecção pelo HIV<sup>124</sup>:

Ainda que o início dessa história seja relativamente recente, muita coisa ocorreu em pouco mais de uma década; uma "coisa" estranha e sem nome tornou-se uma nova doença, com todos os requisitos formais que estas criaturas peculiares costumam ter. Houve alguns progressos, sem dúvidas. Os mais notáveis, contudo, parecem ter se dado fora da órbita médicocientífica, em função da capacidade de resposta de alguns setores da sociedade, em especial daqueles que se perceberam ameaçados pela AIDS 125.

Às vésperas do Carnaval de 1995, época na qual as maiores campanhas governamentais eram realizadas, o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales criticou novamente o que chamou de "A Ilusão do Sexo Seguro" pelas vias da camisinha. Mais uma vez o religioso reforçou que, de acordo com a Igreja, as principais formas de prevenção da Aids eram a fidelidade e a abstinência sexual<sup>126</sup>. Assim, a crítica da Igreja e de muitos moralistas era caracterizada por interpretar as campanhas de prevenção do Governo Federal como pornográficas e estimativas ao que entendiam como excessos sexuais.

Entre 26 e 31 de março de 1995, foi realizado o 1º Encontro de Gays e Lésbicas que trabalhavam com Aids do Brasil. Discutindo também pautas de direitos humanos, o evento aconteceu paralelamente ao 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas<sup>127</sup>. Esse encontro foi realizado na Universidade Popular do Trabalho, em Curitiba, Paraná, contou com a presença

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> O Fluminense 27/02/1993.

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> PARKER, Richard. "Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/AIDS no Brasil: o desenvolvimento de políticas sobre o HIV/AIDS, 1982-1996". In: **Divulgação em Saúde para Debate**. Rio de Janeiro, n. 27, p.8-49, agosto/2003. p. 29.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup>CAMARGO JUNIOR, K. R. De. "As Ciências da AIDS e a AIDS das ciências: o discurso médico e a construção da AIDS". In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro: 1(1):35-60, Jul.-Out., 1994. p. 55.

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> O Dia. 28/01/1995. Opinião, p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> Jornal do Brasil. 25/01/1995. Brasil, p. 5.

de 300 representantes de ONGs homossexuais e foi organizado pelos grupos Dignidade e Esperança (Curitiba), Cidadania Plena (Paranaguá), Associação de Defesa dos Homossexuais (Florianópolis), Associação Sul Brasileira de Gays e lésbicas e com apoio da Associação Internacional de Gays e Lésbicas <sup>128</sup>.

No encontro, com relação às políticas de combate à Aids, foi defendida uma maior ousadia nas campanhas governamentais contra a doença<sup>129</sup>, pois para esses ativistas era tímida a propaganda feita nos últimos anos pelo Ministério da Saúde<sup>130</sup>. Outro importante ponto de questionamento foi a concentração das campanhas de prevenção da Aids focadas em determinadas épocas do ano, tais como Carnaval e o dia 1º de dezembro, marcado pelo dia mundial de combate à doença. Além disso, Toni Reis, presidente do grupo Dignidade de Curitiba, ressaltou que os homossexuais iriam cobrar participação na elaboração de futuras campanhas e defendeu ainda a realização contínua dessas campanhas<sup>131</sup>.

É interessante observar que, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica organizava-se e manifestava-se publicamente contra o uso do preservativo e contra o que definiu como campanhas explícitas de apologia à prática do sexo, um grupo de homossexuais engajados na causa da Aids exigia uma maior intensificação das campanhas que ficavam restritas a datas importantes e significativas. O que a Igreja julgou como excesso, os ativistas julgaram como insuficiente.

Mas, não só religiosos e ativistas do movimento homossexual participaram dessas discussões. Os leitores dos próprios jornais também se envolveram, assim como denunciavam práticas discriminatórias referentes ao que anteriormente foi denominado como "grupo de risco". Na seção de Opinião, o leitor Cesar Augusto F. Vieira, do Rio de Janeiro, denunciou o uso preconceituoso e discriminatório do termo "grupo de risco" ao invés de comportamento de risco como já se usava à época. Ele denunciou que em 30 de janeiro de 1995, um amigo e potencial doador foi ao banco de Sangue da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e recebeu um papel com informações e observações aos doadores. Uma delas, a obs. nº 8 indicava que o doador não deveria fazer parte de "grupos de risco" 132.

A denúncia do leitor mostra como que nos anos 90 a pauta da culpabilização dos gays pelo advento da Aids e o uso do conceito de "grupo de risco" ainda eram recorrentes. Apesar de ser um momento distinto daquele do surgimento da doença, no qual já se tinha

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> O Estado de São Paulo. 06/01/1995. Geral, p. 13.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Folha de São Paulo 27/01/1995. Cotidiano, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> Jornal do Brasil. 11/02/1995. Opinião, p. 8.

conhecimento do agente causador, das formas de transmissão e de que não se tratava de uma enfermidade que afetava somente homossexuais masculinos, ao que parece, o conceito de "grupo de risco" ainda era uso comum nos anos 90.

No lançamento da Campanha da Fraternidade de 1995, que teve como tema "os excluídos, como aidéticos, drogados, prostitutas, moradores de rua, idosos, doentes e desempregados"<sup>133</sup>, representantes da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) novamente criticaram a campanha do Governo Federal para o combate à Aids no Carnaval de 1995. Dom Serafim Fernandes de Araújo, presidente em exercício do CNBB, disse que a propaganda, que ensinava o passo-a-passo para usar uma camisinha, deseducava e estimulava o sexo desregrado<sup>134</sup>.

Além disso, mais uma vez é colocado em xeque, pelo coordenador da Campanha da Fraternidade, Dom Celso Queiroz, a eficácia da camisinha, pois, para ele, não fazia sentido fazer uma campanha para explicar como usar uma camisinha. Isto, de acordo com o religioso, levaria a pessoa a ter uma falsa sensação de segurança, porque o preservativo não era perfeito; e, uma vez que falhasse, o risco era a morte. Além disso, ele questionou se a camisinha distribuída gratuitamente pelo Governo era segura<sup>135</sup>. Para Dom Serafim Fernandes de Araújo, as campanhas deveriam envolver valores como o amor e a união entre o homem e a mulher<sup>136</sup> ao invés de contribuírem para a deturpação desses valores.

Mário Scheffer, do Grupo Pela Vidda, respondeu as críticas da Igreja Católica, especialmente as de Dom Serafim Fernandes de Araújo e as de Dom Celso Queiroz, à campanha de prevenção da Aids do Ministério da Saúde no Carnaval de 1995, chamando as declarações dos religiosos de levianas e irresponsáveis, fundamentadas em falso moralismo<sup>137</sup>. Scheffer defendeu que o governo continuasse fazendo as campanhas, mas não só em épocas de Carnaval, pois a Aids não era transmitida apenas nessa festa ou em determinadas épocas ou períodos do ano. Scheffer também foi enfático e taxativo ao defender o uso do preservativo: A popularização da camisinha era necessária, pois se tratava do meio mais seguro para barrar a propagação do HIV<sup>138</sup>.

Herbet Praxedes, leitor do Jornal do Brasil, por sua vez, corroborou com o ponto de vista e posicionamento da Igreja. Na seção "Opinião dos leitores", ele escreveu um artigo no

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> O Globo 24/02/1995. Ciências e Pessoas, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup>Idem.

<sup>135</sup>Idem.

<sup>136</sup>Idem.

O Estado de São Paulo 25/02/1995. Notas e informações, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup>Idem, p. 3.

qual criticou o apoio de Adib Janete, então Ministro da Saúde, à campanha contra a Aids, pois, para ele, ela era mais estimulativa que impeditiva da disseminação da doença do século, pois ela centrava toda sua estratégia no uso do preservativo 139.

Praxedes criticou a ênfase dada, pelo Ministério da Saúde, ao uso da camisinha como forma preventiva. Para ele, no Brasil, os métodos de prevenção ao HIV/Aids promovidos pelas campanhas governamentais estavam quase que exclusivamente focados no uso da camisinha. Ele considerava o preservativo como ineficiente, por isso, para ele, o uso da camisinha só ajudaria a indústria dos preservativos. Segundo a perspectiva de Praxedes, a Aids era uma doença comportamental e ao estimular o uso de preservativos, a propaganda ministerial estimulava o sexo descompromissado e promíscuo, os grandes responsáveis pelo número de contaminados pelo vírus<sup>140</sup>.

William Aguiar, membro do Grupo de Gays e Lésbicas do PT, em artigo intitulado "Aids e religião", afirmou que as críticas da Igreja Católica ao uso da camisinha como principal método preventivo da Aids mostravam de que maneira as igrejas de orientação judaico-cristã cumpriam um papel de desinformação no que dizia respeito a sexualidade<sup>141</sup>. Aguiar considerava inviáveis as propostas da Igreja para o controle e a prevenção da transmissão do HIV, porque, de forma alguma, elas representavam procedimentos reais de serem postos em prática e popularizados.

Cabe ressaltar que não foram só as propagandas e/ou campanhas governamentais que foram alvos de polêmicas. Algumas iniciativas da própria comunidade homossexual para prevenção da Aids causavam controvérsias, debates e discussões, algumas, inclusive, chegaram a ser reprimidas pela polícia. Um exemplo foi a notícia de que "Homossexuais baianos foram presos em Salvador vendendo bonés com a frase 'use camisinha' e pênis de espuma costurados à aba"<sup>142</sup>, em 28 de fevereiro de 1995. Com o título de "Moral", a notícia pontuava curiosamente: "A polícia, que os considerou atentatórios à moral, dispôs-se a liberar a mercadoria se seus donos pusessem preservativos em todas as peças"<sup>143</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> Jornal do Brasil 02/03/1995. Opinião dos leitores, p. 10.

<sup>140</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup> O Estado de São Paulo 29/03/1995. Espaço Aberto, p.2.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> O Globo 02/03/1995. Swann, p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup>Idem.

### 1.3.3 – Aids, homossexualidade, sexo seguro e abstinência sexual: uma discussão sobre sexualidade

A atribuição da Aids como um castigo para os homossexuais masculinos passa por uma discussão sobre a homossexualidade. Por isso, convém uma reflexão sobre a patologização da homossexualidade a partir do século XIX. Como destacou FOUCAULT (2013), nesse contexto, o sujeito homossexual tornou-se um sujeito clínico. Assim, as práticas homossexuais passaram a ser vistas não só como um desvio moral e pecaminoso, mas também como uma doença que devia ser tratada. Analisando essas fontes, constatamos que está presente uma discussão não só sobre a homossexualidade, mas essencialmente sobre a regulação da sexualidade em suas diversas faces, entre elas, a heterossexualidade associada a normas e valores religiosos, morais e sociais.

FOUCAULT (2013), no primeiro volume da História da Sexualidade (A vontade de saber), questiona o que ele denominou de Hipótese Repressiva. A hipótese repressiva, de acordo com autor, consiste na proposição de que, a partir do século XVII, inaugurou-se uma época de repressão e censura ao sexo nas sociedades burguesas ocidentais. Assim, desde esse período e por iniciativa de uma polida sociedade burguesa, alcunhar o sexo passou a ser tanto mais difícil, quanto mais custoso. Assim, o que teria acontecido é que às vésperas da Era Vitoriana e no florescer da sociedade burguesa o sexo passou a ser reprimido em oposição a um passado em que ele era tratado e abordado sem polidez alguma?

A partir dessa reflexão inicial, FOUCAULT (2013) questiona duas enunciações que sustentariam a Hipótese Repressiva<sup>144</sup>. A primeira é a de que a arcaica liberdade para falar sobre sexo havia sido interditada pelo puritanismo moderno dos séculos XVII e XVIII, tal interdição teria sido imposta e baseada tanto pela condenação a inexistência pelo mutismo sobre a sexualidade humana. A segunda proposição tem relação com as sociedades burguesas europeias. Elas, que estavam passando pelo processo de industrialização nesse contexto, não admitiam mais que as energias dos indivíduos, que deveriam ser destinadas ao trabalho, se dissipassem com sexo, a não ser que este tivesse finalidades reprodutivas.

Entretanto, FOUCAULT (2013) recusa a Hipótese Repressiva e aponta que, ao contrário do que se pensava sobre este período, o sexo não começou a ser reprimido, silenciado e/ou condenado ao silenciamento. Segundo o autor, o que aconteceu foi diferente, a propósito do sexo houve uma explosão discursiva que não cessou de proliferar. Entretanto, o

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013. p. 21.

objetivo desses discursos não era censura-lo, mas dominá-lo e, a partir disso, exercer pelos mais diversos motivos, considerações e pretextos morais, religiosos, políticos e sociais certo controle na vida das pessoas:

Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazêlo falar ele próprio sob a forma de articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado<sup>145</sup>.

Dentre os discursos destacados por FOUCAULT (2013), dois precisam ser ressaltados: o religioso e o da moral. Não podemos esquecer que nessa conjuntura, isto é, a da Contra Reforma religiosa, a Igreja Católica, embora enfraquecida pela Reforma Protestante, representava e exercia um importante e imponente controle na vida do fiel católico. Nesse momento, configurou-se uma mudança de enfoque no eixo do Sacramento da confissão com relação ao sexo. Se antes, o que deveria ser relatado ao confessor era o ato sexual em si, no século XVII e XVIII os detalhes sexuais mais íntimos deveriam ser confessados. Desse modo, ao verbalizar, o fiel revisitava tudo o que havia feito.

Entretanto, nesse sentido, de acordo com FOUCAULT (2013), a Igreja Católica também ampliou perspectivas. Assim, para exercer mais controle com relação ao sexo, estabeleceu-se uma nova forma de abordá-lo nas confissões. A partir disso, ao confessor deveriam ser contadas outras esferas que envolviam o sexo e não apenas o ato sexual. Desse modo, o desejar, o pensar e o imaginar, ou seja, tudo que envolvesse de alguma forma o sexo na vida das pessoas deveria ser confessado. Tudo isso passou a ser considerado também pecaminoso, por isso, os indivíduos deveriam estar sempre em alerta vigiando e policiando não só os atos, mas também os desejos, pensamentos e imaginação.

Assim, como destaca FOUCAULT (2013), a partir dos séculos XVIII e XIX, os discursos sobre a sexualidade, ao contrário do que se dizia sobre a Hipótese Repressiva, se proliferaram<sup>146</sup>. Com o intuito de regular, reger e dominar, falar sobre sexo e sexualidade tornaram-se formas de estabelecer controle. Também é nesse período que se inicia a construção do discurso racional sobre o sexo e a sexualidade, nisso envolveram-se simultaneamente a medicina, a filosofia e o Estado.

-

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> Ibid., p. 24.

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013. P. 24.

Assim, para FOUCAULT (2013), o sexo e a sexualidade ganharam abordagens médicas e filosóficas. O Estado, não por meio de proibições, mas sim de discursos que se pretendiam úteis, passou a preocupar-se com a conduta sexual dos indivíduos. Relacionadas a questões políticas e econômicas, como o controle populacional, a pauta do sexo e da sexualidade entraram na gama de interesses do Estado.

Segundo FOUCAULT (2013), nesse contexto, não é que se fala pouco sobre sexo, fala-se de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos<sup>147</sup>. Desta maneira, o que é típico das sociedades burguesas modernas é a devoção ao falar do sexo e valorizá-lo sempre como segredo<sup>148</sup> em uma contextura na qual se multiplicavam exaltadamente os discursos acerca dele. Mas, deve-se pontuar que há o que o autor nomeou de "economia restritiva" nas relações de sociabilidade. O monopólio dos discursos sobre sexualidade ficaram com a religião, o Estado, a filosofia e a ciência:

É verdade que desapareceu a antiga 'liberdade' de linguagem entre crianças e adultos, ou alunos e professores. Nenhum pedagogo do século XVII teria, publicamente, como Erasmo o fez nos seus Diálogos, aconselhado seu discípulo na escolha de uma boa prostituta. E desapareceram progressivamente os risos estrepitosos que, durante tanto tempo, tinham acompanhados a sexualidade das crianças e, ao que parece, em todas as classes sociais<sup>149</sup>.

Dependendo do contexto, a homossexualidade ou as práticas homossexuais já foram compreendidas de diversas formas. Na Antiguidade grega e romana, temos, entre os homens, uma espécie de bissexualidade consentida, embora, como destacou BIANCHET (2005), haja questionamento da aplicabilidade dos conceitos de homossexualidade, heterossexualidade e bissexualidade como categorias no mundo pré-cristianismo<sup>150</sup>. Apesar disso, é no advento do cristianismo e na cristianização primeiramente da Europa, que a homossexualidade passa a ser entendida e enquadrada como uma prática pecaminosa. Por sua vez, no momento das configurações dos discursos médicos e científicos sobre a sexualidade e sua respectiva regulação, a homossexualidade passou a ser compreendida como inversão, vício, perversão, exceção, desvio do desenvolvimento sexual, anormalidade, problema e doença.

<sup>148</sup> Ibid., p. 42.

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> Ibid., p. 33.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> Ibid., p.6.

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup>BIANCHET, Sandra Maria Gualberto Braga. "Veneris quis gaudia nescit?: sexo e prazer na Roma petroniana".In:AZEVEDO, Kátia Teonia. ESTEVES, Anderson Martins. FROHWEIN, Fábio. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2015. p. 178.

Nesse contexto de regulação das sexualidades de um modo geral foi necessário encontrar um lugar e um enquadramento para a homossexualidade. Um dos frutos dessa proliferação de discursos sobre a sexualidade que FOUCAULT (2013) tanto falou é a coibição de determinadas práticas sexuais, de um modo mais geral, falando do ponto de vista mais amplo do controle da sexualidade, ela também foi uma forma de demonstrar poder estatal, assim como da imposição e reafirmação de hierarquias culturais e sociais<sup>151</sup>.

Trata-se, no caso da homossexualidade, do controle dos que desviavam do protótipo da pretensa normalidade sexual. Nesse contexto, inicia-se a busca por uma causa específica para a homossexualidade, surgem teorias que são frutos de produções ideológicas. A homossexualidade sempre considerada como antinatural, foi categorizada como pecado, desvio, inversão, vício, perversão, desvio do desenvolvimento sexual, anormalidade, problema e doença<sup>152</sup>.

Como destaca TERRY (1995), a partir do final do século XIX, o corpo ganhou destaque e passou a ser central para as construções científicas e populares das origens da homossexualidade. Como resultado desse movimento, iniciado por volta de 1869 quando o homossexual foi identificado no campo da ciência como um tipo distinto, diversos discursos científicos postularam das mais distintas formas uma ligação substancial e primária entre o corpo e o desejo homossexual<sup>153</sup>.

Nesse momento, a constituição individual englobava não só atributos biológicos como também qualidades morais, intelectuais e psíquicas. Todas elas conjuntamente compunham o corpo de cada indivíduo. Essa concepção proporcionou a compreensão de que práticas sexuais, por exemplos, são reflexos de questões tanto de cunho moral, como biológico e psíquico. No caso da homossexualidade, a tendência de indivíduos para atos perversos foi compreendida e assimilada como uma evidência de inferioridade moral inata e deficiência biológica<sup>154</sup>:

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretaram

-

<sup>&</sup>lt;sup>151</sup>LEVINE, Philippa. **Venereal disease, prostitution and the politics of empire: the case of British India**. *Journal of History of Sexuality* v. 4, n. 4, 1994, p. 579-602.

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> SOUZA FILHO, Alípio de. "Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude" In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: MEC; UNESCO, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>153</sup> TERRY, Jennifer. "Anxious slippages between 'us' and 'them': A brief history of the scientific search for homosexual bodies,". In TERRY, Jennifer; URLA, Jacqueline (Eds.) **Deviant Bodies: Critical Perspectives on Difference in Science and Popular Culture.** Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 129-169. <sup>154</sup> Ibid., p. 131.

pouco a pouco a recusa da mistura dos dois sexos em um só corpo e consequentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um. A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios. [...] Do ponto de vista do direito, isso implica evidentemente o desparecimento da livre escolha. Não cabe mais ao indivíduo decidir o sexo a que deseja pertencer jurídica ou socialmente; cabe ao perito dizer que sexo a natureza escolheu, e que consequentemente a sociedade exigirá que ele mantenha<sup>155</sup>.

As discussões acerca do sexo e da sexualidade ganharam com a ciência o status de algo fidedigno e só assim passaram a ser legitimamente mencionadas e abordadas. Entretanto, essa verdade absoluta ao redor do sexo como natural e não como algo socialmente constituído, é datado, como destaca FOUCAULT (2013), a partir do século XVII e tem como um dos seus pilares de sustentação a criação de uma burocracia típica e própria dos Estados Modernos.

Assim, Regular a sexualidade significou tanto controlar os indivíduos quanto as suas práticas, tendo, dessa forma, o poder social e coercitivo até as mais particulares e íntimas condutas. Já os que fugiam à norma padrão da heterossexualidade foram considerados anormais e transgressores, e, a esses sujeitos, de acordo com as novas regras de regulação da sexualidade, sobrou o lugar do doente que desvia da norma.

Em 13 de fevereiro de 1995, Iara Czeresnia publicou na Folha de São Paulo o artigo "Sexualidade e Aids". O texto, assim como o título sugere, é uma reflexão sobre os impactos da AIDS na sexualidade. A autora pontua que o advento da Aids foi responsável pela mudança de hábitos sexuais. Mas, não só isso, essa doença mostrou que a morte podia vir por meio das relações sexuais que em outrora foram sempre atribuídas e associadas a vida porque nos passava o sentimento de estarmos vivos, assim como, no caso do sexo heterossexual, poderiam gerar vidas.

Assim, o vírus HIV, o causador da Aids, sendo transmitido também através das relações sexuais, revelava o sexo: quem faz, com quem, como, onde... Tudo passou a ser revelado<sup>156</sup>. Por isso, como salientou SONTAG (2007), com o surgimento da Aids e a proliferação dela, a atividade sexual, momento no qual estávamos mais desprotegidos e desantenados do mundo, passou a ser um forte motivo de preocupação.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>155</sup> Ibid., p. 2 - 3.

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> Folha de São Paulo 13/02/1995. Via Brasil, p. 2.

Iara Czeresnia também afirmou, em seu texto, que há séculos nos ensinaram que o sexo com e pelo prazer era pecado. Só não era pecado aquele sexo pela reprodução. O prazer, a entrega, eram coisas do demônio<sup>157</sup>. Como apontam FOUCAULT (2013), TERRY (1994) e LEVINE (1995), regular a sexualidade significou tanto controlar os indivíduos quanto as suas práticas, mas não somente as práticas sexuais, assim, dessa forma, o poder social e coercitivo foi estendido até as mais particulares e íntimas condutas dos indivíduos e as suas formas de estar e se colocar no mundo. Entretanto, com o avanço da ciência e da tecnologia, veio a revolução sexual, a pílula, a era do "paz e amor" o que, em muitas sociedades, especialmente nas ocidentais, afrouxou essa relação de poder. Porém, como ressalta SONTAG (2007), a Aids interrompeu esse momento de maior liberação:

neste momento de tantas possibilidades, cai sobre nós a praga, a peste: a Aids. O vírus penetra em nossas casas, na escola de nossos filhos, em nosso trabalho, em nossa vida com esposas, maridos, amantes, namorados. Traz grandes revelações, mas a pior, a maior, a mais trágica é a da nossa mortalidade<sup>159</sup>.

Segundo PARKER (1994), inicialmente, a Aids foi estreitamente associada com a homossexualidade masculina pelo imaginário coletivo. Todavia, com o passar dos anos, o aumento no número de casos mostrou que ela não era uma questão de uma única ou determinada sexualidade, mas que era o comportamento que ditava o grau de exposição ao risco. Como vimos com ROTELLO (1998), a comunidade homossexual, de fato, foi fortemente impactada pela Aids. Mas, isso, não se deve a um castigo divino ou uma punição pelo comportamento dos homossexuais.

O erro foi atribuir pura e simplesmente à Aids a homossexualidade masculina, ao invés de tentar entender como os padrões de comportamento dessa população, que não tem relação alguma com questões morais e religiosas, alteraram-se de uma forma a oferecer uma oportunidade ecológica à Aids. Mas, como destaca MANN (1990), os estigmas e a culpabilização dos homossexuais pela Aids não cessaram quando um número alto e crescente de heterossexuais passou a ser infectado.

Entretanto, com esse alto e crescente número de heterossexuais infectados, veio a pública, no Brasil, uma discussão sobre sexualidade envolvendo a Igreja Católica e ativistas

<sup>157</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>159</sup>Idem.

do movimento homossexual. A partir dos documentos que analisamos, podemos concluir que o discurso oficial das lideranças da Igreja Católica sobre as reais formas de prevenção da Aids caracteriza o que podemos definir como uma tentativa de regulação da sexualidade. Pois, a Igreja apresentou o celibato e a castidade como métodos preventivos e reivindicou do Governo Federal que as campanhas de prevenção do Ministério da Saúde seguissem esse caminho e abandonassem a defesa e o estímulo da camisinha como principal método preventivo.

Desse modo, podemos concluir que as reações sociais à Aids estão intrinsecamente ligadas a uma discussão sobre sexualidade e a regulação dela. Os homossexuais masculinos e a sua sexualidade considerada por partes da sociedade como desviante, imoral e pecaminosa embasaram uma interpretação inicial conservadora de que essa comunidade estava sendo castigada pela peste. Posteriormente, para a Igreja, a proliferação da Aids entre os heterossexuais estava relacionada com o aumento das liberações sexuais a partir dos anos 1960. Para essa instituição, esse quadro só mudaria quando fossem retomadas as antigas rédeas que recuperariam os valores cristãos sobre a sexualidade dos indivíduos, tais como o celibato, a fidelidade matrimonial e a monogamia.

#### Capítulo 2 – A experiência da Aids para os Movimentos Civis LGBTs

Como vimos no capítulo anterior, no contexto de surgimento da Aids, foi constituída por uma estreita relação entre a nova enfermidade e a homossexualidade masculina (PARKER, 1994). Essa associação inicial, que rotulou a Aids como uma doença atribuída e disseminada por homossexuais masculinos (VIANNA e NASCIMENTO, 2013), foi embasada no fato de que, a princípio, esses indivíduos compunham a principal comunidade atingida por ela. Além disso, também pesou sobre esse grupo o aumento do número de soropositivos e consequentemente o crescente medo social gerado, em parte, pelo medo da nova enfermidade (VITIELLO, 2009).

Mas não somente isso, a promiscuidade sexual e as condutas pecaminosas e imorais atribuídas à homossexualidade e aos homossexuais (TRONCA, 2000) pela religião e a medicina do século XIX e que foram fortemente absorvidas e também geradas pelo senso comum, tornaram plausível e até sedutora a explicação na qual o advento da Aids era compreendida como um castigo destinado especificamente a um grupo cuja sexualidade era considerada marginal, profana, anormal e reprovável tanto socialmente quanto moralmente e religiosamente (POLLAK, 1990). Tudo isso foi reforçado pelo que BERTOLLI (2012) chamou de falha de procedimento do CDC. Ao ser convocado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no início dos anos 80, para se pronunciar sobre os primeiros casos de Aids:

O posicionamento assumido pelo CDC naquele momento foi de que a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida era um fenômeno a ser fadado geograficamente restrito e limitado apenas a certas comunidades — a dos homossexuais, à qual logo em seguida foi agregada a dos imigrantes porto-riquenhos, considerados, a partir de então, "grupos de risco" exclusivos da nova enfermidade 160.

De acordo com SONTAG (2007), a associação da Aids com a homossexualidade masculina foi fundada a partir de teorias psicológicas e padrões morais. Mas, como apontam as discussões apresentadas no capítulo anterior, na medida em que a epidemia de Aids desenvolveu-se ficou evidente que a caracterização prévia da doença estava incorreta, isto comprovou-se em virtude do aumento de casos entre heterossexuais, usuários de drogas

-

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> BERTOLLI FILHO, Claudio. "Novas Doenças, Velhos Medos: A Midia e as Projeções de um Futuro Apocalíptico". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. MONTEIRO, Yara Nogueira (Orgs). As doenças e os medos sociais. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012, pp. 13-36.p.29.

intravenosas e hemofílicos (PARKER, 1991). Conforme a epidemia atingia indiscriminadamente indivíduos independentemente do gênero e/ou da sexualidade, a metáfora preliminar que concebeu a Aids como algo de pessoas "diferentes", "anormais", "estranhas", e "de fora" mostrou-se equivocada.

A partir desse exemplo de metaforização preliminar da Aids e das reflexões suscitadas por ela, podemos, como bem sublinhou SONTAG (2007), pensar as enfermidades de uma forma diferente da habitual, isto é, além dos sentidos que as relacionam com uma alteração patológica do corpo que culmina com a modificação no estado de saúde. Portanto, encarar a experiência da doença sob esse prisma, permite-nos ponderar muitas questões sociais acarretadas por ela, tanto para os indivíduos, quanto para grupos e também para a própria sociedade. SONTAG (2007) destacou que:

A doença é a zona noturna da vida, uma cidadania mais onerosa. Todos que nascem tem dupla cidadania, no reino dos sãos e no reino dos doentes. Apesar de todos preferirmos só usar o passaporte bom, mais cedo ou mais tarde, nos vemos obrigados, pelo menos por um período, a nos identificarmos como cidadãos desse outro lugar<sup>162</sup>.

Assim, para SONTAG (2007), não só as doenças em si são metaforizadas, como também a própria compreensão do que é estar doente. Desse modo, antes mesmo de ter-se uma experiência com uma enfermidade mais grave e que tenha sido metaforizada, a doença já foi empregada como a "zona noturna da vida" e a "cidadania mais onerosa" de nossa existência. Ficar doente pode significar o carimbo em um "passaporte mau" que nos tira do "reino dos sãos" e nos leva para o "reino dos doentes" e que, por consequência, nos obriga a identificarmo-nos como cidadãos desse outro lugar. Fato é que, de modo geral, dificilmente nos identificamos com os doentes, como, do mesmo modo, não nos identificamos com os moribundos 163. São posições que não queremos ocupar; identidades que não desejamos que nos caracterizem.

Analisar a doença como metáfora significa pensar suas implicações para além das questões biológicas, uma vez que a experiência de estar doente não diz respeito só a uma alteração biológica do estado de saúde que pode, por sua vez, comprometer ou não a vida. A

. .

<sup>&</sup>lt;sup>161</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/A AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 99.

<sup>&</sup>lt;sup>162</sup> SONTAG, Susan. Op. cit. p. 11.

<sup>&</sup>lt;sup>163</sup> ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

experiência da doença e do estar doente são fenômenos socioculturais que possuem significados e representações, mas que muitas vezes passam despercebidas e/ou não são problematizadas. Como frisa HERZLICH (2005), as representações, assim como as metáforas, são construções do imaginário social e, portanto, não são e nem dizem respeito a reflexos do real de forma isenta de julgamentos e valores, mas, com efeito, são produtos de diligências de entendimento e de compreensão. Elas são meios e tentativas, que utilizamos para tornar tal experiência inteligível e compreensível.

Sendo assim, cabe investigar a experiência da doença num contexto social, cultural, político e econômico, analisando suas representações e metáforas, bem como os seus desdobramentos na vida dos indivíduos e na sociedade. Como destaca HERZLICH (2004), os estigmas sentidos e vivenciados pelos doentes e a luta pelo reconhecimento de seus direitos são exemplos de possiblidades a serem analisadas.

Ao investigarmos isso, é possível compreender e pôr em evidência como determinado corpo social lidou especificamente com uma enfermidade; quais metáforas foram construídas a respeito dela; como a ciência médica lidou com o seu surgimento e a epidemia; quais eram os tratamentos vigentes e possíveis; e quais foram as estratégias traçadas pelos acometidos e/ou pelo poder público de tratamento, combate a enfermidade e controle de sua disseminação 164.

Por isso, há casos de doenças que possuem uma longa história e que acompanham os agrupamentos humanos, como o câncer, por exemplo. Como ALVES NETO e TEIXEIRA ressaltam, a análise da associação entre doença e sociedade ao longo de várias décadas permite-nos revelar como alguns atores sociais de uma época, a partir de seus interesses e visões de mundo, viram e lidaram com determinados aspectos da experiência da doença 165.

Além disso, é importante assinalar que a apreensão da doença como metáfora também implica no conceito de representação, tanto da enfermidade, quanto do doente. HERZLICH (2005) destaca que a representação que dá sentido à doença é organizada por uma dupla oposição: 'saúde-doença' e 'indivíduo-sociedade'. Como vimos, isso foi muito marcante no caso da Aids, especialmente nas primeiras representações construídas acerca dessa enfermidade, no início dos anos 1980, que atribuíam-na aos homossexuais masculinos.

<sup>165</sup>ALVES NETO, Luiz; TEIXEIRA, Luiz Antonio. "<u>De doença da civilização a problema de saúde pública: câncer, sociedade e medicina brasileira no século XX"</u>. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série ciências humanas**, v. 12, p. 173-188, 2017. p.186.

<sup>&</sup>lt;sup>164</sup> HERZLICH, Claudine. "Saúde e Doença no início do século XXI: Entre a experiência privada e a Esfera Pública.". In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: vol.14, n.2, 2004, pp.388.

No primeiro momento, a Aids opunha-se à saúde e à vida; já a relação de oposição entre indivíduo e sociedade, nesse caso, expressou uma longa tensão moral e social entre as organizações humanas ao longo do tempo com a homossexualidade, em especial, mas também indivíduos que eram tidos como transgressores de algumas normais sociais. Isto se deve ao senso comum que prevaleceu embasado no imaginário de que a doença fazia parte de um grupo seleto, aquele que podia viajar, que tinha um estilo de vida diferente (homossexuais) ou de pessoas que sabidamente eram transgressoras sociais: usuários de drogas<sup>166</sup>.

Por isso, aos analisarmos as metáforas e as representações da doença, cabe, como particularizou CHARTIER (1990), exercer a atividade contínua e constante de desnaturalização de tudo o que está relacionado com a esfera social e cultural da vida dos indivíduos. Desse modo, não tomando construções sociais como naturais, uma vez que essa suposta naturalidade, por sua vez, é utilizada como uma justificativa quase que irrefutável para a manutenção de determinadas realidades que são nada mais do que constructos:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado da razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio 167.

Corroborando a perspectiva de HERZLICH (2004), NASCIMENTO E SILVEIRA (2004) frisam que a doença não é percebida unicamente como uma entidade clínica ou física,

167 CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>166</sup> CONTRERA, Wildney Feres. GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000. p. 19.

e que, sendo assim, a análise de história das doenças envolve tanto sua natureza biológica como os sentidos que lhe são atribuídos pelas sociedades<sup>168</sup>. Dessa forma, de acordo com as autoras, a história das doenças pode revelar uma enorme gama de questões<sup>169</sup>. Assim sendo, como objeto de estudo, a doença apresenta o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, processo de construção de identidades individuais e de grupos tanto em temporalidades mais extensas quanto em recortes mais curtos de tempo<sup>170</sup>:

Entre diferentes grupos sociais existem diferenças marcantes no sofrer ou no modo de reagir às doenças. Quadros patológicos que dominam uma época – a peste no século XIV, a tubérculos e o cólera no século XIX – regridem em outra, enquanto prevalecem outras patologias, como atualmente os tumores, as doenças cardiocirculatórias e, mais recentemente, a Aids. Existe uma historicidade nas doenças ligada a todos os acontecimentos do ser humano <sup>171</sup>.

Segundo NASCIMENTO E SILVEIRA (2004), a doença, como objeto da pesquisa histórica, apresenta o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, processo de construção de identidades individuais e de grupos. Nessa perspectiva, tomando a Aids como objeto, analisaremos nesse capítulo as respostas, a organização, os movimentos de fala e as reivindicações por tratamento dos acometidos por essa enfermidade. Entretanto, destacaremos o enfrentamento aos estigmas imputados aos homossexuais masculinos em virtude do advento e da propagação da Aids e como a doença tornou-se uma importante pauta de luta política e social, entre os anos 1980 e 1990, para o movimento pela homossexualidade no mundo, no Brasil e no Rio de Janeiro.

#### 2.1 – "A epidemia de reações e respostas à AIDS"

Para VITIELLO (2009), o impacto da Aids pode ser dividido em três etapas distintas que estão diretamente correlacionadas. Essas etapas são constituídas primeiramente pelas infecções provenientes das doenças oportunistas causadas pela baixa imunidade do organismo

<sup>170</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>168</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo. SILVEIRA, Anny Jackeline. "A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças". In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo. CARVALHO, Diana Maul de (Orgs). Uma história brasileira das doenças. Brasília, Paralelo 15, 2004, pp.13-30.p14.

<sup>169</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>171</sup> Idem.p.13.

provocada pelo HIV; em consequência disso, as primeiras mortes ocasionadas pela incurabilidade da doença e pela ausência inicial de um tratamento eficaz; e, por último, o forte preconceito e estigma construído no imaginário social em relação ao vírus, à doença e aos doentes, o que foi categorizado como Terceira Epidemia<sup>172</sup>.

De acordo com VITIELLO (2009), a "Terceira Epidemia" é caracterizada pela experiência de morte social dos soropositivos, isto é, o isolamento dos infectados pelo HIV e dos doentes de Aids. Uma onda de preconceito que isolava os contaminados pelo vírus, os doentes e os indivíduos que tinham, de alguma forma, direta ou indiretamente, a sua imagem associada à enfermidade, tal como os homossexuais masculinos e os usuários de drogas intravenosas<sup>173</sup>.

Para HERZLICH (1991), a representação social, as metáforas e estigmas produzidos sobre uma enfermidade e seu respectivo enfermo podem funcionar como um atributo, pelo qual grupos sociais podem identificar-se, perceber-se, aliar-se ou rejeitar-se<sup>174</sup>. A história da Aids e da experiência dessa enfermidade na sociedade sublinham bem como representação, metáforas e estigmas elaborados sobre uma doença podem culminar na rejeição e em uma onda de preconceito que, como vimos, não só atingiu os doentes, mas todos que eram relacionados com aquele universo.

Porém, a história da Aids também exemplifica como um grupo social pode identificarse, perceber-se e aliar-se contra tudo isso, indo, inclusive, além, organizando-se e tornando-se um grupo de pressão embasado nos direitos humanos e com uma pauta clara de reivindicações próprias. Para CONTRETA (2000) isto ocorreu, a partir da conscientização e da participação política dos acometidos pela Aids, que converteram a situação dramática em ação concreta, definindo à vista disso seus métodos de trabalho e as formas de intervenção na sociedade 175.

MANN (1990) salienta que simultaneamente à epidemia de Aids e à de preconceitos e estigmas, caminhou a epidemia de reação e de respostas sociais, culturais, econômicas e políticas à doença. Ao passo que a doença atingia índices de pandemia, era necessário que as reações fossem feitas na mesma proporção. Como definiu MANN (1990), uma epidemia

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup>VITIELLO, Gabriel Natal Botelho. A Aids em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. p.10.

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> Idem. P74

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup>HERZLICH, Claudine. "A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença". In: Physis: Rev. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Vol. 1. Número 2,1991. P. 25.

<sup>175</sup> CONTRERA, Wildney Feres. GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000. p. 35.

global e de respostas globais<sup>176</sup>, visto que organizações de caráter local e global atuaram no combate à Aids e aos seus estigmas em um contexto muito maior de conexões e relações<sup>177</sup>.

Por esse motivo, é praticamente impossível pensar as respostas dos grupos impactados pela Aids sem relacioná-las com uma conjuntura maior de combate à doença. Evidentemente, é importante levar em consideração as especificidades de cada caso, especialmente no caso brasileiro, mas é primordial e esclarecedor compreender esse contexto maior que transcendeu os limites nacionais, pois tanto a epidemia quanto a promoção da solidariedade ocorreram globalmente.

Nessa perspectiva, no início dos anos 1980, em diversas partes do mundo, grupos, formados por indivíduos acometidos pela Aids, foram fundados para combater essa doença e os seus estigmas. Além disso, muitos desses sujeitos, que tiveram as suas vidas, de diversas formas, impactadas por terem contraído o vírus HIV, uniram-se em uma teia de apoio recíproco e de solidariedade. Assim, reunidos em ONGs, grupos e entidades demonstravam força e unidade ao exigir de governos e, em alguns casos, da medicina e da ciência, mais atenção diante na realidade catastrófica da Aids e das reais necessidades de tratamento dos doentes.

Em 1982, mesmo ano em que eclodiram diversos casos da enfermidade, foi criado pioneiramente, em Nova York, EUA, o *Gay Men's Health Crisis (GMHC)*<sup>178</sup>. Fruto da iniciativa de Nathan Fain, Larry Kramer, Larry Mass, Paul Popham, Paul Rapoport e Edmund White, as primeiras atuações da organização consistiram na instauração da primeira linha direta de Aids do mundo, uma secretária eletrônica instalada na casa do voluntário Rodger McFarlaneque recebeu só na primeira noite mais de 100 ligações; e na implementação do Programa *Buddy* para ajudar pessoas com Aids em suas necessidades do dia-a-dia<sup>179</sup>.

Também merece destaque a atuação de duas organizações fundadas em 1987 e que tiveram participações notórias no cenário mundial de combate à Aids. A *The Aids Support Organization* (TASO), em Uganda, e a *Coalitionto Unleash Power* (Act Up), em Nova York, EUA, representam desde o início a ideia de que era necessário dar respostas políticas à epidemia de Aids e que derrotar esta doença não era responsabilidade exclusiva da medicina e

ANDERSON, Warwick. "Making Global Health History: the Postcolonial Worldliness of Biomedicine, Social History of Medicine". In: Social History of Medicine. V.27, Issue 2, 1 May 2014, Pp. 372–384.

<sup>&</sup>lt;sup>176</sup> MANN, Jonathan. *Op. cit.* p. 31.

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> GALVÃO, Jane. Galvão, Jane. **1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p. 18.

<sup>&</sup>lt;sup>179</sup> Gay Men's Health Crisis (GMHC). GMHC/HIV/AIDS Timeline. Disponível online: http://www.gmhc.org/about-us/gmhcHivaids-timeline. Acesso em setembro de 2018.

da ciência, tratava-se, na verdade, de um esforço conjunto e de cooperação que envolvia toda a sociedade e o Estado<sup>180</sup>.

A TASO foi fundada por Norine Kaleeba e um grupo de 15 voluntários, em Uganda, sendo uma das primeiras e uma das maiores Organizações Não Governamentais (ONGs) africanas criadas para oferecer apoio e assistência para pessoas com HIV/Aids<sup>181</sup>. A premissa do grupo era a necessidade de fornecer apoio emocional e cuidados compassivos às pessoas e às famílias afetadas pelo HIV e pela Aids com o objetivo de fazer com que esses indivíduos se sentissem aceitos como seres humanos respeitados em sua dignidade<sup>182</sup>. Os membros se reuniam de maneira informal em suas respectivas casas e locais de trabalho para fornecer apoio psicológico e social mútuo na medida em que a organização ganhava contornos mais burocráticos e institucionais<sup>183</sup>.

A Act Up nasceu de um grupo diversificado e apartidário de indivíduos unidos pela raiva da omissão e comprometidos com a ação direta para acabar com a crise da Aids<sup>184</sup>. Com o lema "Silence = Death" (Silêncio = Morte), o objetivo da associação era demonstrar que não estava em silêncio e nem indiferente à Aids e nem aos que padeciam por conta dela. Assim, a organização foi formada em resposta à negligência social, à negligência do governo e à complacência das instituições médicas, científicas e laboratoriais com relação a essa enfermidade durante os anos 1980<sup>185</sup>.

Ao final da década de 80 e início da de 90, a Act Up espalhou-se por diversas cidades e estados dos EUA e do mundo. Tornou-se internacionalmente conhecida pelo ativismo caracterizado por manifestações impactantes, como, por exemplo, a ação da sessão parisiense da organização que, para denunciar o posicionamento contrário da Igreja Católica ao uso do preservativo, estendeu a bandeira da instituição nas torres da igreja de Notre Dame, em Paris, França, em 1989.

Nos Estados Unidos, destacam-se a Act Up Nova York (a primeira a ser fundada), Philadelphia, Rhode Island, Boston, Seattle, Chicago, São Francisco e a do Sul da Califórnia. Fora dos EUA, a de Paris e a de Londres foram as que mais ganharam evidência no cenário mundial. Reunindo-se com funcionários do governo e divulgando as últimas informações médicas sobre a doença para a população, a ONG também lutou contra a ganância

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup>Disponível online: <a href="https://www.actupparis.org/">https://www.actupparis.org/</a>>. Acesso em agosto de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup> GALVÃO, Jane. **1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p.19.

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup>. The AIDS Support Organization (TASO). Disponível online: < <a href="http://www.tasouganda.org/index.php/about-taso">http://www.tasouganda.org/index.php/about-taso</a>>. Acesso em outubro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>183</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>184</sup>About/Act Up New York. Disponível online: < <a href="https://actupny.com/contact/">https://actupny.com/contact/</a>. Acesso em agosto de 2018. <sup>185</sup> Idem.

corporativa, a falta de solidariedade e as várias formas de discriminação e estigmas atribuídos aos acometidos pela doença nos EUA e no mundo<sup>186</sup>. Dessa forma, a Act Up ressalta que durante a sua história:

Tem lutado contra a AIDS, isto é, contra uma epidemia política, alimentada por barreiras ao acesso à prevenção, cuidados e direitos. Denunciando constantemente esses obstáculos, propusemos soluções concretas para acabar com eles. Muitas vezes tivemos que recorrer a ações públicas para nos fazer ouvir e entregar nossa análise, fazer nossas alegações serem conhecidas e ver algumas delas bem-sucedidas. Em paralelo a essas ações, sempre procuramos disseminar o conhecimento acumulado por nossos ativistas, numa perspectiva de empoderamento<sup>187</sup>.

GMHC, TASO, Act Up e suas respectivas ações exemplificam, no cenário mundial, como os acometidos pela Aids lidaram com a experiência da doença e organizaram-se para ajudar-se mutuamente, reagir à epidemia e aos estigmas da enfermidade, assim como à consequente morte social. Esse tipo de organização foi e ainda é, tendo em vista que GMHC, TASO e Act Up continuam em atividade até os dias de hoje, característica da história da Aids. Embora algumas entidades tenham mudado os tipos de ações e com o passar do tempo tenham deixado a postura considerada mais radical de lado, o eixo central da pauta de combate à Aids permaneceu.

Além de pressionar as autoridades públicas, outra grande e importante ação proveniente da experiência da Aids foi que essa busca de respostas para a doença trouxe, aproximou e aplicou os princípios dos direitos humanos para a área e a prática da Saúde Pública<sup>188</sup>. Por isso, para MANN (1990), o ativismo fruto da Aids nos anos 80 deixou um importante legado no combate a essa doença propriamente dita e sobre como é possível agir e organizar-se diante de qualquer enfermidade, encarar suas respectivas metáforas, contestá-las, posicionar-se e exigir do governo comprometimento<sup>189</sup>.

Fundadas seguindo os rastros da Aids<sup>190</sup>, essas organizações exemplificavam o importante papel que a sociedade civil desempenhou na construção das reações à epidemia

.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup>*Historique*/Act *Up-Paris*. Disponível online: < <a href="https://www.actupparis.org/lassociation/historique/">https://www.actupparis.org/lassociation/historique/</a>>. Acesso setembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>188</sup> MANN, Jonathan. Op. cit. p. 32.

<sup>&</sup>lt;sup>189</sup> MANN, Jonathan. *Op. cit.* p. 31.

<sup>&</sup>lt;sup>190</sup>FARIAS, M.S. DIMENSTEIN, M. "Configurações do ativismo anti-aids na contemporaneidade". In: **Psicologia em estudo**. 2006; 11(1):165-174.

dessa doença<sup>191</sup>. A ação em comunidade, a partir do ativismo, do controle e da pressão social, contribuiu para a construção e a caracterização das políticas de saúde e dos programas de Aids em todo o mundo<sup>192</sup>, da mesma maneira que conferiu aos enfermos solidariedade e o direito ao respeito e à dignidade.

No Brasil, nos anos 80, segundo NASCIMENTO (2005), a Aids tornou-se cada vez mais uma expressão de condenação à morte de homossexuais masculinos, de usuários de drogas injetáveis e de hemofílicos. Nessa época, os acometidos pela doença enfrentaram diversos problemas como, por exemplo, a discriminação da sociedade e o descaso do Governo Federal que, no primeiro momento, não reconheceu a gravidade da situação e sequer ofereceu informações a respeito dela, isto é, o que até então era conhecido a respeito dela naquele momento.

Nessa conjuntura, também se destacou no país a organização dos próprios doentes em ONGs para pressionar o Estado a tomar medidas com relação à Aids. Como ressalta NASCIMENTO (2005), a atuação dos acometidos pela Aids em ONGs para exigir do poder público informações sobre a doença, a solidariedade, assim como assistência e tratamento foram movimentos mundialmente comuns que também se expressaram no Brasil à medida que a doença se espalhava.

SILVA, HEWITT e CAVICHIOLI (2007) pontuam que essas organizações eram constituídas por pessoas, de um modo geral, esclarecidas, com uma boa formação político-ideológica e baseadas em referências da nova esquerda que se reorganizava no país após 21 anos de Ditadura<sup>193</sup>. Esta é uma das especificidades do caso brasileiro. A luta inicial contra a Aids foi simultânea à luta pela redemocratização, por isso, essa concomitância de agendas influenciou e norteou os ativistas que fundaram as primeiras Organizações Não Governamentais em resposta à doença no país.

Assim, no contexto de redemocratização política do Brasil e elaboração da Constituição de 1988, os acometidos pela Aids organizaram-se na busca por informações sobre a doença e na divulgação destas para fins preventivos; na defesa do direito da assistência ao doente; e, também, na participação ativa na elaboração de políticas públicas para a enfermidade<sup>194</sup>. RAMOS (2004) sublinha que no Brasil, no plano político, o desenho

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> GRANJEIRO, A.; LAURENTINO, S.L.; TEIXEIRA, P.R. "Respostas à Aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária". In: **Rev. Panam. Salud Publica**, v.26, n.1, p.87-94, 2009. P.89. <sup>192</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>193</sup> SILVA, Carlos Roberto C. S.; HEWITT, W. E (Ted); CAVICHIOLI, Silvana. "Igualdades e Dessimetrias: A participação política em ONGs HIV/AIDS do Canadá e do Brasil". In: **Psicol. Soc.** vol.19 no.2 Porto Alegre May/Aug. 2007. p79-88. P 81.

<sup>&</sup>lt;sup>194</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Op. cit, p. 93.

inicial dos padrões de mobilização da sociedade civil de respostas à Aids foram determinados pela conjuntura de intensa mobilização do contexto da democratização <sup>195</sup>. A partir disso, constituiu-se o que a autora definiu como um campo político e institucional que passou a ser nomeado de ONG/Aids<sup>196</sup>.

De acordo com RAMOS (2004), nos anos de 1985 e 1991, foram criadas as primeiras organizações dedicadas exclusivamente à Aids no Brasil. Com isso consolidou-se o que a autora definiu como um padrão de intervenção da sociedade civil que esteve intrinsecamente ligado à história dessa enfermidade no Brasil. Entre 1985 e 1989, especificamente, foram fundadas três organizações, as quais RAMOS (2004) classificou como paradigmáticas das ações que se multiplicam nos anos seguintes de respostas ao HIV/Aids: o GAPA, a ABIA e o Grupo Pela Vidda<sup>197</sup>.

O Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), fundado em 27 de abril de 1985, em São Paulo, foi a primeira ONG/Aids do país e da América Latina<sup>198</sup>. Desde o início de suas atividades, o GAPA<sup>199</sup> concentrou-se na divulgação de informações sobre a doença<sup>200</sup>, em um contexto no qual vigorava no país o profundo desconhecimento sobre o que realmente era a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e quais eram as formas de preveni-la. Dessa forma, os voluntários/fundadores da ONG propuseram que os pilares de sustentação da atuação dela fossem a prevenção/ informação; a assistência aos doentes, soropositivos e seus familiares; e o ativismo político que sustentaria essas ações<sup>201</sup>.

No Rio de Janeiro, a partir de 1986, destaca-se a importante atuação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA). Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza e pelo jornalista Herbert Daniel, ambos com tradição de lutas sociais e políticas durante a Ditadura Civil-Militar, a ABIA contou com a participação de cientistas, intelectuais de diversas áreas, autoridades civis e religiosas e militantes de vários grupos sociais de tradição de esquerda e de defesa dos direitos humanos.

A ABIA pressionou o Governo Federal com o objetivo de fundamentar políticas de prevenção, educação e informação sobre a Aids. Em sua primeira fase (1986-1990), as

<sup>198</sup> GAPA (História). Disponível online < <a href="http://agenciaaids.com.br/home/noticias/volta\_item/14575">http://agenciaaids.com.br/home/noticias/volta\_item/14575</a>>. Acesso em novembro, 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>195</sup>RAMOS, Sílvia. "O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental". In: **Ciênc. saúde coletiva**, Dez 2004, vol.9, no.4, p.1067-1078. p 1071. <sup>196</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> Ibidem. p 1070.

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup> Trata-se do GAPA-SP, o primeiro a ser fundado.

<sup>200</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup> CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil**. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000. p.39

principais linhas de atuação da ONG estavam relacionadas ao desenvolvimento de projetos que permitissem um maior conhecimento sobre a Aids, a sua disseminação e as formas de prevenção no Brasil<sup>202</sup>. Foi a primeira ONG/Aids a ter uma pessoa assumidamente soropositiva na presidência da instituição, Herbert de Souza, o Betinho<sup>203</sup>.

Posteriormente, em 1989, o Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids (Grupo Pela Vidda) foi fundado por Herbert Daniel para ser um espaço de aprendizagem do convívio com a Aids<sup>204</sup>. Formado basicamente por portadores do vírus HIV, assintomáticos ou não, amigos e familiares, o objetivo principal do grupo era dar voz aos portadores do HIV e doentes de Aids, garantindo-lhes participação ativa e determinante nas políticas públicas sobre a doença e retirando-os da posição passiva, vitimizada e de isolamento impostas pelo preconceito<sup>205</sup>.

Essas ONGs/Aids foram fundadas no período que GALVÃO (2002) chamou de "anos heroicos" do combate à Aids, isto é, a etapa inicial de ação da primeira geração de ativistas que atuaram contra a doença no Brasil. Indivíduos que trabalhavam de forma voluntária e com restrito acesso financeiro<sup>206</sup> proveniente de instituições estrangeiras. Essas organizações entraram em operação, em meados dos anos 80, numa conjuntura caracterizada pelo descaso do governo brasileiro com a Aids e com os acometidos por ela.

Dado esse quadro, coube a essas ONGs, especialmente a ABIA, o papel indispensável na mudança de postura do poder público que na década de 1990 passou a tratar a enfermidade como uma prioridade. Assim, essas ONGs foram indispensáveis para que o Banco Mundial concedesse ao governo brasileiro, entre 1992 e 1993, o financiamento para combater à Aids e que este, por sua vez, torna-se gratuito e universal no Sistema Único de Saúde (SUS) o acesso aos medicamentos antirretrovirais, em 1996<sup>207</sup>.

#### 2.2 – O movimento homossexual brasileiro no contexto anterior à epidemia de Aids

O Código Criminal do Império do Brasil sancionado pelo Imperador Pedro I, em 1830, eliminou todas as referências à sodomia<sup>208</sup> que constavam nas Ordenações Filipinas, o Código Penal antecessor que vigorava em todo o Império Português. Com a sanção desse

<sup>&</sup>lt;sup>202</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Op. cit*, p. 194.

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> GALVÃO, Jane. **1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: ABIA, 2002. p 10

<sup>&</sup>lt;sup>204</sup> GALVÃO, Jane. *Op. cit*, ,(2002). p. 11.

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> GALVÃO, Jane. **Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia.** Rio de Janeiro/São Paulo, ABIA/Editora 34, 2000. p. 60-61.

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>208</sup> O documento completo está disponível online: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil">https://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em 10 de abril, 2015.

documento, o primeiro de regulação jurídica e criminal após a independência política da metrópole portuguesa, a sodomia já não era mais crime e o praticante deixou de ser criminoso e de sofrer punições judiciais, entretanto, eram considerados como doentes.

Sendo assim, desde que o Brasil tornou-se uma unidade política autônoma e emancipada, a homossexualidade nunca foi conceituada como um crime e nem juridicamente punível. Contudo, a não criminalização não significou a não marginalização da homossexualidade e dos homossexuais. De acordo com FACCHINI (2003) e FACCHINI (2005), o movimento homossexual<sup>209</sup> brasileiro surgiu na segunda metade dos anos 1970<sup>210</sup> e é dividido em três momentos distintos.

A "primeira onda" iniciou-se por volta de 1978 e durou até aproximadamente 1983. Contou basicamente com a participação de grupos de homossexuais masculinos e de lésbicas, estas últimas que, nesse contexto, ainda começavam a organizar-se politicamente. A "segunda onda" ocorreu entre os anos de 1984 e 1992 e tem como uma de suas principais características a presença de travestis. A "terceira onda" foi inaugurada em 1992 e se estende até os dias de hoje. Essa última fase, especialmente a partir dos anos 2000, é identificada pela ascensão de novos atores sociais dentro do próprio movimento LGBT, bissexuais e pessoas trans passaram a reivindicar mais visibilidade e espaço.

No contexto mundial, de acordo com FACCHINI (2011), o movimento homossexual surgiu em meados de 1940. Nessa década, emergiram as primeiras iniciativas que tinham algum tipo de ativismo pela homossexualidade. A primeira organização fundada nesse sentido foi a *Center for Culture and Recreation* (COC), em Amsterdam, Holanda, cujo objetivo principal era descontruir a visão negativa do senso comum sobre a homossexualidade, perspectiva esta concebida e reafirmada pela ciência, a religião e o moralismo<sup>211</sup>. Já nos EUA, nos anos 50, dois grupos foram formados pioneiramente: a *Mattachine Society*, uma sociedade clandestina, e a *Daughters of Bilitis*, dedicada exclusivamente às lésbicas.

Todavia, o grande marco internacional da instauração mundial de um movimento homossexual só aconteceu com o episódio que ficou conhecido como a Revolta de Stonewall. No dia 28 de junho de 1969, em Manhattan, Nova York, policiais invadiram o Bar Stonewall,

-

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup> De acordo com Regina Facchini (2003, p. 84), o termo movimento homossexual engloba o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, fundadas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento.

<sup>&</sup>lt;sup>210</sup> FACCHINI, Regina. "Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico". In: Cadernos AEL (10, 18/19), Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, 2003, pp.81-124. P 84.

FACCHINI, Regina. "Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico". In: Cadernos AEL (10, 18/19), Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, 2003, pp.81-124. p 84.

um conhecido reduto que aceitava a presença do público homossexual. Em resposta e em repúdio ao excesso policial, uma série de manifestações e passeatas foi realizada. A partir disso, foi atribuído ao dia 28 de junho o "Dia do Orgulho Gay" posteriormente transformado em "Dia do Orgulho LGBT".

Comparado com a parte ocidental da Europa e os Estados Unidos da América, o ativismo pela homossexualidade organizado em grupos, entidades e ONGs é considerado tardio no Brasil e em partes da América Latina que também vivenciavam experiências ditatórias entres a décadas de 1960 e meados de 1980. Entretanto, curiosamente, é também neste contexto antidemocrático e ditatorial que se verificam mudanças importantes na sociabilidade LGBT no Brasil<sup>212</sup>:

Do ponto de vista da diversão e do entretenimento, surgiram boates e casas noturnas, no Rio de Janeiro e São Paulo, dirigidas especialmente para um público homossexual. Passou a haver maior visibilidade dos espaços públicos frequentados por gays e lésbicas nos principais centros urbanos. Alguns homens começaram a transformar seus corpos com hormônios e se intensificou a presença de travestis nas grandes cidades fora da época de carnaval. Aconteceu, ainda, certa abertura nos meios culturais e intelectuais para uma visão mais tolerante à homossexualidade<sup>213</sup>

Segundo GREEN (2014), a Ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 atrasou em décadas a organização e a institucionalização do movimento homossexual no país<sup>214</sup>. Todavia, nesse período, mais especificamente entre 1964 e 1973, a sociabilidade gay conquistou espaços como boates e casas noturnas em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, constituíram-se os espaços que FACCHINI (2011) e GREEN (2014) denominaram de "guetos", isto é, redutos de sociabilidade de bissexuais, homossexuais, lésbicas e travestis em pleno período repressivo:

Desde o começo do século XX, havia zonas, parques, praças e ruas onde, sobretudo, homens podiam circular para conhecer pares para aventuras sexuais ou mesmo relações duradouras; porém, a concentração de gays e

-

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> GREEN, James N. "Introdução". In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdufsCar, 2014. p 19. <sup>213</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>214</sup> Idem. p.21.

lésbicas nas principais capitais do pais criou, nos anos 1960, público para bares e depois boates para pessoas LGBT<sup>215</sup>.

Todavia, o estabelecimento desse tipo de espaço não significou de forma alguma que o regime possibilitou liberdade de expressão para esses indivíduos, pelo contrário, os guetos surgiram, ainda que muito mais voltados para a diversão do que para a militância e o ativismo, como lugares de resistência. Redutos de liberdade em meio a um cenário repressor e opressor que era mais um obstáculo para a vivência das sexualidades marginalizadas.

Em reação a isto, COWAN (2014) destaca que a Ditadura forneceu aos moralistas e conservadores, então no poder, os meios para agirem<sup>216</sup> reprimindo essas minorias, uma vez que, para a visão oficial, a homossexualidade constituía uma ameaça subversiva ao regime autoritário<sup>217</sup>. Assim, ideólogos dentro e fora do regime denunciaram a homossexualidade como estratégia sub-reptícia e deliberada dos inimigos do estado e da sociedade<sup>218</sup>:

Durante a ditadura militar, o modo de vida LGBT sofreu opressão com as tentativas de ocultar suas manifestações, porque a violência do estado autorizava e apoiava a perseguição contra homossexuais. No entanto, essa população empreendeu durante aquele período e nestas três últimas décadas constante resistência, sendo capazes de promover o crescimento das organizações LGBT em todo o Brasil, pressionar os tribunais pelo reconhecimento de direitos, organizar em inúmeros estados e cidades as Paradas do Orgulho LGBT e as Caminhadas de Lésbicas e Bissexuais, com milhares de participantes (...)<sup>219</sup>.

É nesse contexto, no qual a homossexualidade era vista como uma ameaça subversiva ao regime ditatorial, que se inicia a "primeira onda" do movimento homossexual brasileiro. Segundo FACCHINI (2003) e FACCHINI (2011), a "primeira onda", centrada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, corresponde ao surgimento e expansão desse ativismo durante o período de redemocratização. Por isso, ele despontou, em grande parte, com um conteúdo

<sup>217</sup> COWAN, Benjamin. "Homossexualidade, Ideologia e 'Subversão' no Regime Militar". In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdufsCar, 2014.

218 Idom n 2

<sup>&</sup>lt;sup>215</sup> GREEN, James. "O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs). **Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade.** São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014. p. 184.

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup> Idem. p.15.

<sup>&</sup>lt;sup>218</sup> Idem. p. 32.

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> FERNANDES, Marisa. "Lésbicas e a ditadura militar: Uma luta contra a opressão e por liberdade". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014. p. 147.

profundamente democrático e comprometido com as pautas da reabertura política, direitos humanos e da nova esquerda que emergia nesse contexto<sup>220</sup>:

As demandas do movimento faziam parte das articulações contra a ditadura e continham reivindicações que visavam uma sociedade pluralista, além de proporem novos conceitos sobre a sexualidade, o comportamento e a própria natureza da política. (...) o Grupo Somos, a primeira organização politizada de gays e lésbicas no Brasil, cuja fundação em 1978 marcou o começo do ativismo LGBT no pais<sup>221</sup>.

De acordo com FACCHINI (2005), essas primeiras organizações politizadas de gays e lésbicas no Brasil estavam aliadas ao movimento feminista e ao movimento negro. Eram caracterizadas por um forte caráter antiautoritário que sinalizava oposição ao contexto da ditadura. Elas aspiravam e reivindicavam direitos universais e civis plenos; as ações eram voltadas para a sociedade de forma mais ampla e não mais concentradas nos "guetos". Em consonância com a efervescência de movimentos sociais desse período, as propostas do movimento homossexual eram as de transformação para o conjunto da sociedade como um todo, no sentido de abolir todas e quaisquer hierarquias econômicas e sociais, especialmente as relacionadas a gênero e a sexualidade<sup>222</sup>.

Nesta fase, destacam-se duas importantes iniciativas. A primeira é o grupo Somos de Afirmação Homossexual, de São Paulo; a segunda é o jornal Lampião da Esquina, editado no Rio de Janeiro. Embora independentes, as duas propostas buscavam questionar os indivíduos com relação a sujeição as convenções sociais que inibiam e impediam o livre exercício da sexualidade humana em suas diversas formas<sup>223</sup>. Para GREEN (2014), as publicações mensais do Lampião da Esquina, cuja edição inaugural saiu em abril de 1978, foram primordiais para a formação dos primeiros grupos do movimento homossexual no Brasil.

De acordo com o autor, com o viés de imprensa alternativa, o jornal deu voz a uma gama de questões do meio da homossexualidade. Em seus editoriais, o Lampião da Esquina

<sup>&</sup>lt;sup>220</sup> GREEN, James. "O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). **Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade**. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014. p. 178.

<sup>&</sup>lt;sup>221</sup> Idem.

FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP. Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011. p.13.
 Idem.

abordava temas como cultura e comportamento, sem esquecer, entretanto, de denunciar a violência, a marginalização e a repressão sofridas pelos homossexuais durante o regime militar<sup>224</sup>. Além disso, o jornal tinha uma abordagem que se propunha a combater a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa de seus desejos, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade<sup>225</sup>.

A proposta do Lampião da Esquina para que os homossexuais saíssem do "gueto"<sup>226</sup> enfatizou uma característica marcante da "primeira onda" do movimento homossexual brasileiro. Trata-se da ambígua relação entre os grupos que se formavam nesse contexto e o conjunto de bares e boates frequentados pelos homossexuais: os guetos. Assim travou-se uma clara oposição entre militância/engajamento/ativismo e esses ambientes voltados para a diversão e a sociabilidade.

A partir disso, segundo FACCHINI (2011), manifestou-se uma tensa relação que tendeu a julgar os grupos e as associações como politizados em detrimento dos espaços alternativos de sociabilidade disponíveis<sup>227</sup>. Desse modo, apoiada nas alas mais radicais do ativismo pela homossexualidade, construiu-se uma ideia que desprezava a importância dos guetos para o movimento homossexual. Para esses ativistas, o papel dos guetos restringia-se ao lazer e a diversão e não a um espaço de luta e resistência:

O nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no "gueto" e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como "não-politizada", por estar exclusivamente voltada para a "sociabilidade"<sup>228</sup>.

É necessário pontuar a participação das lésbicas nesse primeiro momento de organização do movimento homossexual. A Facção Lésbico-Feminista, ou simplesmente LF, nasceu dentro do Grupo Somos, em São Paulo, em 1979. No ano seguinte, isto é, em 1980,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>224</sup> GREEN, James. "O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). **Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade.** São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014. p. 183.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.85.
 Idem. p. 86

<sup>&</sup>lt;sup>227</sup> FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil. In: Psicologia e Diversidade Sexual". In: Cadernos Temáticos do CRP-SP. Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011. p.13.
<sup>228</sup> Idem. p.12.

tornou-se independente do Somos e assumiu o nome de Grupo Lésbico Feminista. Como ressalta FERNANDES (2014), as dificuldades para a atuação política dessas mulheres eram de diversas ordens<sup>229</sup>:

A dificuldade encontrada por este primeiro grupo de lésbicas organizadas foi estar diante de um estado político militar, de direita. Assim as lutas para promoção da liberdade, respeito, a expressão da sexualidade lésbica e por justiça, bem como contra a opressão social e policial, nasceram de forma inseparável da luta por liberdade e contra a ditadura. A segunda dificuldade foi o enfrentamento com outra forma autoritária de se fazer política, a da esquerda ortodoxa, que não compreendia que a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente<sup>230</sup>.

A partir da atuação desses grupos, os primeiros encontros e conferências organizados pelo ativismo homossexual começaram a ser realizados no Brasil. Em 1979, aconteceu o primeiro encontro de homossexuais militantes do Rio de Janeiro. Em abril de 1980, em São Paulo, o primeiro encontro de um grupo organizado de homossexuais no país. Entre as discussões realizadas nessas ocasiões, destaca-se principalmente, de acordo com FACCHINI e SIMÕES (2009), a pauta da retirada da homossexualidade da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Embalados por essa onda, os ativistas organizam a primeira passeata do movimento homossexual brasileiro, em 13 de junho de 1980. O ato público foi uma reação contra a violência policial e a atuação da "Operação Limpeza" que, em São Paulo, atingiu diretamente o público homossexual. As demandas, discussões e a necessidade de organização eram tão urgentes que o segundo encontro de homossexuais foi realizado ainda em 1980, mesmo ano do primeiro. É nessa ocasião que se inicia o esboço para a criação de uma rede unificada para atuar a nível nacional.

Também foi em 1980 que o Grupo Gay da Bahia (GGB), uma associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais, iniciou suas atividades<sup>231</sup>. O GGB foi o primeiro de seu tipo no Nordeste e teve um papel fundamental para fortalecer o ativismo na região. Entre

<sup>&</sup>lt;sup>229</sup> FERNANDES, Marisa. "Lésbicas e a ditadura militar: Uma luta contra a opressão e por liberdade". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014. P 126.
<sup>230</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>231</sup> GGB. Disponível online: < <a href="https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/">https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/</a>>. Acesso em novembro de 2018.

os anos de 1981 e 1985, coordenou pioneiramente uma campanha nacional para retirar a homossexualidade da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps)<sup>232</sup>.

O encerramento dessa primeira etapa ocorreu concomitantemente a eclosão do HIV/Aids e, em consequência disso, o desenvolvimento das representações, metáforas e estigmas sobre essa enfermidade que atingiram principalmente os homossexuais masculinos. Esse cenário ditou e influenciou diretamente as pautas de atuação do movimento homossexual em seu segundo estágio uma vez que os ativistas voltaram-se para a construção da resposta coletiva ao vírus e a doença.

## 2.3 - A atuaçãos dos Movimentos Civis LGBTs no combate aos estigmas e na prevenção ao HIV/Aids

FACCHINI (2005) definiu a "segunda onda" do movimento homossexual brasileiro como a fase "é legal ser homossexual". Com a democracia reestabelecida no país, o período foi marcado pelo aumento da visibilidade pública da homossexualidade com a lenta expansão de um mercado de bens e serviços destinado ao público homossexual e, como vimos, pela chegada da epidemia da Aids<sup>233</sup>. A Aids evidenciou a homossexualidade de uma forma negativa. Nas representações iniciais que foram construídas acerca da doença, os homossexuais masculinos encabeçavam o grupo alvo e seleto atingido pela enfermidade, aquele que podia viajar, que tinha um estilo de vida diferente e socialmente transgressor<sup>234</sup>.

Para FACCHINI (2011), a volta ao regime democrático implicou a falência do modelo de organização comunitária autonomista vigente nos grupos da "primeira onda". Sem a existência da Ditadura Civil-Militar, o combate ao elemento que unificava as lutas dos movimentos sociais, isto é, o autoritarismo, foi dissolvido. O HIV/Aids, por sua vez, colocou em contradição uma das principais pautas da "primeira onda" do movimento homossexual brasileiro: a liberação sexual.

Como discutir e propor liberação sexual em uma conjuntura na qual emergia avassaladoramente uma incurável doença sexualmente transmissível? Este foi um dos dilemas

\_

<sup>&</sup>lt;sup>232</sup> FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP. Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011. p.14.

<sup>&</sup>lt;sup>233</sup> Idem. p. 15

<sup>&</sup>lt;sup>234</sup> CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil.** Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000. p. 19.

postos ao ativismo pela homossexualidade. A partir dessas circunstâncias, outro protótipo de organização passou a vigorar. Esse novo modelo foi inspirado na atuação dos grupos Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB), assim houve um deslocamento do ativismo do eixo Rio-São Paulo para o eixo Rio -Nordeste<sup>235</sup>. Ademais, o combate à Aids foi eleito a prioridade do ativismo pela homossexualidade no país:

As características mais marcantes desse período incluem: um menor envolvimento com projetos de transformação social como um todo; e uma ação mais pragmática e voltada para a garantia dos direitos civis e ações contra discriminações e violência. A tendência é ter organizações mais formais, não há mais rotatividade de direções, mas diretorias com cargo e funções definidas. O GGB e o Grupo Triângulo Rosa são os primeiros a se formalizarem legalmente como associações voltadas para os direitos de homossexuais, evocando o direito à associação. A valorização de relações com o movimento internacional é bastante forte nesse momento e há desvalorização dos aspectos marginais da homossexualidade. A abordagem inicial da Aids como "peste gay" ou "câncer gay" levou à necessidade de construção de uma boa imagem pública da homossexualidade que permitisse a luta pela garantia de direitos civis<sup>236</sup>.

Desse modo, a luta contra a Aids foi a grande ênfase da "segunda onda" do movimento homossexual brasileiro. Entretanto, FACCHINI (2005) e FACCHINI (2011) chamam atenção para uma discussão muito importante que marcou esse período. Trata-se do que foi interpretado por alguns autores, como MACRAE (1990), como a crise da organização do movimento homossexual por ocasião da epidemia do HIV/Aids. Segundo essa perspectiva, essa crise teria emergido porque o ativismo pela homossexualidade abandonou esmagadoramente a maioria de demandas e das pautas da "primeira onda" e concentrou-se apenas na Aids<sup>237</sup>.

Em 23 de junho de 1991, a Folha de São Paulo afirmou que o movimento homossexual entrava nos anos 90 sem a força dos anos 80 e que dez anos após sair às ruas se mostrava tímido e recolhido<sup>238</sup>. Entrevistado para a reportagem, Edward MacRae, antropólogo e pesquisador da Escola Paulista de Medicina da USP, declarou que a grande festa do ativismo dos anos 80 havia se tornado perigosa, naquele início da década de 1990.

-

<sup>&</sup>lt;sup>235</sup> FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: **Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP.** Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011. p. 15.

<sup>236</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>237</sup> Idem. p.15-16.

<sup>&</sup>lt;sup>238</sup> Folha de São Paulo 23/06/1991.

Para MacRae, no período de redemocratização, quando a democracia estava sendo reconstruída a partir de relacionamentos, solidariedade e dos movimentos sociais, a relação entre pessoas do mesmo sexo tinha mais espaço porque era mais democrática e por isso endossava os anseios da época<sup>239</sup>. Esse posicionamento do entrevistado já era conhecido. Em seu livro "A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da 'Abertura'", MACRAE (1990) defendeu que nos anos de abertura, a democracia sexual era defendida e praticada como um primeiro passo para a democracia política<sup>240</sup>. Nessa concepção, com o reestabelecimento da ordem democrática o movimento havia não só sido esvaziado como voltava aos anos dos guetos.

A reportagem também destacou que anos depois da abertura, o homossexuais estavam dispersos e com medo de serem estigmatizados pela Aids. Dessa forma, a grande maioria preferia esconder sua condição sexual<sup>241</sup>. Para a entrevistada Miriam Martinho Rodrigues, que foi militante do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALPF), a Aids deixou gays e lésbicas mais vulneráveis e expostos a chantagens e a um estado de tensão permanente, mas, apesar disto, movimento pela homossexualidade devia procurar um caminho intermediário entre o agitar as bandeiras de anos atrás e o silêncio da década 90<sup>242</sup>.

Na reportagem é evidenciado que embora os homossexuais ganhassem mais espaço, ainda que timidamente, nas novelas de televisão, a discriminação nas ruas era crescente. A respeito disso, o escritor Caio Fernando Abreu defendeu que a não identificação revelava o medo da discriminação que vinha aumentando. Já o ativista João Antônio Mascarenhas afirmou que, quando a Aids começou a fazer muitas vítimas entre os homossexuais, a maioria dos grupos de gays e lésbicas passou a se dedicar aos seus doentes e em como escapar da doença e isto enfraqueceu o movimento homossexual<sup>243</sup>.

De acordo com FACCHINI e SIMÕES (2009), a Aids não silenciou e nem enfraqueceu o movimento homossexual, pelo contrário, na mesma medida em que as epidemias da doença foram grandes desafios para o ativismo pela homossexualidade, elas também representaram uma epidemia de informação, aprendizado e atuação política<sup>244</sup>. Isso não se deu apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo, especialmente na América

<sup>&</sup>lt;sup>239</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>240</sup> MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura".** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>241</sup> Folha de São Paulo 23/06/1991.

<sup>&</sup>lt;sup>242</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>243</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>244</sup> FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.p. 132.

Latina. Segundo PARKER (1997), a contribuição da experiência da Aids para a organização política das comunidades homossexuais foi um movimento comum no países latino-americanos:

Possivelmente mais importante, na falta de identidade sexual amplamente aceita e compartilhada como fator unificador, o desenvolvimento de comunidades homossexuais com suas próprias instituições capazes de fazer face à epidemia, ficou relativamente limitado na maior parte da região latino-americana, e somente nesta década, em grande parte simultaneamente à própria epidemia, é que comunidades gays mais atuantes começaram a emergir em alguns centros urbanos e a enfrentar questões levantadas pelo HIV/AIDS<sup>245</sup>.

Esses novos modelos de organizações e iniciativas que emergiram para combater a Aids espalharam-se por diversas partes do país, especialmente no Rio de Janeiro. Entre meados dos anos 80 e 90, atuavam conjuntamente nessa cidade cinco grupos de ativismo pela homossexualidade que tinham como atividade principal o combate à Aids e o apoio e a solidariedade aos doentes. Atobá, Triângulo Rosa, Noss, Astral e o Grupo Arco-íris foram fundados entre 1986 e 1993, no contexto simultâneo de expansão da epidemia de Aids e da própria formação identitária do que seria nomeado posteriormente de movimento LGBT:

Com base no acúmulo de experiência e no conhecimento e acesso à comunidade, os grupos passaram a coordenar projetos de prevenção financiados por programas estatais de combate à Aids, os quais permitiram que alguns grupos se organizassem no formato de organização não-governamental (ONG). A entrada das pautas do movimento nas políticas públicas não se deu, portanto, pelo reconhecimento das demandas de cidadania de LGBT ou pela criação de conselhos de direitos, mas pela política de saúde e, mais especificamente, a política de combate às DSTs e Aids<sup>246</sup>.

A multiplicação desses novos modelos de organizações comprova que a Aids nem enfraqueceu e nem silenciou o movimento homossexual. Pelo contrário, como afirma GREEN (2014), apesar da existência e da atuação de muitos grupos gays e de lésbicas em um cenário

<sup>&</sup>lt;sup>245</sup> PARKER, Richard. *Reflexões sobre a sexualidade* na sociedade latino-americana: implicações para intervenções em face do HIV/AIDS. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: 1997, vol.7, n.1, p. 102-103.

<sup>&</sup>lt;sup>246</sup> FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: **Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP.** Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011. p.190.

anterior, é no contexto após a redemocratização política, quando muitos movimentos sociais desarticularam-se, que a experiência da Aids foi fundamental e determinante para unir e dar um novo fôlego ao movimento homossexual.

No ano de 1985, foi fundado o grupo Atobá (Movimento de Emancipação Homossexual). O principal mote de atuação do grupo era a luta pelos direitos dos homossexuais associada a outras pautas como, por exemplo, o enfrentamento da Aids e aos estigmas imputados aos homossexuais masculinos pelo advento da doença. O Atobá, sediado do bairro de Realengo, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, trouxe, segundo CÂMARA (2015), uma contribuição relevante, pois, diferente da maioria dos grupos gays, ele não contava com a participação de intelectuais, mas de pessoas simples da Zona Oeste da cidade, atuando com especial atenção aos direitos humanos e às populações marginalizadas<sup>247</sup>.

Também em 1985, o grupo Triângulo Rosa foi fundado por Caio Benévolo, Paulo Fatal e João Antônio Mascarenhas. Em sua atuação o grupo associava as pautas de liberação sexual, defesa de direitos de homossexuais e Lésbicas e divulgação e acesso à informação sobre Aids para a população gay (CÂMARA, 2002). O objetivo era levar as informações sobre prevenção e tratamento da Aids para a comunidade homossexual sempre relacionando-as à questão da liberação sexual e da compreensão da homossexualidade como uma sexualidade tão comum, normal e saudável como a heterossexualidade.

Em 1991, a ONG/Aids Núcleo de Orientação em Saúde Social (Noss) foi fundada por Paulo Henrique Longo e Sylvio de Oliveira. De acordo com CÂMARA (2015), o principal projeto do Noss foi trazer para o Brasil o *Safe Bar* (localizado na Glória, Zona Sul da cidade do Rio), um modelo de bar voltado para a prevenção ao HIV/AIDS, assim reunindo diversão e prevenção ao HIV/Aids<sup>248</sup>.

A Associação de Travestis e Liberados (Astral) foi criada no Rio de Janeiro, em 1992, tendo como principal fundadora Jovanna Baby. De acordo com CÂMARA (2015), a Astral surgiu em resposta à violência policial, principalmente em áreas de prostituição<sup>249</sup>. Em um momento em que a própria identidade travesti estava configurando-se de forma independente da identidade homossexual, a Astral teve uma atuação primordial nas interlocuções junto às ONGs/Aids, a participar da elaboração de planos de ação do movimento LGBT, além de começarem a elaborar seus próprios projetos<sup>250</sup>.

-

<sup>&</sup>lt;sup>247</sup> CÂMARA, Cristina. "*Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro*". In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.** n.9, 2015, p.373-396 . p. 379-380.

<sup>&</sup>lt;sup>248</sup> Ibidem, p. 381.

<sup>&</sup>lt;sup>249</sup> Ibidem, p. 384.

<sup>&</sup>lt;sup>250</sup> Idem.

O Grupo Arco-íris (GAI) foi fundado, em 1993, em resposta à epidemia de Aids e, especificamente, contra a discriminação de gays/homossexuais em virtude dos estigmas que a doença acarretou para essa comunidade<sup>251</sup>. A ONG sempre associou a luta contra a doença com o combate à discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, buscou promover qualidade de vida e cidadania ao público LGBT, unindo a luta por liberação sexual, direitos humanos e acesso a informação de HIV/Aids<sup>252</sup>.

De acordo com FACCHINI (2005), "Direitos iguais, nem mais nem menos!" é o lema da "terceira onda" do movimento homossexual brasileiro. Nesse contexto iniciado na década de 90 e que se estende até os dias atuais, o movimento homossexual cresceu no Brasil e expressou-se como forma de solução comunitária para a Aids. Como vimos, com destaque para a atuação do Noss, o Astral e o Grupo Arco-Íris, no início dessa fase, novos grupos gays cuja pauta principal era a luta contra a Aids continuaram sendo fundados.

O Astral, particularmente, exemplifica uma das características centrais da "terceira onda". Por tratar-se de um grupo exclusivo de travestis, ele evidencia a diferenciação de vários sujeitos políticos internos ao movimento: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, com foco em demandas específicas de cada um desses coletivos<sup>253</sup>. É nesse momento, como ressaltam GREEN e QUINALHA (2014), que as identidades que compõe a sigla LGBT estão sendo formuladas de maneira independente.

Anteriormente, o termo gay/homossexual, via de regra, abarcava todos esses indivíduos de sexualidades e identidades de gênero consideradas minoritárias e socialmente divergentes da heterossexualidade e da divisão binária de gênero entre homem e mulher. Por isso, nessa conjuntura no Brasil, ao mesmo tempo em que se constituía de forma nacionalmente mais unificada, o movimento LGBT também ficava mais internamente emancipado para bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais.

Além disso, de acordo com FACCHINI (2003) e FACCHINNI (2005), nessa última etapa, houve um aumento do número de grupos e a expansão do movimento por todos os estados do país. Mas, como destaca a autora, essa expansão veio entretanto, acompanhada por uma diversidade, quanto à origem dessas organizações: não havia apenas grupos

<sup>&</sup>lt;sup>251</sup> Carta de apresentação do Grupo Arco-Íris. Disponível online <<u>http://www.arco-iris.org.br/o-grupo/</u>>. Acesso em julho, 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>252</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>253</sup> FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: **Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP.** Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011.

comunitários, mas também ONGs, setoriais de partidos, grupos religiosos, acadêmicos, as chamadas igrejas inclusivas, que trabalham diretamente com a questão LGBT<sup>254</sup>.

Com o surgimento da Aids e os efeitos dela e de seus estigmas para a comunidade dos homossexuais masculinos, o combate a essa doença tornou-se um importante e prioritário campo de atuação para esses grupos. Embora esses coletivos estivessem espalhados por parte considerável do Brasil há um punhado de anos, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste, só no ano de 1995 o país conseguiu ter a sua primeira associação nacional pró-direitos da população LGBT: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (ABGLT).

Entre os dias 4 e 7 de setembro de 1993, foi realizado, no Instituto Cajamar, em São Paulo, o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. Na plenária final, as 31 entidades nacionais, que estavam reunidas no evento, decidiram pela constituição de uma Comissão (Rede/Associação) Brasileira de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas, uma iniciativa nova que tinha como objetivo principal ser um elo de unificação dos diversos grupos independentes do país e representar nacionalmente a comunidade LGBT<sup>255</sup>.

Em 1994, mais um passo importante nesse sentido foi dado para a criação de um órgão LGBT nacional, quando militantes do movimento homossexual começaram a elaborar um estatuto de regimento, uma carta de princípios e orientações, assim como a formalizar a entidade e reuniões presenciais com a ajuda da Ordem dos Advogados do Brasil<sup>256</sup>. Assim, em 31 de janeiro de 1995, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba (PR) e com a colaboração de 31 entidades<sup>257</sup> e todos que lutavam pelos Direitos Humanos e Civis de todos aqueles que eram discriminados por sua orientação sexual foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)<sup>258</sup>. Com a natureza de pessoa jurídica de

<sup>&</sup>lt;sup>254</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>255</sup> História da ABGLT. Disponível Online: < <a href="https://www.abglt.org/quem-somos">https://www.abglt.org/quem-somos</a>>. Acesso em outubro de 2018. <sup>256</sup> Idem.

Assinam a Carta de Princípios 31 grupos de Gays, Lésbicas e Travestis brasileiros que participaram da fundação da ABGLT, em 1995: ADEH / Florianópolis-SC, AMHOR / Recife-PE, ASBRAGEL / Curitiba-PR, Atobá / Rio de Janeiro-RJ, Caras e Coroas / Rio de Janeiro-RJ, Cidadania Plena / Paranaguá -PR, Dialogay / Aracaju-SE, Etcetera e Tal / São Paulo-SP, GL-USP / São Paulo-SP, Grupo Arco-Íris / Rio de Janeiro-RJ, Grupo Canto Livre — Dignidade e Direitos Humanos / Fortaleza-CE, Grupo de Gays e Lésbicas do PSTU / São Paulo-SP, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, Grupo de Gays e Lésbicas do PT / São Paulo-SP, Grupo Dignidade / Curitiba-PR, Grupo Esperança / Curitiba-PR, Grupo Estruturação / Brasília-DF, Grupo Gay da Bahia / Salvador-BA, Grupo Gay do Amazonas / Manaus-AM, Grupo Habeas Corpus Potiguar / Natal-RN, Grupo Homossexual Unificado — ASTRAL / Rio de Janeiro-RJ, Grupo Lésbico da Bahia / Salvador-BA, Grupo Tibira / São Luis-MA, Grupo 28 de Junho / Nova Iguaçu-RJ, Movimento do Espírito Lilás / João Pessoa-PB, Movimento Homossexual de Belém / Belém-PA, Núcleo de Estudos da Homossexualidade — UFSE / Aracaju-SE, Organização Gay Norte do Paraná / Londrina-PR, Satyricon / Carpina-PE, Shallom / São Paulo-SP, TULIPA / Santo André-SP e Um Outro Olhar / São Paulo-SP.

258 História da ABGLT. Disponível Online: <a href="https://www.abglt.org/quem-somos">https://www.abglt.org/quem-somos</a>>. Acesso em outubro de 2018.

direito privado, sem fins lucrativos e sem tempo de duração determinado, a criação da ABGLT:

representou um marco importante na história do movimento LGBT brasileiro, pois possibilitou a criação de uma rede nacional de representação com capacidade e legitimidade para levar as reivindicações do segmento até o Governo Federal e a sociedade como um todo, o que até então havia sido impossível. Além disso, contribuiu para a organização das entidades de base país afora, capilarizando o movimento por todos os estados da federação<sup>259</sup>.

Sendo assim, a ABGLT foi criada para lutar pela promoção da livre orientação sexual, pela liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros, promovendo autoestima, a construção da cidadania de gays, lésbicas e travestis, assim como a luta contra a discriminação de pessoas por conta de sua orientação sexual e identidade de gênero<sup>260</sup>. Desse modo, a ABGLT pretendia:

- 1. o fomento à criação de novos grupos e fortalecimento dos já existentes, sobretudo aos de lésbicas e travestis, pois entendemos que estes são alvo de uma discriminação ainda mais contundente; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS.
- 2. promoção do intercâmbio e solidariedade entre todos os grupos e indivíduos que lutam pela livre orientação sexual;
- 3. conscientização dos homossexuais da sua importância enquanto seres humanos e de seu papel na sociedade em geral;
- 4. pressão pela criação de leis que se posicionem claramente contra a discriminação e garantam a plena igualdade de oportunidades;
- 5. ação visando à interferência na elaboração de políticas públicas de saúde e afins:
- 6. luta pela liberação de gays, lésbicas e travestis da discriminação legal, social, cultural e econômica<sup>261</sup>.

Como podemos constatar, a partir da sua Carta de Princípios, a ABGLT tinha como um de seus objetivos fundamentais fortalecer organizações LGBTs já existentes e estimular a criação de novos grupos, sobretudo os voltados para lésbicas e travestis. Esses dois segmentos

-

<sup>259</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>260</sup>Carta de Princípios da ABGLT. Documento extraído da Carta de Fundação da ABGLT, foram mantidos o texto do conteúdo original e os grupos que subscreveram. Disponível online: <a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da-1ddfda63c3484c9c8a418d9bfcca8ef9.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da-1ddfda63c3484c9c8a418d9bfcca8ef9.pdf</a>. Acesso em agosto de 2018.
<sup>261</sup>Idem.

do movimento LGBT passaram a destacar-se e a atuar de forma mais independente dos homossexuais masculinos, pois cada um possuía pautas de lutas e reivindicações específicas e particulares que não diziam necessariamente respeito às demandas do outro.

Como vimos com FACCHINI (2003), o movimento homossexual brasileiro passou a organizar-se em grupos, associações e entidades no final da década de 1970. A atuação dessas organizações era pautada, nesse primeiro momento, pela defesa dos direitos relacionados a liberdade sexual e de orientação sexual. Estas agendas estavam alinhadas ao cenário internacional, particularmente, aos Estados Unidos e Europa, onde os movimentos feministas, negros e homossexuais se revezaram nas reivindicações, cobrando do Estado uma maior participação política, econômica e social, exigindo sua integração, reconhecimento e respeito a sua cidadania<sup>262</sup>. Quase duas décadas depois, a criação da ABGLT, em 1995, significou um marco para a comunidade e para o movimento LGBT do país.

Dividido em três ondas, o movimento homossexual só tornou-se LGBT em sua terceira etapa. No primeiro momento, convergiu com a redemocratização política do Brasil; no segundo, com as epidemias de Aids. Com a tendência a desarticulação dos movimentos sociais após o final da Ditadura Civil-Militar no país, a experiência da Aids foi fundamental e determinante para que o então movimento homossexual não se dispersasse. A Aids, de forma alguma, desarticulou o ativismo pela homossexualidade, pelo contrário, a fundação dos grupos Atobá, Triângulo Rosa, Noss, Astral, Arco-íris exemplificam como o enfrentamento à epidemia do HIV/Aids tornou-se a *expertise* do movimento homossexual brasileiro<sup>263</sup>. Esses grupos, como tantos outros, articularam-se a partir dela e buscaram equilíbrio entre as pautas de defesa de direitos humanos e sociais e a prevenção e combate ao HIV/Aids.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>262</sup>CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil.** Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000. p.31.

<sup>&</sup>lt;sup>263</sup> História da ABGLT. Disponível Online: <a href="https://www.abglt.org/quem-somos">https://www.abglt.org/quem-somos</a>>. Acesso em outubro de 2018.

### Capítulo 3 – A pauta de combate à Aids como elemento articulador

Em 5 de julho de 1994, a Folha de São Paulo informou que a cidade do Rio de Janeiro sediaria, em junho do ano seguinte, isto é, em 1995, a 17ª edição da Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)*<sup>264</sup>. Naquele momento, este evento era a reunião política mais importante para o corpo social dos gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Nele eram discutidas as principais questões dessa comunidade à época e eram decididos os rumos tomados pelo ativismo.

A 16ª Conferência da ILGA, realizada em Nova York, EUA, em junho de 1994, contou com a participação de cerca de 400 delegados de 60 países, dentre os quais, o Brasil. Durante a cerimônia de encerramento dessa edição, foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como a próxima cidade-sede. Com isso, pela primeira vez, um país da América do Sul receberia o principal encontro mundial do ativismo LGBT. Isto, por si só, já era um marco. Mas, mais do que isto, a escolha do Brasil evidenciou como o ativismo LGBT brasileiro, que havia começado a organizar-se em fins da década de 1970, começava a destacar-se rapidamente no cenário internacional.

A organização da 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas<sup>265</sup> foi incumbida a sete grupos de gays, lésbicas e travestis que atuavam na cidade e no estado do Rio de Janeiro à época. Conhecidos pelo ativismo e atuação pró-direitos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis e pelo combate à Aids, Arco-Íris, Atobá, 28 de Junho, Caras e Coroas, Triângulo Rosa, Noss, Por Exemplo e Astral coordenaram conjuntamente o evento<sup>266</sup>. No dia do encerramento, em 25 de junho de 1995, foi realizado um ato na Avenida Atlântica entre o hotel Copacabana Palace e o Posto Seis, no bairro de Copacabana, como destacou o jornal *O Globo*:

Cerca de 500 gays e lésbicas participaram de uma passeata ontem na praia de Copacabana para mostrar a sua bandeira; um pavilhão de 124 metros de comprimento por nove de largura com as cores do arco-íris, um dos símbolos

<sup>&</sup>lt;sup>264</sup> De acordo com o site oficial da ILGA, ela é uma organização mundial sediada em Genebra, Suíça, e composta por mais de 1.200 organizações espalhadas por 132 países e que fazem campanha para direitos lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais.

<sup>265</sup> Nos periódicos o evento ora é denominado como congresso, ora como convenção, ora como conferência. Entretanto, o nome utilizado pela ILGA é Conferência.

<sup>&</sup>lt;sup>266</sup> Segundo APELLANIZ, PATERNOTTE e TONG, a Conferência também foi organizada pelo Coletivo das Feministas Lésbicas (São Paulo), o Coletivo de Comunidades do Rio de Janeiro e o Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER).

do movimento homossexual. Eles protestaram contra a discriminação sofrida por gays e lésbicas. (...) A Passeata, que marcou o encerramento da 17º Conferência Internacional de Gays e Lésbicas, reuniu homossexuais do Brasil e do Exterior. Com um carro de som emprestado pela CUT, gays e lésbicas percorreram a Avenida Atlântica no trecho entre o Hotel Copacabana Palace e o Posto Seis. As faixas, bolas coloridas e fantasias usadas por travestis atraíram a atenção de moradores e banhistas. Algumas pessoas até confundiram a manifestação com desfile de escola de samba<sup>267</sup>.

Em reportagem de 12 de novembro de 2015, o jornal *O Globo* anunciou que a Parada LGBT do Rio chegou aos 20 anos<sup>268</sup>. Na parte de notícias de sua página oficial na internet, o Grupo Arco-íris (GAI), em 07 de outubro de 2015, informou que apesar de todas as dificuldades que estavam enfrentando, iriam ocupar a Avenida Atlântica com a tão esperada Parada do Orgulho LGBT Rio 2015 em sua 20ª edição, no dia 15 de novembro de 2015<sup>269</sup>. Ao comemorar o dia do orgulho LGBT, em 28 de junho de 2017, o GAI fez uma retrospectiva da luta pelos direitos LGBTs e frisou que no Brasil, em 1995, aconteceu a primeira Parada do Orgulho LGBT, chamada à época de Marcha Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis, realizada em Copacabana<sup>270</sup>.

Como podemos observar a partir do título da reportagem de *O Globo* e da retrospectiva da história do movimento brasileiro pela homossexualidade feita pelo Grupo Arco-íris, a atualmente denominada Parada do Orgulho LGBT da cidade do Rio de Janeiro comemorou os seus 20 anos e, portanto, chegou a sua 20ª edição no ano de 2015. Desse modo, a sua primeira edição data do mesmo ano da 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas e é justamente a passeata/ marcha de encerramento deste evento que é pleiteada pela comunidade LGBT como o marco inicial das Paradas LGBTs na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

A *Folha de São Paulo* ressaltou, em julho de 1994, a dimensão projetada para a 17<sup>a</sup> Conferência Mundial da ILGA ao evidenciar que a expectativa era de que homossexuais do mundo inteiro iriam se encontrar no Rio de Janeiro, em junho de 1995, para discutir questões inerentes a todos que tinham alguma relação com essa comunidade<sup>271</sup>. Além disso, a

<sup>268</sup>O Globo 12/11/2015. Disponível online< O globo: https://oglobo.globo.com/sociedade/parada-do-orgulho-lgbt-do-rio-chega-aos-20-anos-18020868>. Acesso em outubro, 2017.

<sup>&</sup>lt;sup>267</sup>O Globo 26/05/1995 p. 12.

<sup>&</sup>lt;sup>269</sup>Grupo Arco Íris Notícias. Disponível online <<u>http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2015/10/COMUNICADO-DATA-DA-PARADAnovo.png</u>>. Acesso em setembro, 2017. <sup>270</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>271</sup>Folha de São Paulo Online 05/07/1994. Disponível online: <a href="http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/05/cotidiano/33.html">http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/05/cotidiano/33.html</a>>. Acesso em outubro, 2017.

reportagem destacou que, como havia sido acordado na última edição, os nortes do próximo encontro seriam as discussões sobre violência e discriminação contra gays, lésbicas e travestis; a luta por direitos civis e sociais igualitários, especialmente a pauta da união civil entre pessoas do mesmo sexo; e o combate à Aids<sup>272</sup>.

A escolha desses temas exemplifica como a agenda da Aids foi um elemento articulador que estava incluso e presente nos roteiros que compunham historicamente as reivindicações do movimento LGBT no Brasil e no mundo, tais como cidadania e direitos universais plenos. Como vimos no capítulo anterior, as ONGs, grupos e entidades LGBTs, ao priorizar o combate à Aids e aos seus estigmas, não abandonaram, de forma alguma, a defesa dos direitos humanos, direitos sociais, direitos civis e as discussões sobre sexualidade e liberação sexual. Esses elementos de defesa de direitos caracterizam a história da Aids uma vez que, para os acometidos pela doença que se mobilizaram em virtude da doença, combatê-la era um ato embasado e em defesa dos direitos humanos.

Dado esse quadro, analisaremos nesse capítulo em que medida o trabalho com a prevenção do HIV/Aids feito por ONGs, grupos e entidades LGBTs contribuiu para que essas instituições obtivessem financiamento público e privado para manter-se em funcionamento e organizando encontros, seminários, marchas e paradas pró-LGBTs. Além disso, investigaremos a pauta da cidadania, dos direitos universais plenos e de combate à Aids como elementos articuladores da 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas e da Marcha Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis, a primeira Parada do Orgulho LGBT realizada no Rio de Janeiro e no Brasil.

#### 3.1 - Visibilidade, prevenção e financiamentos

De acordo com TORO e WERNECK (1996), mobilização social ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados determinados e desejados por todos aqueles que se unem por determinada causa<sup>273</sup>. Além disso, mobilizar-se socialmente requer convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos e que, portanto, gerará o bem ao grupo<sup>274</sup>. Para ser útil e eficaz para uma sociedade ou um agrupamento ou um

<sup>&</sup>lt;sup>272</sup>Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>273</sup> TORO A, José Bernardo. WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 1996. p.5. <sup>274</sup> Idem.

coletivo, a mobilização social deve ser/estar orientada para a construção de um projeto de futuro, que requer uma dedicação contínua, <sup>275</sup> para todo o segmento que está mobilizado.

De acordo com GREEN (2014), o grupo Somos, de ativismo pela homossexualidade, fundado em São Paulo (SP) em 1978, o primeiro do segmento no Brasil, inaugurou: o processo de produção da identidade coletiva do "homossexual ativista" no país e a mobilização social do movimento homossexual nesse tipo específico de organização. Nesse momento inicial, que FACCHINI (2005 e 2011) chama de "primeira onda" do movimento homossexual brasileiro, o Somos era visto como um grupo constituído por uma "comunidade de iguais", isto é, pessoas que compartilhavam uma mesma "condição", a homossexualidade, e, em virtude disso, tinham necessidades políticas e sociais comuns<sup>276</sup>. Aplicando-se, dessa forma, no caso do Somos, a definição do conceito de mobilização social de TORO e WERNECK (1996):

> No Brasil, foi preciso esperar dez anos para que os primeiros movimentos pró-gay começassem a dar as caras, no início dos anos 1980: em São Paulo, com a fundação do histórico grupo Somos; no Rio, com o jornal Lampião; em Salvador com a criação do Grupo Gay da Bahia, o primeiro a conseguir registro em cartório. Eram grupos que passavam a dar mais visibilidade aos não-heterossexuais e lutavam pelo reconhecimento de seus plenos direitos. 277

Por efeito, como destaca GREEN (2014), qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada. Inicialmente, o Somos, que se tornou uma espécie de arquétipo dos grupos gays nesta fase, admitia exclusivamente, em suas atividades, homossexuais masculinos. Todavia, não demorou muito para que um pequeno grupo de lésbicas ingressasse nessa associação. Em 1979, seriam essas mulheres, como ressaltou FERNANDES (2014), que criariam a Facção Lésbico-Feminista (LF). O Somos tinha um protótipo de atuação típica dos grupos à época, os focos principais eram as "reuniões de identificação", com o compartilhamento das experiências pessoais e o estabelecimento de uma identidade coletiva que buscava dar face ao movimento<sup>278</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>276</sup>GREEN, James. "O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). Ditadura e Homossexualidades - Repressão, Resistência e a Busca da Verdade. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014. p185.

<sup>&</sup>lt;sup>277</sup> RIBEIRO, Deco. "Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT". COLLING, Leandro. (Org.) Stonewall 40 + o que no Brasil? Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2011.p.155. <sup>278</sup>Idem.

A "primeira onda" acompanhava o quadro internacional da formação de movimentos fortes de gays e lésbicas, não somente nos EUA e Europa (influenciados pela liberação sexual, a Contracultura Hippie, a geração Beatnik e a Revolução Cultural de 1968 na França), mas também em países da América do Sul, como na Argentina, especialmente na cidade de Buenos Aires<sup>279</sup>. Desse modo, o movimento homossexual brasileiro surgiu no final da década de 1970, sendo fortemente influenciado pela efervescência transacional do "Gay Power" dos Estados Unidos e pelas novas organizações na Europa Ocidental que eram registradas, apesar da censura do regime militar, nos jornais e revistas brasileiras<sup>280</sup>:

No final da década de 1960, depois do aparecimento do movimento *hippie* e da contracultura, depois dos eventos de maio de 68 em Paris, surgiu o Gay Liberation Front, nos EUA, advogando uma postura muito mais radical e questionadora da sociedade. Para caracterizar a ruptura que ele representou com os métodos tradicionais de militância; basta lembrar que o marco simbólico de seu aparecimento foi uma batalha de três noites, travada por homossexuais, incluindo muitos travestis e prostitutos, contra a polícia no gueto guei de Nova York em junho de 1969. A luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar uma fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem insólitas para a época<sup>281</sup>.

A todas estas contribuições internacionais, somava-se o embalo da mobilização dos movimentos sociais brasileiros para derrubar a Ditadura. Conforme MACRAE (1990) pontuou, a associação entre democracia sexual e democracia política, isto é, a democracia sexual como um caminho para a liberdade e para a democracia política estimulou a integração do então movimento homossexual com os demais movimentos sociais brasileiros, como o feminista, o negro e o dos trabalhadores. Para GREEN (2014), um exemplo disso, é a participação, ainda que tímida, de gays e lésbicas enquanto comunidade politicamente organizada nas manifestações de 1º de maio, dia do Trabalhador, de 1980. Na ebulição social da ânsia pelo final do Regime Militar, o movimento homossexual encontrou acolhimento e visibilidade.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>279</sup> Idem. p.185.

<sup>&</sup>lt;sup>280</sup>Idem, p.186.

<sup>&</sup>lt;sup>281</sup>MACRAE, Edward. "Os respeitáveis militantes e as bichas loucas". In: COLLING, Leandro (Org). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. P. 26.

FACCHINI e SIMÕES (2009) e GREEN (2014) discordam da hipótese de que entre a redemocratização política do Brasil, em 1985, e os primeiros anos da década de 1990, o movimento homossexual brasileiro tenha vivido uma experiência de declínio. De acordo com os autores, o que ocorreu foi o inverso. Verificou-se, nesse momento, a intensificação da atividade política do movimento LGBT e com isso formou-se uma nova geração de militantes e ativistas baseados em outros moldes de atuação, proporcionados pelo novo contexto social e político da reabertura política e pela eclosão da epidemia de Aids<sup>282</sup>:

A eclosão da Aids deu ensejo a um debate social sem precedentes acerca da sexualidade e da homossexualidade, em particular. Em que pese o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a epidemia mudou dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade ao deixar também, como legado, uma ampliação sem precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente disseminada dos desejos e das práticas homossexuais. Se a Aids propiciou uma expansão do poder médico, apoiado na ressonância da mídia, também jogou luz sobre práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade, que deixaram a clandestinidade para adentrar o debate público; que também contribuiu para reconsiderações por parte dos antigos ativistas<sup>283</sup>.

Segundo FACCHINI e SIMÕES (2009), uma das características desse novo momento do ativismo pela homossexualidade foi o deslocamento ensejado pela epidemia de Aids que inusitadamente aproximou os ativistas homossexuais e as autoridades médicas. Com isso, a pauta de combate à doença e as discussões intrínsecas a ela passaram a compor os eventos e encontros políticos LGBTs que anteriormente concentravam-se basicamente em debates relativos ao acesso a cidadania, direitos universais plenos e a retirada da homossexualidade da lista de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>284</sup>.

Como vimos no capítulo 1, por ser uma doença sexualmente transmissível, a Aids gerou todo um debate sobre a sexualidade humana em seu sentido mais amplo, o que abrangeu heterossexuais, bissexuais e homossexuais. O surgimento dessa nova enfermidade, as epidemias e a sua associação inicial com a homossexualidade masculina originaram uma série de respostas das ONGs/Aids, do Governo Federal e dos grupos LGBTs que se formavam nesse contexto. A partir dessa conjuntura, como destaca GOHN (2013), as ONGs

-

<sup>&</sup>lt;sup>282</sup> FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.117.

<sup>&</sup>lt;sup>283</sup> Idem, p. 133, 134 e 135.

<sup>&</sup>lt;sup>284</sup> Idem, p. 130.

cidadãs/militantes, junto com os movimentos sociais reivindicatórios dos anos 80, construíram um conjunto de práticas que se traduzem numa cultura de cidadania, algo novo num país de tradição centralizadora, autoritária, patrimonialista e clientelística<sup>285</sup>.

Tendo em vista isto, o enfrentamento à epidemia de Aids proporcionou grande visibilidade à homossexualidade e ao modelo moderno de classificação da sexualidade<sup>286</sup>, assim como foi um importante meio de mobilização social do movimento homossexual brasileiro, inserindo gays, lésbicas, bissexuais e travestis no que GOHN (2013) chamou de cultura de cidadania. A Aids, ao mesmo tempo em que colocou em xeque as discussões sobre liberação sexual, expôs e tornou mais evidentes para toda a sociedade as sexualidades consideradas divergentes:

Assim, a epidemia da Aids teve um tremendo efeito, não no desaparecimento, mas na transfiguração da homossexualidade e no aumento de sua visibilidade multifacetada e isso impactou a organização homossexual a partir de meados da década de 1980 e de 1990<sup>287</sup>.

Em 14 de junho de 1995, às vésperas da abertura da 17ª Conferência da ILGA no Rio de Janeiro, a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria na qual afirmava que a Aids não só colaborou, como foi indispensável para o surgimento da maioria dos grupos gays brasileiros. De acordo com a reportagem, lideranças, que estavam reunidas para a Conferência da ILGA, reconheceram que o advento da Aids acabou estimulando e sendo decisivo para a organização do movimento pela homossexualidade brasileiro entre o final da década de 80 e a primeira metade dos anos 1990.

Segundo o entrevistado Cláudio Nascimento Silva, ativista que atuou na organização do encontro da ILGA, a culpabilização e a estigmatização dos homossexuais masculinos em virtude da Aids foi fruto, como também VIANNA e NASCIMENTO (2013) destacaram, do próprio preconceito e estigmas que esses indivíduos já carregavam socialmente. Mas, para Cláudio Nascimento isso também evidenciou e deu visibilidade à pauta da homofobia, assim como, ajudou a integrar a comunidade dos homossexuais para que estratégias de atuação no combate à doença e ao preconceito fossem pensadas e postas em prática, despertando um novo espírito de luta e de mobilização social.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>285</sup>GOHN, Maria da Glória. "Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs". In: **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013. p. 245.

<sup>&</sup>lt;sup>286</sup> FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

<sup>&</sup>lt;sup>287</sup> Idem, p. 135

De acordo com Cláudio Nascimento, no início da epidemia de Aids e da metaforização da doença houve, de fato, um refluxo das atividades devido aos receios da exposição pública da homossexualidade, os homossexuais ficaram com medo de se expor. Mas, passado o impacto inicial, os grupos gays organizaram-se e foram para a rua<sup>288</sup>. No entanto, não foram somente os homossexuais masculinos que vivenciaram essa experiência. Na medida em que a epidemia de Aids atingiu outros grupos LGBTs, os casos de violência para com este segmento aumentavam, especialmente no caso das travestis, que juntamente com as pessoas trans, compõe historicamente a ponta mais visível e exposta da comunidade LGBT<sup>289</sup>.

Para Jovana Baby, a então presidente da Astral (Associação de Travestis e Liberados), se não fosse a Aids, o movimento das travestis não teria visibilidade, força e representação política no contexto dos anos 1990. De acordo com a ativista, nesse período, cerca de 800 das 3.400 travestis da cidade do Rio de Janeiro participavam da Astral, sendo que a maior parte delas só passou a se mobilizar tanto socialmente como politicamente por causa das campanhas de prevenção ao HIV/Aids.

Como destaca FACCHINI (2011), de fato, a organização política das travestis, que data do começo da década de 1990, teve como ponto de partida a influência das questões relacionadas ao impacto da Aids para esse grupo. Um exemplo disso, foi o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da Aids – ENTLAIDS, coordenado pelo grupo Astral, em 1993, no Rio de Janeiro<sup>290</sup>. Os trabalhos e ações de prevenção ao HIV/Aids destinados as travestis foram os grandes responsáveis pela mobilização social delas, assim como foram definitivos na inclusão desse segmento dentro do próprio movimento LGBT brasileiro.

Quando as primeiras ações da Astral foram realizadas, em meados de 1992, apenas 15% das travestis tinham consciência dos riscos de contaminação da Aids e de quais métodos preventivos utilizar para se proteger. Entretanto, em 1995, após 3 anos de atuação do grupo em parceria com ONGs/Aids e o Ministério da Saúde, 80% das travestis já exigiam o uso de camisinha nas relações sexuais<sup>291</sup>. Com isso, podemos concluir que mais do que conscientização sobre a doença, a campanhas de prevenção de HIV/Aids destinadas às travestis trouxeram consciência política que foi convertida em mobilização social.

<sup>289</sup>FACCHINI, Regina. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: **Psicologia e Diversidade Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP**. Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, p. 15.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>288</sup>Folha de São Paulo. Cotidiano. 14/06/1995.p.4

<sup>&</sup>lt;sup>290</sup>Antra (Associação Nacional de Travestis e transexuais) Brasil: História. Disponível online:<<u>https://antrabrasil.org/historia/</u>>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>291</sup> *Folha de São Paulo*. Cotidiano. 14/06/1995.p.4

De acordo com Jovana Baby, a luta contra a Aids acabou estimulando o surgimento de outras campanhas relacionadas à conquista de direitos civis. Além disso, a atuação destes grupos na prevenção ao HIV/Aids passou a facilitar e a ser um meio para a obtenção de patrocínios públicos e privados para o funcionamento destes e para a organização de encontros, convenções e seminários que discutiam pautas relativas a gays, lésbicas, bissexuais e travestis<sup>292</sup>. Desse modo, constituiu-se a estratégia que Jovana Baby definiu como "jogar com a prevenção para conseguir patrocínios e financiamentos"<sup>293</sup>.

#### 3.2 - A ILGA

A International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais - ILGA) foi fundada na cidade de Coventry, no centro da Inglaterra, Reino Unido, em meados de 1978, durante a Conferência anual da Campaign for Homosexual Equality (Campanha pela Igualdade Homossexual). Nessa convenção, composta apenas por homens e liderada por Rob Pistor (COC) e Peter Ashman (CHE), estavam reunidos representantes de organizações que lutavam pela causa homossexual na Austrália (Gay Liberation Sydney / Victorian Homosexual Law Reform Coalition), na Grã-Bretanha (CHE), na Dinamarca (LBL F-48), na França (CIDH), na Irlanda do Norte (NIGRA), na República da Irlanda (National Gay Federation), na Itália (FOURI!), nos Países Baixos (COC), na Escócia (SHRG) e nos Estados Unidos da América (NGTF)<sup>294</sup>.

Batizada à época de *International Gay Association* (Associação Gay Internacional) ou IGA, o nome inicial dado à organização não mencionava, além dos homossexuais masculinos, outros grupos de indivíduos com sexualidades consideradas minoritárias. No caso das lésbicas, como no dos demais, isto se deu pela ausência de representação de entidades e lideranças dessas identidades na Conferência de Coventry. Por isso, ficou acordado entre os representantes dos grupos reunidos na *Campaign for HomosexualEquality* não incluir a palavra "lésbica" no título da associação. Para eles, isso poderia ser alterado quando lideranças do movimento lésbico passassem a compor a organização. As primeiras entidades

<sup>&</sup>lt;sup>292</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>293</sup> Idem

<sup>&</sup>lt;sup>294</sup>APELLANIZ, Alex Cosials. PATERNOTTE, David. TONG, David. *The History of* ILGA (1978-2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018.

lésbicas ingressaram na IGA no ano seguinte, em 1979. Todavia, só em 1987, o órgão passou a se chamar *International Lesbian and Gay Association*<sup>295</sup>.

A ideia de estabelecer uma associação homossexual internacional não estava, a priori, nos planos das lideranças da Campanha pela Igualdade Homossexual. De acordo com *The History of ILGA* (1978- 2012), a reunião de Coventry tinha sido originalmente convocada para estabelecer e formar uma organização europeia, cuja atuação estaria circunscrita ao continente europeu e a um ou outro país fora desse eixo, mais especificamente, à Austrália e aos Estados Unidos da América, países que já tinham destaque e uma certa tradição dentro do movimento homossexual.

No entanto, isto mudou, segundo *The History of ILGA* (1978- 2012), quando delegados justamente das entidades gays da Austrália e dos EUA propuseram veementemente o estabelecimento de uma organização global, proposta esta que foi aceita pelos demais delegados. Os objetivos da então recém criada ILGA sustentavam-se basicamente em duas linhas prioritárias de atuação:

- 1) Maximizar a eficácia das organizações homossexuais, coordenando a ação política a nível internacional em prol dos direitos dos homossexuais e aplicar, em particular, pressão política aos governos e instituições internacionais.
- 2) Criar um centro de informação sobre questões gays para distribuí-las entre organizações homossexuais e identificar áreas em que homossexuais são oprimidos para exercer pressão política internacional nessas regiões<sup>296</sup>.

A partir disso, a associação estabeleceu-se simultaneamente na Irlanda e na Holanda; Dublin recebeu o centro de pesquisas e informações, Amsterdã o centro financeiro e de captação de recursos. Rapidamente instituída, a ILGA divulgou publicamente, por meio da imprensa, quais seriam, no cenário internacional, os primeiros casos nos quais atuaria e as primeiras medidas tomadas para promover a defesa dos direitos dos homossexuais:

<sup>&</sup>lt;sup>295</sup> De acordo com David Paternotte, Alex Cosials Apellaniz e David Tong em *The History of ILGA* (1978-2012), uma reunião de mulheres durante a 2ª Conferência Mundial da IGA, realizada em 1980, rejeitou a ideia de mudar o nome da organização de "Associação Internacional de Gays" para "Associação Internacional de Lésbicas e Gays". Segundo os autores, as ativistas argumentaram que isso sugeriria uma divisão artificial entre ser mulher e ser gay. Sendo assim, o comitê propôs a adição de um subtítulo ao nome existente - "Associação Internacional de Mulheres e Homens Gays" – esta proposta foi aceita pela Sessão Plenária.

<sup>&</sup>lt;sup>296</sup>APELLANIZ, Alex Cosials. PATERNOTTE, David. TONG, David. *The History of* ILGA (1978-2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018.

- 1) As propostas de criação de leis anti-homossexuais na Grécia e as leis anti-homossexuais já existentes na União Soviética.
- 2) Enviar submissões ao Conselho da Europa sobre a descriminalização da homossexualidade, e, com isso, alterar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem para que esta também inclua a proteção contra a discriminação em razão da orientação sexual.
- 3) Dar atenção particular aos casos trazidos a Convenção por Jeff Dudgeon da NIGRA contra o governo do Reino Unido e por David Norris contra a República da Irlanda.
- 4) Encorajar a Anistia Internacional a trabalhar pela libertação de pessoas presas sob leis anti-homossexuais<sup>297</sup>.

Assim, em 1978, a primeira associação homossexual internacional iniciou suas atividades. A ILGA colocou-se diante da comunidade internacional como uma instituição articulada cuja finalidade era defender direitos humanos; combater leis anti-homossexuais; pressionar a OMS para retirar a homossexualidade da sua lista de doenças; exigir a libertação de pessoas presas sob leis anti-homossexuais; e criminalizar a discriminação em razão da orientação sexual.

A princípio, como vimos, a ILGA era composta tão somente por organizações exclusivamente masculinas de países europeus, da Austrália e dos EUA. Entretanto, ao longo das décadas seguintes a instituição mudou esse quadro ao integrar grupos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais das mais diversas partes do mundo, dentre elas, o Brasil. Nessa perspectiva, uma importante ação se deu pelos esforços concretizados de reunir anualmente, para discutir pautas e traçar rumos da militância, todos os grupos que compunham a rede da ILGA, assim como os que desejavam nela ingressar. Dessa forma, a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais realizou em 1979, a sua primeira Conferência Mundial<sup>298</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>297</sup>APELLANIZ, Alex Cosials. PATERNOTTE, David. TONG, David. *The History of ILGA* (1978- 2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>298</sup> A Conferência foi realizada anualmente de 1979 até 1995, quando passou a ser bienal.

#### 3.3 - As Conferências Mundiais da ILGA

A 1ª Conferência Mundial da ILGA foi realizada entre os dias 13 e 16 de abril de 1979, em Bergen, Holanda. O evento contou com a participação de 65 delegados de 17 países. Assim, apenas um ano após a sua fundação, a ILGA, que no início era composta por grupos originários da Austrália, Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Irlanda do Norte, República da Irlanda, Itália, Países Baixos, Escócia e EUA, já havia conseguido incorporar mais sete países à sua rede de integrantes e colaboradores.

Essa primeira edição permitiu às lideranças da ILGA delinear um perfil dos indivíduos e grupos participantes. Com isso, a associação percebeu que havia sub-representação das mulheres e por isso a instituição decidiu adotar o princípio da paridade de gênero como um objetivo final a ser trabalhado<sup>299</sup>. Ademais, ficou evidente a ausência de organizações de países periféricos, justamente os que mais, via de regra, violavam os direitos dos indivíduos de sexualidades tidas como minoritárias. Constatado esse panorama, os membros da ILGA decidiram coletar informações sobre a posição como a homossexualidade era tratada nesses países e abrir diálogo com grupos de libertação já existentes nesses territórios<sup>300</sup>.

Segundo APELLANIZ, PATERNOTTE e TONG, nessa 1ª Conferência deliberou-se que as organizações membros estabeleceriam diretrizes de atuação e trabalhariam: pressionando os governos de seus países a conceder asilo político aos homossexuais e ativistas perseguidos; coletando informações sobre a situação dos transexuais e travestis, os de situação mais vulnerável entre os LGBTs; e promovendo campanhas para que a OMS retirasse a classificação da homossexualidade como uma doença<sup>301</sup>. Além disso, também ficou acordado que essas organizações buscariam apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Organização Internacional do Trabalho e fariam pressão, nas eleições, para que candidatos ao Parlamento Europeu apoiassem essas pautas.

A2ª Conferência Mundial da ILGA foi sediada em Santa Cristina d'Aro, em Barcelona, Espanha, entre 4 e 7 de abril de 1980. Em comparação com a primeira edição, foi notável e marcante o crescimento da participação feminina. Dos 170 participantes, 45 eram mulheres. Além disto, a organização do evento ficou sob a responsabilidade do *Grupen Lluita per l'Alliberament de la Lesbiana* (GLAL) e do *Frontais de Convento Gai da Catalunha* (FAGC),

\_

<sup>&</sup>lt;sup>299</sup>APELLANIZ, Alex Cosials. PATERNOTTE, David. TONG, David. *The History of ILGA* (1978- 2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>300</sup> Idem. <sup>301</sup> Idem.

ambos os grupos eram formados por mulheres. E assim, a Conferência Mundial da ILGA sucedeu-se anualmente até 1995.

Em 1981, Turim, comuna de *Torre Pellice*, Itália, sediou a 3ª Conferência Mundial da ILGA que foi organizada pela *FUORI!*. Em 1982, Washington, Estados Unidos, recebeu a 4ª edição do evento. Em 1983, coube à cidade de Viena, Áustria, acolher e ao grupo *Homosexuelle Initiative (HOSI) Wien* organizar a 5ª Conferência. Em 1984, 70 delegados de 18 países participaram da 6ª Conferência que foi organizada por *Seksuaalinen Tasavertaisuus* (SETA) e sediada em Helsinque, Finlândia. Como destaque dessa edição, temos os grupos da Europa Oriental (Rússia) e África (África do Sul) que passaram a integrar a ILGA e conjuntamente protestaram contra a recusa das autoridades finlandesas em apoiar o encontro<sup>302</sup>.

Em 1985, a 7ª Conferência Mundial da ILGA, em Toronto, Canadá, reuniu 500 delegados de 18 países. Nela foi elaborada a primeira resolução sobre HIV/Aids da associação<sup>303</sup>. Em 1986, *Isterød*, Dinamarca, recebeu a 8ª Conferência que foi organizada pela *Forbundet af 1948 / Landsforening for bøsser og lesbiske* (F-48 / LBL). Já em 1987, a anfitriã da 9ª edição foi a cidade de Colônia, Alemanha, e a Frente de Libertação Gay (GLF) foi a responsável pelo evento do qual participaram 100 organizações de mais de 30 países.

No ano de 1988, em Oslo, Noruega, a Conferência Mundial da ILGA chegou à 10<sup>a</sup> edição com o tema "Combate à discriminação", com a participação de mais de 100 delegados pertencentes a 45 organizações de 21 países<sup>304</sup>. O evento foi organizado por *Det Norske Forbundet* af 1948 (DnF-48) e *Arbeidsgrupper para homofilmagem em lesbiskf rigjøring* (AHF). A 11<sup>a</sup> Conferência Mundial da ILGA, em 1989, contou com 262 participantes de 33 países e foi novamente sediada em Viena, Áustria, e a organização foi feita pela *HOSI Wien*.

A cidade de Estocolmo, Suécia, recebeu, em 1990, a 12ª Conferência Internacional da ILGA. Organizado pelo RFSL, e o evento teve 287 participantes de 116 grupos diferentes que pertenciam a 36 países. Em 1991, a 1ª Conferência Regional Latino-Americana da ILGA foi realizada seguida pela 13ª Conferência Internacional. Originalmente marcadas para a cidade de Guadalajara, México, ambas tiveram que ser transferidas para Acapulco, também no México, após ameaças de violência e a recusa do governador de Guadalajara em garantir a segurança do evento e dos participantes<sup>305</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>302</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> Idem.

<sup>305</sup> Idem.

Em 1992, o grupo "Gais pour les Libertés" organizou a 14ª Conferência Mundial da ILGA que foi sediada em Paris, França. Contando com a participação de 254 delegados de todos os 5 continentes, pela primeira vez, Índia, Zimbábue, Malásia e Quênia tiveram representantes. A 15ª Conferência Mundial da ILGA aconteceu, em 1993, em Barcelona, Espanha, e ficou sob a responsabilidade da Coordinadora Gai-Lesbiana. Em 1994, foi a vez de Nova York (EUA), um dos berços do movimento homossexual, sediar uma Conferência da ILGA, a edição de número 16.

# 3.4 - A Pauta de direitos e do combate à Aids na 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da ILGA

## 3.4.1 - Um ano agitado para a comunidade LGBT brasileira

Em 1995, no inicio do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), um pequeno grupo de parlamentares propôs que o debate sobre direitos gays, compreendendo esta palavra como um termo guarda-chuva que englobava toda a comunidade LGBT à época, deveriam compor a pauta do Congresso daquele ano. O grupo não reunia gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais, mas sim deputados e senadores que assumiram em suas campanhas, nas eleições legislativas do ano anterior, o compromisso de apresentar projetos de lei e discussões relativas à cidadania de pessoas LGBTs<sup>306</sup>.

O jornalista Vinícius Torres Freire, nomeou o grupo como bloco do "politicamente correto" do Congresso. Além disso, ressaltou que os parlamentares pretendiam não só incluir em sua pauta de preocupações os direitos dos homossexuais, mas também propor medidas legais para enfrentar a discriminação sofrida por esses indivíduos. A "bancada", como definiu Freire, tinha dois "líderes" informais, a deputada federal Martha Suplicy (Partido dos Trabalhadores/SP) e o deputado federal Fernando Gabeira (Partido Verde/RJ). Além deles, o grupo era formado por mais cinco congressistas e um ou outro simpatizante do PSDB, PSB e PPS.

De acordo com Vinícius Torres Freire, entre os projetos que o bloco tentaria aprovar ainda em 1995, dois eram prioritários: o que visava a proibição constitucional explícita a discriminação de homossexuais; e o que asseguraria o direito à união civil para casais homoafetivos, isto é, uniões constituídas por pessoas do mesmo gênero. O Deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) também incluiu na pauta a discussão sobre os direitos de

-

<sup>&</sup>lt;sup>306</sup>Folha de São Paulo 12/02/1995.

transexuais e travestis, segmento do movimento LGBT que vivenciava uma experiência crescente de mobilização social desde o início dos anos 1990. No caso específico desses grupos, os debates concentravam-se no combate à discriminação oficial, que se dava quando o Estado não reconhecia, por exemplo, os nomes sociais desses indivíduos; e, também, na legalização e regulação das cirurgias de adequação do sexo biológico ao gênero com o qual a pessoa se identificasse<sup>307</sup>.

Em 1995, de fato, a deputada federal Martha Suplicy (PT-SP) apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1151/1995 que pretendia disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo gênero<sup>308</sup>. Mas, o projeto nunca chegou a ser votado. O reconhecimento da união homoafetiva, uma das propostas defendidas por esses congressistas, já havia sido colocada em pauta na ocasião do Congresso Constituinte de 1988, mas recebeu menos de um quarto de votos<sup>309</sup> e, por isso, não foi incorporado ao texto final da Constituição.

De acordo com a Folha de São Paulo, em 1995, 66% dos parlamentares e 74% dos populares eram contrários à legalização do casamento entre homossexuais<sup>310</sup>. Dentre os parlamentares, a principal resistência enfrentada para a provação era a da bancada evangélica no Congresso<sup>311</sup>. Fora do Parlamento, os bispos, reunidos na assembleia nacional da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), decidiram que tentariam influenciar o Congresso Nacional para que este não aprovasse leis favorecendo o casamento entre pessoas do mesmo gênero<sup>312</sup>.

Na matéria da Folha de São Paulo, Vinícius Torres Freire também ressaltou que a estreia da bancada congressista que defendia os direitos dos homossexuais coincidia com um ano agitado para a comunidade homossexual brasileira. A afirmação do jornalista baseava-se em dois acontecimentos que marcaram aquele ano como um dos mais importantes e significativos para o movimento LGBT brasileiro.

O primeiro, foi a fundação, em 31 de janeiro de 1995, na cidade de Curitiba, da primeira associação nacional pró-direitos da população LGBT, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (ABGLT)<sup>313</sup>, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que aconteceu simultaneamente ao I Encontro de Gays e

<sup>&</sup>lt;sup>307</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>308</sup> Projeto de Lei nº 1151/1995. Disponível online:

<sup>&</sup>lt;a href="http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329">http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329</a>>. Acesso em janeiro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>309</sup>Folha de São Paulo 12/02/1995.

<sup>&</sup>lt;sup>310</sup>Folha de São Paulo 18/04/1995.p 2.

<sup>&</sup>lt;sup>311</sup>Folha de São Paulo 17/04/1995. p.8

<sup>&</sup>lt;sup>312</sup>O Estado de São Paulo 21/05/1995 p.31.

<sup>&</sup>lt;sup>313</sup>Folha de São Paulo 12/02/1995.

Lésbicas que trabalham com Aids<sup>314</sup>. Estes dois foram os primeiros eventos LGBTs a serem realizados com recursos do Ministério da Saúde e que reservavam uma parte específica para a discussão de questões ligadas ao HIV-Aids<sup>315</sup>.

Desta forma, iniciou-se uma parceria entre o Movimento LGBT e o Governo Federal, especialmente, com a pasta do Ministério da Saúde. Como afirmou Jovana Baby, tratar sobre HIV/Aids e prevenção em congressos, encontros e afins, estabeleceu um elo, entre Governo e grupos, associações, ONGs e entidades LGBTs, que muitas vezes se converteu em financiamento e patrocínio. Essas organizações eram um meio das autoridades públicas alcançarem determinados segmentos sociais historicamente segregados.

Assim, como vimos, em meados dos anos 80, novos modelos de organizações e iniciativas que emergiram para combater a Aids estimularam uma nova linha de atuação do movimento LGBT no país possibilitando que ele não se dispersasse após a redemocratização política. Em 1995, o HIV/Aids continuava não só sendo um elemento articulador, mas uma pauta a ser discutida em reuniões e que se converteu como um caminho viável de diálogo com poder público.

O segundo marco, apontado por Vinícius Torres Freire, foi a realização entre 18 e 25 de junho de 1995, no Rio de Janeiro, da 17ª Conferência Anual da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da ILGA<sup>316</sup>. Cinco meses após criar uma associação nacional, a ABGLT, o movimento LGBT brasileiro recebeu no país a reunião mais importante para a comunidade LGBT internacional, na qual foram discutidas temas como DST/Aids<sup>317</sup>, preconceito, relacionamentos homossexuais, união civil. A troca de experiências entre grupos de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis de vários países deu a tônica ao encontro<sup>318</sup>.

# 3.4.2 – O movimento homossexual torna-se LGBT e os significados do Brasil como sede da 17ª Conferência

Como vimos, o Rio de Janeiro foi anunciado, em julho de 1994, como a cidade-sede da 17ª Conferência Anual da ILGA. A deputada federal Marta Suplicy, que afirmou que iria aproveitar as discussões do encontro para subsidiar seu projeto de lei a respeito do casamento

<sup>316</sup>Folha de São Paulo 12/02/1995.

<sup>&</sup>lt;sup>314</sup>FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 144.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>317</sup>O Dia. Dia D 13/06/1995. P. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>318</sup>O Globo 11/06/1995 p. 32.

entre pessoas do mesmo sexo, e o cantor Renato Russo foram escolhidos como presidentes de honra do evento<sup>319</sup>, que foi amplamente divulgado tanto na imprensa nacional quanto na internacional.

Assim, em 18 de junho de 1995, no Rio de Janeiro, foi aberta oficialmente a 17<sup>a</sup> Conferência Mundial da ILGA. Os trabalhos foram iniciados a partir das 9h 30m deste dia. Os organizadores nacionais, ou seja, os representantes dos grupos Arco-Íris, Atobá, 28 de Junho, Caras e Coroas, Triângulo Rosa, Noss, Por Exemplo e Astral, e a presidente da ILGA, a peruana Rebeca Sevilla, falaram aos jornalistas sobre as propostas da conferência que era considerada a mais importante reunião mundial de LGBTs<sup>320</sup>.

De acordo com o jornal *O Globo*, a sessão de abertura, realizada no Hotel Rio Palace, em Copacabana, mostrou que o movimento LGBT estava cada vez menos um fórum de problemas específicos dos gays ou das lésbicas em países desenvolvidos, como EUA, Austrália e os da Europa ocidental. Dessa maneira, os países considerados periféricos, como o Brasil, destacavam-se cada vez mais no cenário do ativismo mundial, chegando, inclusive, como era o caso, a sediar os principais encontros LGBTs.

Além disso, a matéria de *O Globo* também ressaltou que um novo grupo começou a fazer pressão contra o que chamou de preconceito e hegemonia dos gays e lésbicas dentro do movimento LGBT, tratava-se dos bissexuais, grupo que também queria evidência e voz para não ser uma minoria dentro de uma minoria<sup>321</sup>. Curiosamente, ativistas lésbicas e gays cobravam publicamente dos bissexuais mais envolvimento na causa, mais apoio nas ações e mais integração aos grupos organizados<sup>322</sup>.

Esse movimento de reafirmação e de busca de visibilidade dos bissexuais e também das travestis e dos transexuais dentro do próprio movimento LGBT foi uma tendência mundial na década de 1990. A *Folha de São Paulo* destacou que, na 17ª Conferência da ILGA, diferentes categorias compareceram ao evento<sup>323</sup>. Acompanhando uma disposição internacional, as entidades brasileiras estavam, aos poucos, abandonando a palavra genérica "homossexual" em troca de outras mais específicas<sup>324</sup> que expressavam toda a diversidade de identidades e sujeitos que anteriormente eram classificados como homossexuais.

Segundo a publicação, a palavra "gay", antes uma espécie de guarda-chuva que abrigava todos os segmentos homo e as pessoas de sexualidades consideradas minoritárias,

<sup>&</sup>lt;sup>319</sup>Jornal do Brasil 02/06/1995. p 3.

<sup>&</sup>lt;sup>320</sup>Folha de São Paulo – Cotidiano.19/06/1995 p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>321</sup>O Globo/Grande Rio 20/06/1995. p.10.

<sup>&</sup>lt;sup>322</sup>Folha de São Paulo/Cotidiano 23/06/1995 p.4.

<sup>&</sup>lt;sup>323</sup>Folha de São Paulo – Dinheiro. 18/06/1995. p.7.

<sup>324</sup> Idem.

assim como indivíduos andróginos e os que se descolavam dos padrões comuns de gênero, perdeu seu caráter genérico e, desta forma, passou a designar apenas os homossexuais masculinos<sup>325</sup>. Por causa dessas especificidades, algumas entidades tiveram que alterar seus nomes para incluir além de gays e lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais<sup>326</sup>.

É importante reconhecer e ser crítico a essa hegemonia concreta dos homossexuais masculinos dentro do que posteriormente tornou-se o movimento LGBT. Hegemonia esta que, por diversas vezes, gerou uma série de atritos dentro da própria comunidade. Na ocasião da Conferência da ILGA, sediada no Rio de Janeiro, as lésbicas estavam em menor número. Em 19 de junho, o segundo dia de trabalhos, as mulheres eram menos de 20% dos presentes na plateia do congresso.

Por isso, as representantes de entidades que reuniam homossexuais femininas uniramse aos bissexuais, travestis e transexuais, para afirmar que a participação minoritária dessas categorias no movimento refletia e de certo modo reproduzia a dominação masculina existente em uma sociedade machista e patriarcal<sup>327</sup>. Sendo assim, só seria possível falar em um movimento de fato LGBT quando todos os grupos estivessem representados igualmente. Atualmente, essa discussão, iniciada nos anos 1990, ainda se mostra pertinente.

Cabe relembrar que a própria fundação da ILGA, em 1978, foi realizada exclusivamente por homens que eram representantes de grupos e organizações de homossexuais masculinos da Austrália, Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Irlanda do Norte, República da Irlanda, Itália, Países Baixos, Escócia e EUA, países economicamente desenvolvidos e com excelente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Porém, não podemos esquecer os esforços da ILGA para integrar internacionalmente organizações de todas as partes do mundo. A Associação, em sua primeira conferência, em 1979, um ano após a fundação, alertou para a ausência de participação de organizações e delegados de países periféricos e estabeleceu como um objetivo central de atuação contatar para integrar à ILGA os grupos do movimento LGBT que já existissem nesses países, além de estimular a formação de novos.

Apesar dessas questões internas, o fato do Brasil sediar a mais importante reunião do ativismo LGBT mundial foi um marco na história do país. Apenas 15 anos após o início da "primeira onda" do então denominado movimento homossexual brasileiro, o país já se destacava no cenário latino-americano e mundial muito impulsionado pelo trabalho de

<sup>&</sup>lt;sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>327</sup>Folha de São Paulo - Cotidiano. 20/06/1995. p.1.

combate ao HIV/Aids. Andy Quan, cientista político e coordenador executivo da ILGA que colaborou para a fundação da ABGLT, afirmou que:

O Brasil podia se orgulhar de ter o movimento de homossexuais mais organizado da América Latina, mas também deveria se envergonhar de estar em posições de destaque na lista de países onde se registravam os maiores números de assassinatos de gays e travestis<sup>328</sup>.

Nesse sentido, a *Folha de São Paulo* apontou que, em um país como o Brasil, o fato de homossexuais das mais diversas tendências (leia-se, o que compreendemos hoje como LGBTs) se reunirem pública e extensivamente para debater seus problemas sem que houvesse uma dose de histeria coletiva e até de repressão por parte dos setores mais conservadores da sociedade já era um grande avanço<sup>329</sup>. Todavia, o Hotel Rio Palace, uma das sedes do evento, foi acusado de instruir seus funcionários a pedirem discrição aos delegados da conferência, reprimindo, dessa forma, troca de beijos e afetos públicos<sup>330</sup>.

Apesar disso, hotéis e o comércio comemoraram o fato do evento ter sido muito proveitoso para a economia da cidade. De acordo com Luiz Caversan, mesmo que o encontro internacional de gays e lésbicas, que aconteceu no Rio de Janeiro, não conseguisse chamar a atenção para as questões relativas à cidadania e aos direitos civis – o objetivo maior– pelo menos tinha demonstrado uma realidade para muitos setores conservadores: gay é um bom negócio<sup>331</sup>.

### 3.4.3 – Esporte e cultura: outra face da 17ª Conferência da ILGA

Simultaneamente à 17<sup>a</sup> Conferência da ILGA, o Rio de Janeiro sediou a Olimpíada Gay. A competição internacional, associada à própria ILGA, era destinada a esportistas homossexuais masculinos e femininos, bissexuais, transexuais, travestis e simpatizantes. Os Gay Games ou *Gaymes*, como eram popularmente conhecidos, eram compostas por diversas modalidades esportivas e foram bastante divulgados: dez mil panfletos e três mil cartazes

<sup>329</sup>Folha de São Paulo- Opinião 14/06/1995. p.2.

<sup>&</sup>lt;sup>328</sup>O Globo – Pessoas/Rio.14/06/1995. p.12.

<sup>&</sup>lt;sup>330</sup>Folha de São Paulo- Cotidiano 20/06/1995. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>331</sup>Folha de São Paulo/Opinião p. 2. 20/06/1995.

foram distribuídos e seis *outdoors*, espalhados pela cidade, comunicavam à população sobre os jogos.

Contando com o apoio moral do presidente da Federação de Esportes de Praia do Rio de Janeiro, Francisco Carneiro<sup>332</sup>, a edição de 1995 da Olimpíada Gay atraiu público e diversos participantes na praia de Copacabana. A maior atração dos jogos foi a 1ª Maratona Gay da Cidade do Rio de Janeiro, uma prova de 4 km, pela Avenida Atlântica, na orla de Copacabana, disputada no sábado, 24 de junho, penúltimo dia da Conferência Internacional<sup>333</sup>.

Como destacou a edição semanal da Revista *Isto É*, as competições do Gaymes davam um tom descontraído a Conferência da ILGA<sup>334</sup>. Além disso, com a valorização da importância da integração e de trocas culturais e esportivas entre os próprios LGBTs e também com os simpatizantes, mostrava-se outra face do ativismo para além das discussões políticas. Foi isto que Flávio Alves, coordenador dos *Gaymes* e presidente do grupo Caras e Coroas, ressaltou. Para ele, o principal objetivo dos jogos era falar sobre a homossexualidade reiterando que não era vergonha alguma ser homossexual e que a sociedade precisava aprender a lidar definitivamente com isso.

Era necessário afirmar veementemente isto, sem culpas, ainda mais em um país, como o Brasil, que foi escolhido para sediar estes eventos e por também ser um país no qual os homossexuais sofriam discriminação e diversas formas de violência<sup>335</sup>. Além dos Gaymes, vários eventos culturais foram realizados na semana de 18 a 25 de junho de 1995. Entre eles, destacamos um festival de cinema, shows<sup>336</sup> e a exposição Correspondências, de temática gay, recebida pelo Paço Imperial<sup>337</sup>. Assim, como definiu Danuza, em sua coluna social, junho de 1995 foi um mês totalmente gay na cidade do Rio de Janeiro.

# 3.4.4 – As pautas em debate

Como vimos, a 17ª Conferência da ILGA contou com a participação de cerca de 1.200 pessoas de diversos países, esse número corresponde aos palestrantes, ativistas e expectadores. Além disso, ao todo, 70 voluntários, entre gays, lésbicas, bissexuais,

<sup>&</sup>lt;sup>332</sup>*Jornal do Brasil* 11/06/1995 p.3.

<sup>&</sup>lt;sup>333</sup>O Estado de São Paulo 26/02/1995 p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>334</sup> Revista *Isto É* 

<sup>&</sup>lt;sup>335</sup>Jornal do Brasil 09/06/1995 p. 22.

<sup>&</sup>lt;sup>336</sup>Jornal do Brasil. 09/06/1995 p. 22.

<sup>&</sup>lt;sup>337</sup>Jornal do Brasil. 03/06/1995. P 3.

transexuais, travestis e simpatizantes da causa, trabalharam nos diversos setores e atividades do evento<sup>338</sup>. Tanto a logística quanto o custeamento da convenção eram da competência das organizações responsáveis por sediá-lo. Sendo assim, coube aos grupos Arco-Íris, Atobá, 28 de Junho, Caras e Coroas, Triângulo Rosa, Noss, Por Exemplo e Astral, juntamente com a recém criada ABGLT, captar os recursos necessários.

De acordo com FACCHINI e SIMÕES (2009), a lista de recursos obtidos para financiar o encontro ilustrava bem a dimensão das conexões estabelecidas pelo movimento LGBT brasileiro na década de 1990. Segundo os autores, o Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST e Aids, e a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, através da Divisão de Controle de DST e Aids, custearam parte considerável das despesas.

Além desses dois parceiros do setor público, tanto da esfera estadual quanto da federal, os organizadores da 17ª Convenção contaram com o apoio financeiro dos sindicatos dos Bancários e Previdenciários do Rio de Janeiro, dos trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ<sup>339</sup>. Somavam-se a estes, as ONGs/Aids ABIA e o Grupo Pela Vidda; o Grupo Gay da Bahia; e o Grupo Dignidade de Curitiba<sup>340</sup>.

O apoio do Programa Nacional de DST e Aids (Ministério da Saúde), da Divisão de Controle de DST e Aids (Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro), da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids e do Grupo pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids evidenciou a parceria entre o movimento LGBT brasileiro e os órgãos, instituições e ONGs que trabalhavam efetivamente com a pauta do HIV/Aids. Como foi analisado no capítulo anterior, o próprio movimento LGBT desse contexto, isto é, entre meados da década de 80 e 90, encontrou uma nova bandeira de unificação, de luta e identidade ao trabalhar com políticas de combate ao HIV/Aids.

Mas, o apoio dessas instituições a 17ª Conferência Internacional da ILGA não se deu apenas pelas relações e parcerias que elas mantinham anteriormente com o movimento LGBT brasileiro. A Aids foi, como ainda é, uma importante pauta de discussão para o ativismo LGBT mundial e por isso teve grande destaque nas discussões da Conferência da ILGA. Desse modo, quando o poder público e as ONGs/Aids deram suporte a esse tipo de evento, que tinha a agenda da Aids como um debate específico, estabelecia-se uma relação particular com a comunidade LGBT.

<sup>&</sup>lt;sup>338</sup>O Dia. Dia D. 13/06/1995. p. 1.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.44-45.
 Idem.

Assim, organizações, ONGs, grupos e entidades de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis encontraram no combate à Aids, que era de fato uma urgência para esses segmentos, um elemento articulador de unificação interna, mas também uma possibilidade de diálogo com setores externos, incluindo o poder público. Além disso, esse movimento proporcionava uma ponte entre políticas públicas e populações socialmente segregadas, como, por exemplo, os transexuais e as travestis. A própria Astral nasceu com a missão de levar conscientização sobre HIV/Aids para as travestis, grupo que dificilmente seria atingido pelas campanhas do Estado.

Antes mesmo da abertura da Conferência, muitos jornais já anunciavam que discutir temas como Aids era uma das prioridades dos ativistas que se reuniriam no Rio de Janeiro em junho de 1995<sup>341</sup>. Isto se confirmou efetivamente quando foi divulgada a programação oficial do evento. A temática da Aids estava presente em diversas mesas de discussões. Ao total, foram cinco: "Sexo mais seguro" por Paulo Longo; "Prevenção e tratamento de DST/Aids" por Regina Guedes e Fátima Rocha; "Cotidiano de gays e lésbicas que trabalham com Aids" por ABIA, Atobá e Pela Vidda; "Sexualidade e DST/Aids" por Jane Portela e Nilo Fernandes; e "Autoestima e prevenção de DST/Aids" por Luiz Promac e Simone Perez<sup>342</sup>.

Porém, a programação não se restringiu exclusivamente ao debate acerca de DST/Aids. Isto difere e confronta as críticas que diziam que entre 1985 e meados da década de 1990, o movimento LGBT preocupava-se apenas com o combate ao HIV/Aids, deixando de lado as pautas que historicamente compunham sua agenda de reivindicações. Podemos constatar isso a partir das demais discussões realizadas da Conferência, que abordaram:

sexualidade e gênero; trabalhadoras do sexo, androginia; homofobia internalizada; visibilidade lésbica; educação; diversidade na bissexualidade, homossexualidade e legislação; assumir-se; leis contra discriminação; violência contra travestis; visibilidade e identidade; homossexualidade e religião; bissexualidade e o 3 º mundo; assumir-se e enrustir-se; políticas junto a ONU; Aids e drogas; sexualidade e saúde lésbica; carnaval, negritude e lesbianismo; homofobia e Direitos Humanos; abordagem psicoterapêutica; história oral e homossexualidade; união civil entre homossexuais; discriminação e aceitação; ativismo organizado; e mídia gay<sup>343</sup>.

<sup>341</sup>O Globo 11/06/1995 p. 32.

<sup>&</sup>lt;sup>342</sup>Folha de São Paulo – Cotidiano 19/06/1995. p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>343</sup>Folha de São Paulo – Cotidiano. 19/06/1995. p. 1

O tema da 17ª Conferência da ILGA foi "Cidadania completa para lésbicas e gays!"<sup>344</sup>. Embora o título só fizesse menção a lésbicas e gays, a agenda de debate incluía questões voltadas para bissexuais, transexuais e travestis. Diversidade de identidades; diversidade de temas. Assim, o movimento aos poucos deixava de ser só homossexual e começava a configurar-se como LGBT. Em meio a isto, equilibrava, em sua reunião anual e mais importante na busca por uma cidadania plena, a defesa de direitos humanos, sociais, saúde e a prevenção e combate ao HIV/Aids, pois reconhecia que elas eram lutas indissociáveis e não excludentes.

#### 3.4.5 – Marcha pela Cidania de Gays e Lésbicas

O dia 25 de junho de 1995 foi o último da 17ª Conferência Internacional da ILGA, sediada na cidade do Rio de Janeiro. As reuniões e a parte de discussões encerraram-se um pouco antes, na sexta-feira, dia 23, após cinco dias de trabalho. O final de semana foi destinado a dois eventos. O primeiro foi a realização, no sábado, da 1ª Maratona Gay da Cidade do Rio, que marcou o encerramento dos *Gaymes*. O segundo foi a Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas, que finalizou oficialmente, no domingo, a Conferência.

A Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas era uma manifestação de praxe que marcava o encerramento da Conferência Anual. Entretanto, na edição do Rio de Janeiro, ela ganhou outros contornos, formas e dimensões. Como definiu SILVA (2006), a ILGA, ao lograr o congresso no Brasil, contribuiu para o surgimento da Primeira Parada LGBT no país, em 1995, celebrada pela ocasião do encerramento do Encontro<sup>345</sup>. Assim, a Marcha de encerramento da Conferência converteu-se em marco inaugural das Paradas LGBTs no Brasil. Sendo, portanto, a do Rio de Janeiro a mais antiga, seguida pela de São Paulo, cuja primeira edição data de 1997.

Protestos públicos organizados por homossexuais e lésbicas já aconteciam em diversas partes do Brasil nas décadas anteriores<sup>346</sup>. Por isso, de acordo com GREEN (2000), as Paradas não foram as primeiras formas de manifestação, marcha e passeata da comunidade LGBT brasileira. Todavia, as Paradas, que já foram somente do Orgulho Gay, mas que com o passar

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>344</sup>APELLANIZ, Alex Cosials. PATERNOTTE, David. TONG, David. *The History of* ILGA (1978-2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>345</sup> SILVA, Alessandro Soares da. *Marchando pelo arco-íris da política*: a parada orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 68-69, 2006. p. 174.

<sup>&</sup>lt;sup>346</sup> GREEN, James N. *Mais amor e mais tesão*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

dos anos, especialmente após a década de 2000, passaram a ser, ao menos no nome, do Orgulho LGBT, diferiam-se de todas as outras experiências de marchas coletivas vivenciadas por esse segmento.

O próprio termo "Parada" chama atenção. Uma das definições do verbete dessa palavra é desfile, que pode ser militar ou festivo. As Paradas Gays, como eram denominadas à época, já eram realizadas anualmente nos EUA e em alguns países da Europa ocidental desde meados de 1970. Mas, em que diferem as Paradas empreendidas no Brasil desde 1995 das marchas, passeatas e outras manifestações desse gênero realizadas pelo então movimento homossexual brasileiro anteriormente?

De acordo com o Manual LGBTI+, a Parada LGBT é uma comemoração de toda a comunidade, na qual é celebrada e valorizada a diversidade. Daí vem a palavra Orgulho, inserida no título, orgulhar-se de ser LGBT. As marchas, passeatas e outras manifestações realizadas no país anteriormente eram ou pontuais ou por uma causa específica ou resposta a alguma ação, como foi, por exemplo, as ações, desse tipo, do movimento homossexual na cidade de São Paulo, nos anos 80, em resposta à violência policial contra gays e lésbicas em alguns bares.

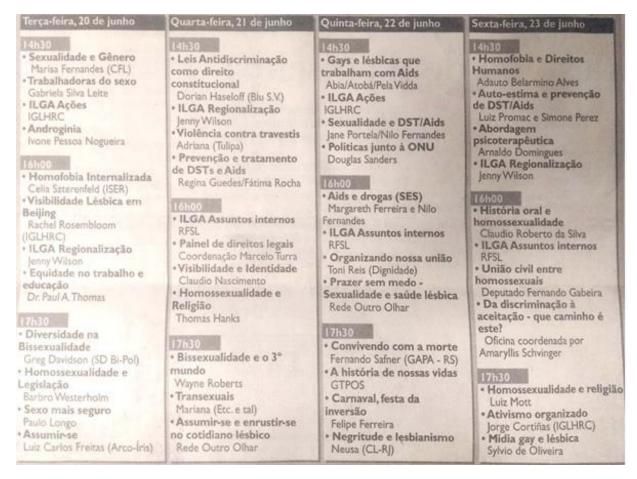
As paradas, por sua vez, além de serem uma comemoração para toda a comunidade LGBT, são programadas anualmente com ações e propósitos delimitados. Como destacou MOTT (2004), no Brasil, a partir da Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas, as Paradas têm como objetivos dar visibilidade massiva; reforçar a autoestima; funcionar como um ritual de iniciação política; mostrar a diversidade sexual; selar a solidariedade; arregimentar novos militantes; denunciar a homofobia; e transmitir informações e reforçar junto aos seus participantes a necessidade da prevenção da Aids e DST<sup>347</sup>.

Tendo em vista esses objetivos, constatamos que, para o movimento LGBT, a associação da agenda da Aids com as demais pautas de direitos humanos e diversidade também estão presentes nas Paradas do Orgulho LGBT. Estas, por sua vez, nasceram, no Brasil, no encerramento da 17ª Conferência Internacional da ILGA<sup>348</sup> e partilham com muitas ONGs, entidades e grupos LGBTs do país a origem e a fundação como um desdobramento da articulação entre o combate ao HIV/Aids e a reivindicação de direitos universais e civis plenos, liberdade sexual, diversidade e acesso a uma cidadania efetiva.

<sup>348</sup>APELLANIZ, Alex Cosials. PATERNOTTE, David. TONG, David. *The History of ILGA* (1978-2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018.

<sup>&</sup>lt;sup>347</sup> MOTT, Luiz "ABC das Paradas Gays: Cartilha com informações úteisde como potencializar as Paradas GLTBS", 2004. Disponível online:<<a href="http://www.abglt.org.br/port/paradasabc.php.">http://www.abglt.org.br/port/paradasabc.php.</a>>Acesso em 17 de outubro de 2014.

I - Programação dos eventos da 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *InternationalLesbian*, *Gay*, *Bisexual*, *TransandIntersexAssociation* (*ILGA*), em 1995.



Folha de São Paulo - Cotidiano 19/06/1995. p. 1/ Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.

II- Imagens da Marcha pela Cidadania de Gays e Lésbicas realizada no encerramento da 17ª Conferência Mundial, Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1995.



O Globo 26/06/1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.



O Globo 26/06/1996. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.



Folha de São Paulo 26/06/1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.

#### Conclusão

Com a pesquisa realizada para a produção dessa dissertação de mestrado, concluímos que a experiência da Aids foi um elemento articulador para a organização dos Movimentos Civis LGBTs da cidade do Rio de Janeiro, entre 1986 e 1995. O enfrentamento à epidemia do HIV/Aids e a organização de campanhas preventivas, como destacou CONTRERA (2000), tornou-se a *expertise*, no Brasil, do movimento LGBT. Dessa forma, tornou-se responsável pela fundação de diversos grupos, ONGs e entidades, tais como o Atobá, Triângulo Rosa, Noss, Astral e Arco-íris, que buscaram equilíbrio entre as pautas de defesa da cidadania plena, direitos humanos, direitos sociais e a prevenção e combate ao HIV/Aids.

A comunidade homossexual foi fortemente impactada quando surgiram os primeiros casos de Aids. Por isso, a doença foi compreendida inicialmente como um mal que atingia apenas homossexuais masculinos. Contudo, conforme a epidemia de HIV/Aids expandiu-se, tornou-se evidente que a enfermidade não era de uma única ou determinada sexualidade. Na verdade, era o comportamento dos indivíduos que ditava o grau de exposição ao risco. Apesar disso, a Aids continuou estigmatizando os homossexuais masculinos e, consequentemente, parte da comunidade LGBT.

Isso representou um novo desafio para o movimento LGBT no contexto pós redemocratização política do Brasil, quando alguns movimentos sociais começaram a se desarticular com a queda do inimigo comum, isto é, o regime autoritário. Assim, os ativistas voltaram-se para a construção da resposta coletiva ao vírus e à doença. Dessa forma, durante a "segunda onda" e os primeiros anos da "terceira onda", o combate ao HIV/Aids e aos seus estigmas deram um novo fôlego para o movimento LGBT brasileiro que precisou encontrar novas formas de organização e de atuação.

Nesse cenário e sob essas circunstâncias, outro protótipo de organização passou a vigorar. Esse novo modelo, que permitiu a gestação do Atobá, Noss, Astral e Arco-íris, foi inspirado na atuação dos grupos Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB), que eram associações baseadas nos direitos humanos. Frente ao desafio da Aids, mas sem abandonar as pautas de reivindicações tradicionais, o movimento LGBT brasileiro passou a concentrar esforços principalmente no combate ao HIV/Aids, mas sem abandonar a luta pela garantia de direitos e o combate à discriminação e a violência

Além disso, nesse momento, uma tendência desse momento foi a valorização e o estímulo do estabelecimento de relações mais estreitas com o movimento LGBT

internacional, inserindo, dessa forma, o Brasil no cenário do ativismo mundial. Isto ocorreu, em grande parte, porque, muito impulsionado pela proliferação de organizações, em 1995, foi criada, reunindo ao todo 31 grupos, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, a ABGLT.

Essa aproximação de relações com o movimento LGBT internacional trouxe, também em 1995, ao Rio de Janeiro, a 17ª Conferência Internacional da Associação Internacional de Gays e Lésbicas da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (*ILGA*), o maior encontro político desse segmento cujo tema foi a cidadania de LGBTs. Com uma pauta clara de associação entre a temática da Aids e discussões sobre gênero, sexualidade, direitos humanos, casamento homoafetivo, combate à violência, entre outros. A 17ª Conferência Internacional da ILGA evidenciou que o combate ao HIV/Aids e a preocupação com a doença e seus estigmas eram uma tendência internacional do movimento LGBT.

Para o Brasil, sediar a Conferência da ILGA significou o reconhecimento do ativismo LGBT do país, que foi, como vimos, muito impulsionado pelo trabalho de combate ao HIV/Aids. Assim, com a ampla divulgação pela cidade do Rio de Janeiro e em jornais, as reuniões e discussões da comunidade LGBT ficaram mais extensivamente públicas. Além disso, é no encerramento do encontro, com a Marcha Pela Cidadania de Gays e Lésbicas, finalizando oficialmente o evento, que o país inaugurou a sua maior e mais popular forma de manifestação pública: as Paradas do Orgulho LGBT.

Deste modo, concluímos que a associação da agenda da Aids com a reivindicação de direitos universais e civis plenos, liberdade sexual, diversidade e acesso a uma cidadania efetiva foram pautas indissociáveis para o movimento LGBT brasileiro durante a "segunda onda" e o início da "terceira onda". Mais do que visibilidade, a experiência da Aids exigiu respostas coletivas dos ativistas o que culminou em novas formas de organização e de atuação. Assim, a Aids, convertida nos moldes de desafio, articulou o movimento LGBT, quando, no Brasil, a tendência era a desarticulação dos movimentos sociais após o final da Ditadura Militar.

### Referências Bibliográficas

#### **Fontes:**

- About/Act Up New York. Disponível online: <a href="https://actupny.com/contact/">https://actupny.com/contact/>. Acesso em agosto de 2018.
- -Antra (Associação Nacional de Travestis e transexuais) Brasil: História. Disponível online: <a href="https://antrabrasil.org/historia/">https://antrabrasil.org/historia/</a>. Acesso em novembro de 2018.
- Código Criminal do Império do Brasil: O documento completo está disponível online: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm</a>. Acesso em junho de 2018.
- Carta de Princípios da ABGLT. Documento extraído da Carta de Fundação da ABGLT, foram mantidos o texto do conteúdo original e os grupos que subscreveram. Disponível online: <a href="https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da\_1ddfda63c3484c9c8a418d9bfcca8ef9.pdf">https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da\_1ddfda63c3484c9c8a418d9bfcca8ef9.pdf</a>. Acesso em agosto de 2018.
- Carta de Apresentação do Grupo Arco-Íris, reedição de 2016.
- *Gay Men's Health Crisis (GMHC)*. GMHC/HIV/AIDS Timeline. Disponível online : <a href="http://www.gmhc.org/about-us/gmhchivaids-timeline">http://www.gmhc.org/about-us/gmhchivaids-timeline</a>. Acesso em setembro de 2018.
- História da ABGLT. Disponível Online: < <a href="https://www.abglt.org/quem-somos">https://www.abglt.org/quem-somos</a>>. Acesso em outubro de 2018.
- Grupo Gay da Bahia. Disponível online: <a href="https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/">https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/</a>. Acesso em novembro de 2018.
- Projeto de Lei nº 1151/1995. Disponível online:
   <a href="http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329">http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329</a>>.
   Acesso em janeiro de 2018.
- -The AIDS Support Organization (TASO). Disponível online: <a href="http://www.tasouganda.org/index.php/about-taso">http://www.tasouganda.org/index.php/about-taso</a>. Acesso em outubro de 2018.

- The History of ILGA (1978- 2012). Disponível online: <a href="https://ilga.org/ilga-history">https://ilga.org/ilga-history</a>. Acesso em novembro de 2018. A research by David Paternotte (Fonds national de la Recherches cientifique/Universitélibre de Bruxelles, Belgium), Alex Cosials Apellaniz (Universitat de Barcelona, Spain) and David Tong (Alliàge, Belgium) for the period between 1978 and 2007.
- Manual LGBTI+ de comunicação. Disponível online: <a href="http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf">http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf</a>>. Acesso em dezembro de 2018.
- MOTT. Luiz "ABC das Paradas Gays: Cartilha informações com úteis de como potencializar as **Paradas** GLTBS", 2004. Disponível online:<a href="http://www.abglt.org.br/port/paradasabc.php">http://www.abglt.org.br/port/paradasabc.php</a>.>Acesso em 17 de outubro de 2014.
- Folha de São Paulo Online 05/07/1994. Disponível online
- < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/05/cotidiano/33.html>. Acesso em outubro, 2017.
- O Globo 26/05/1995 p. 12.
- O Globo 12/11/2015. Disponível online < O globo: <a href="https://oglobo.globo.com/sociedade/parada-do-orgulho-lgbt-do-rio-chega-aos-20-anos-18020868">https://oglobo.globo.com/sociedade/parada-do-orgulho-lgbt-do-rio-chega-aos-20-anos-18020868</a>>. Acesso em outubro, 2017.
- Grupo Arco Íris Notícias. Disponível online < <a href="http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2015/10/COMUNICADO-DATA-DA-PARADAnovo.png">http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2015/10/COMUNICADO-DATA-DA-PARADAnovo.png</a>>. Acesso em setembro, 2017.

#### Periódicos

- *Folha de São Paulo*, edições do ano de 1991 a 1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- Jornal *O Dia*, edições do ano de 1991 a 1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- *O Estado de São Paulo*, edições dos anos de 1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- *Tribuna da Imprensa*, edições dos anos de 1991 a 1992. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- *Diário Popular*, edições dos anos de 1991 a 1992. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.

- Diário da Indústria e do Comércio, edições dos anos de 1991 a 1992. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- Jornal da Tarde, edições dos anos de 1991 a 1992. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- Folha da Tarde, edições dos anos de 1991 a 1992. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- O Fluminense, edições do ano de 1993. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- O Globo, edições do ano de 1991 a 1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- Jornal do Commércio, edições do ano de 1991 a 1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.
- *Jornal do Brasil*, edições do ano de 1991 a 1995. Acervo da ABIA (ICICT/Fiocruz), Rio de Janeiro.

# Periódicos sobre a 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas e na Marcha Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Travestis.

- Folha de São Paulo:
- "Direitos Gays devem compor pauta do Congresso esse ano". 12/02/1995.
- "Rio sedia evento gay internacional". 12/02/1995.
- "Homossexuais: Carta pode proibir a discriminação". 07/04/1995.
- "Três polêmicas". 18/04/1995.
- "Deputada apresenta projeto pró-gays". 08/06/1995.
- "Congressos reúnem gays no Rio". 13/06/1995.
- "G, L & S". 13/06/1995.
- "Aids ajudou no surgimento de grupos gays". 14/06/1995
- "A conferência gay". 14/06/1995
- "Gays e lésbicas debatem cidadania no Rio". 18/06/1995.
- "Diferentes categorias comparecem ao evento". 18/06/1995.
- "Reunião mundial traz 1.200 ativistas". 19/06/1995.
- "Negócios à parte". 20/06/1995.
- "Lésbicas e gays cobram maior apoio de bissexuais".
- "Hotel reprime os beijos entre gays". 20/06/1995.
- "Massa gay não está preocupada com a causa". 26/06/1995.

- Jornal do Brasil:
- "Tomara". 04/06/1995.
- "Agenda rosa-choque". 02/06/1995.
- "Agenda rosa-choque". 03/06/1995.
- "Agenda rosa-choque". 08/06/1995.
- "Gaymes vão agitar Copacabana". 09/06/1995.
- "Agenda rosa-choque". 11/06/1995.
- O Dia:
- "Vai ser uma loucura". 13/06/1995.
- "Gays tomam conta da cidade". 13/06/1995.
- "Travestis se manifestam na Cinelândia". 17/06/1995.
- "União homossexual". 20/06/1995.
- O Globo:
- "Quem vai?". 25/05/1995.
- "Madrinha". 04/06/1995.
- "Congresso de gays e lésbicas debaterá o preconceito e a questão dos relacionamentos homossexuais". 11/06/1995.
- "A serviço da causa homossexual". 14/06/1995.
- "Aberta no Rio conferência mundial de homossexuais". 20/06/1995.
- O Estado de São Paulo:
- "Conferência no Rio discutirá direitos dos homossexuais". 14/05/1995.
- "Bispos querem barrar leis favoráveis à união homossexual". 21/05/1995.
- "Rio vai ser sede da 1ª olimpíada gay do país". 26/02/1995.
- "Reunião discutirá no Rio união de homossexuais". 13/06/1995.
- "Termina conferência de homossexuais no Rio". 25/06/1995.
- Revista *Isto É!*:

"As competições dão um tom descontraído a conferência da ILGA".

#### Relatórios

*Pneumocystis Pneumonia --- Los Angeles*. MMWR.5 de junho de 1981/30 (21), p. 1-3.Disponível online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june\_5.htm">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june\_5.htm</a>>. Acesso em outubro de 2017.

Relatado por MS Gottlieb, MD, HM Schanker, MD, Fan PT, MD, A Saxon, MD, JD Weisman, DO, Div de *ClinicalImmunology-Allergy*; Departamento de Medicina da Faculdade de Medicina da UCLA; Eu Pozalski, MD, Cedars-Mt. Hospital Siani, Los Angeles; Serviços de *campo Div, EpidemiologyProgram Office*, CDC, apud *Pneumocystis Pneumonia --- Los Angeles*. *MMWR*. 5 de junho de 1981/30 (21), p. 1-3.Disponível online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june\_5.htm">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/june\_5.htm</a>>. Acessoemoutubro de 2017.

Current Trends Prevention of Acquired Immune Deficiency Syndrome (AIDS): Report of Inter-Agency Recommendations. MMWR.4 de março e 1983/32 (8); 101-3. Disponível Online: <a href="https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001257.htm">https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/00001257.htm</a>>. Acesso em novembro de 2018.

GALVÃO, Jane. **1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: ABIA, 2002.

#### Bibliografia:

ALVES NETO, Luiz; TEIXEIRA, Luiz Antonio. "<u>De doença da civilização a problema de saúde pública: câncer, sociedade e medicina brasileira no século XX"</u>. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Série ciências humanas, v. 12, p. 173-188, 2017.

ANDERSON, Warwick. "Making Global Health History: the Postcolonial Worldliness of Biomedicine, Social History of Medicine". In: Social History of Medicine. V.27, Issue 2, 1 May 2014, Pp. 372–384.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. "Pecado, Castigo e Redenção: a Peste como Elemento do Proselitismo Cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI)". In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 183-205.

BERTOLLI FILHO, Claudio. "Novas Doenças, Velhos Medos: A Mídia e as Projeções de um Futuro Apocalíptico". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. MONTEIRO, Yara Nogueira (Orgs). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012, pp. 13-36.

BIANCHET, Sandra Maria Gualberto Braga. "Veneris quis gaudia nescit?: sexo e prazer na Roma petroniana". In: AZEVEDO, Kátia Teonia. ESTEVES, Anderson Martins. FROHWEIN, Fábio. Homoerotismo na Antiguidade Clássica. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2015.

CÂMARA, Cristina. "Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro". In: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.9, 2015, p.373-396.

	Cidadania	e orie	entação se	xu	al: a trajet	tória d	lo gr	upo Triâng	ulo
<b>Rosa.</b> Rio de Janei	ro: Academia A	vança	da, 2002.						
	_"Articulações	entre	Governo	e	Sociedade	Civil:	um	diferencial	na
resposta brasileira	à aids". In: <b>Im</b>	pulso.	n.32, 2002	2					

CAMARGO JUNIOR, K. R. De. "As Ciências da AIDS e a AIDS das ciências: o discurso médico e a construção da AIDS". In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos.** Rio de Janeiro: 1(1):35-60, Jul.-Out., 1994.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONTRERA, Wildney Feres. GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000.

COUTINHO, João Pereira. **A ideias conservadoras explicadas a revolucionários e a reacionários.** São Paulo: Três Estrelas. 2014.

COWAN, Benjamin. "Homossexualidade, Ideologia e 'Subversão' no Regime Militar". In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdufsCar, 2014.

DANIEL, Herbert. PARKER, Richard. **Aids a Terceira Epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio. Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FACCHINI, Regina. "Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico". In: Cadernos AEL (10,18/19). Campinas, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, 2003, pp.81-124.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. "Histórico da luta LGBT no Brasil". In: Psicologia e Diversidade
Sexual. Cadernos Temáticos do CRP-SP. Vol. 11. São Paulo: CRP 6ª região, 2011.

FARIAS M. S. DIMENSTEIN, M. "Configurações do ativismo anti-aids na contemporaneidade". In: **Psicologia em estudo**. 2006; 11(1):165-174.

FERNANDES, Marisa. "Lésbicas e a ditadura militar: Uma luta contra a opressão e por liberdade". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). **Ditadura e Homossexualidades** – **Repressão, Resistência e a Busca da Verdade.** São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** 23ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

GALVÃO, Jane. Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro/São Paulo: ABIA/Editora 34, 2000.

GANDIN, Rogério Costa. Sexo entre Homens: estudo sobre práticas sexuais e risco para infeção pelo HIV/AIDS, em Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública/Epidemiologia) – Faculdade de Medicina/ Departamento de Saúde Comunitária/Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

GOHN, Maria da Glória. "Movimentos sociais na contemporaneidade". In: Revista
Brasileira de Educação. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
"Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs". In: <b>Meta: Avaliação</b> . Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.
GRANJEIRO, A.; LAURENTINO, S.L.; TEIXEIRA, P.R. "Respostas à Aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária". <b>Rev. Panam. Salud Publica</b> , v.26, n.1, p.87-94, 2009.
GREEN, James N. QUINALHA, Renan. <b>Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.</b> São Carlos: EdufsCar, 2014.
Mais amor e mais tesão. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
"A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina". Cadernos AEL/IFCH/Unicamp, Vol. 10, No 18/19, Campinas, 2003.
"O Grupo Somos, a Esquerda e a Resistência à Ditadura". In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org). <b>Ditadura e Homossexualidades – Repressão, Resistência e a Busca da Verdade</b> . São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014.
HALL, Stuart. <b>A identidade cultural na pós-modernidade.</b> 9ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
HERZLICH, Claudine. "A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença". In: <b>Physis: Rev. Saúde Coletiva.</b> Rio de Janeiro, 15(Suplemento): 57-70, 2005.
"Os encargos da morte". In: Instituto de Medicina Social. Série: Estudos em Saúde Coletiva. Nº 052. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.
"Saúde e Doença no início do século XXI: Entre a experiência privada e a Esfera Pública.". In: <b>Physis Revista de Saúde Coletiva.</b> Rio de Janeiro: vol.14, n.2, 2004, pp.383-394.
KOSSELECK, Reinhart. "Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos". In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1982.

LEVINE, Philippa. "Venereal disease, prostitution and the politics of empire: the case of British India". In: Journal of History of Sexuality, v. 4, n. 4, 1994, p. 579-602. MACRAE, Edward. A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da "Abertura". Campinas: Editora da Unicamp, 1990. . "Os respeitáveis militantes e as bichas loucas". In: COLLING, Leandro (Org). Stonewall 40 + o que no Brasil? Salvador: EDUFBA, 2011. MANN, Jonathan M. "A AIDS no mundo na década de 90". In: AIDS: do preconceito à solidariedade: a partir da medicina, ciência do social e teologia. São Paulo: Paulinas, 1990. MOTA, Murilo Peixoto da. "Estudos do Comportamento (Homo)sexual no contexto da AIDS". In: Conferência: Homossexualidades Brasileiras (em tempos de AIDS). Instituto de Medicina Social/UERJ. Hotel Flórida, Rio de Janeiro, 09 e 10 de janeiro de 1995. NASCIMENTO, Dilene Raimundo. SILVEIRA, Anny Jackeline. "A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças". In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo. CARVALHO, Diana Maul de (Orgs). Uma história brasileira das doenças. Brasília, Paralelo 15, 2004, pp.13-30. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. As Pestes do Século XX: tuberculose e AIDS no **Brasil, uma história comparada.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. \_\_\_\_. "A face visível da AIDS". In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, mar. – jun., 1997. V. 4. PARIS, Gisele. Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro: um desfile-mobilização e suas estratégias comunicativas. (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. 156 p. PARKER, Richard. A Construção da Solidariedade: AIDS, Sexualidade e Política no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA; IMS-UERJ; Relume Dumará, 1994. \_. "Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/AIDS no Brasil: o

desenvolvimento de políticas sobre o HIV/AIDS, 1982-1996". In: Divulgação em Saúde

para Debate, Rio de Janeiro, n. 27, p.8-49, agosto/2003.

POLLAK, Michael **Os Homossexuais e a Aids: Sociologia de uma Epidemia.** São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

RAMOS, Sílvia. "O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental". In: Ciênc. saúde coletiva. Dez 2004, vol.9, no.4, p.1067-1078.

RIBEIRO, Deco. "Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT". In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROTELLO, Gabriel. Comportamento Sexual e AIDS: a cultura gay em transformação. São Paulo: Summus, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. "Prostitutas, travestis e vizinhos". In: **Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SEPULVEDA, José Antônio. SEPULVEDA, Denize. "Conservadorismo e Educação Escolar: um exemplo de exclusão". In: **Movimento: Revista de Educação**. Ano 3, n. 5. UFF, 2016. P. 91.

SILVA, Alessandro Soares da. Marchando pelo arco-íris da política: a parada orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 68-69, 2006.

SILVA, Carlos Roberto C. S.; HEWITT, W. E (Ted); CAVICHIOLI, Silvana. **Igualdades e Dessimetrias: A participação política em ONGs HIV/AIDS do Canadá e do Brasil.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822007000200011&script=sci\_arttext. P. 79-88.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/A AIDS e suas metáforas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA FILHO, Alípio de. "Teorias sobre a Gênese da Homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude" In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.) Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC; UNESCO, 2009.

TORO A, José Bernardo. WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

TRONCA, Italo. As máscaras do medo: LeprAids. São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

VIANNA, Eliza; NASCIMENTO, D. R. "Nunca me senti tão maldito: o estigma e a epidemia de Aids no Brasil". In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia, (Org.). **Uma história brasileira das doenças.** Vol.4. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v. 4, p. 237-254.

VITIELLO, Gabriel Natal Botelho. **A Aids em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX.** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. 108p.